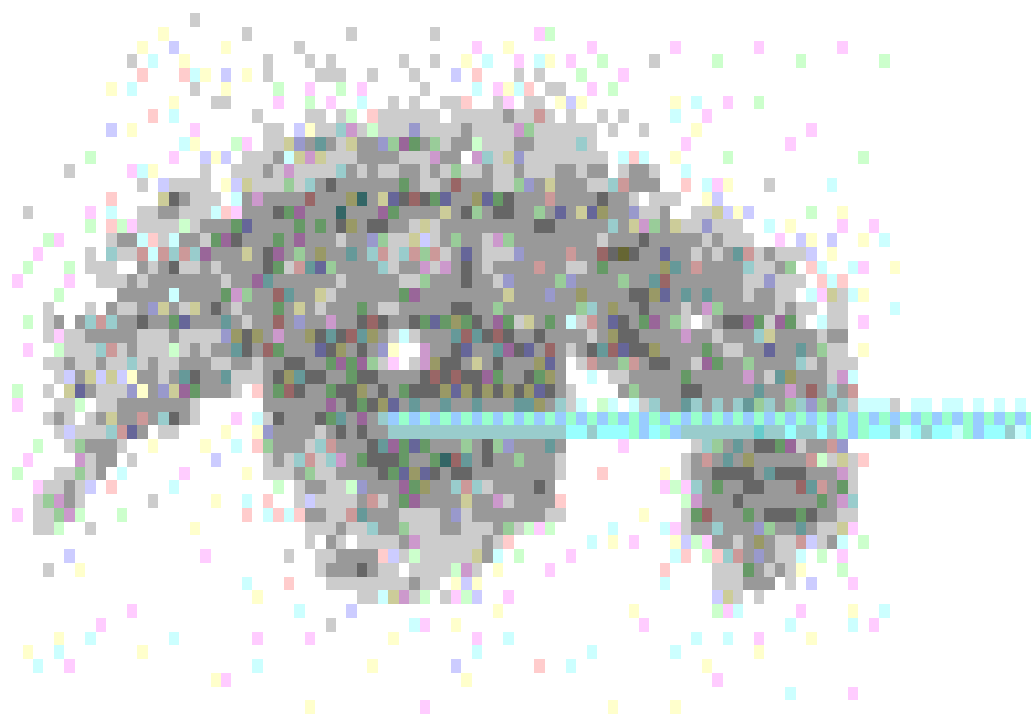


**Suzana Campos Linke**

# **DE OLHO NA MÍDIA, COM A BOCA NO MUNDO**

**Contribuição de um site de metajornalismo para o debate  
público sobre a mídia na internet**



**Suzana Campos Linke**

## **DE OLHO NA MÍDIA, COM A BOCA NO MUNDO**

### **Contribuição de um site de metajornalismo para o debate público sobre a mídia na internet**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
do Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Minas Gerais,  
como requisito parcial à obtenção  
do título de mestre em Comunicação Social.

Área de concentração:

Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa:

Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora:

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Beatriz Sathler de Almeida Bretas**

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2005

*Dedico este trabalho*

*aos meus pais, Linke e Christina, pelo veículo e pela  
bagagem que me deram para a vida;*

*aos meus irmãos, Vera e Pedro, seus esposos e filhos,  
pela parceria em tudo e por tudo;*

*aos meus filhos, Thiago, Izabela e Thales, pela pós-  
graduação em Amor;*

*ao pai deles, Marquinho, por eles e por tudo o mais.*

*Á Bia*

*que me mostrou que a inteligência não precisa ser sisuda,  
que a competência pode ser leve e meiga,  
que a ciência pode andar junto com a crença em um mundo melhor;  
e que o afeto e a confiança podem remover montanhas  
(do desânimo, da insegurança...)  
Deste “filho”, ela é a madrinha!*

## **Agradecimentos**

- Aos professores do PPGCOM, pela competência e incentivo, e especialmente a Rousiley e Vera, pelo exemplo;
- A Marinilda Carvalho, editora-assistente do Observatório da Imprensa, pela disponibilidade e boa vontade, em todas as vezes que precisei;
- Aos colegas do mestrado, especialmente Rennan e Nelma, por compartilharem comigo alegrias e angústias, durante esse período;
- Aos meus amigos John, Andreia, Wilmar, Elaine, Fernando, Dedeia e Deborah, por me acompanhar por essa vida afora;
- Ao Wesley, tsunami do mar do amor que bateu em mim...

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1 – Mídia e Sociedade</b> .....	8
1.1- O sistema midiático .....	8
1.2- Mídia e Esfera Pública .....	11
1.3- Mídia, responsabilidade social e <i>accountability</i> .....	17
1.4- Importância de uma crítica social da mídia .....	21
<b>Capítulo 2- A Internet como esfera pública: limites e possibilidades</b> .....	28
2.1- O que é a internet .....	28
2.2- CMC e Interatividade .....	36
2.3- Limites e restrições das esferas públicas virtuais .....	39
2.4- A rede e o SSCI .....	42
<b>Capítulo 3- O site Observatório da Imprensa</b> .....	46
3.1- O que é o site .....	47
3.2- Breve histórico do site .....	50
3.3- Descrição e caracterização do site .....	53
<b>Capítulo 4- O OI como esfera pública</b> .....	74
4.1- A escolha do objeto: o caso Gugu-PCC .....	74
4.2- Análise do debate .....	78
<b>Capítulo 5- Considerações finais</b> .....	106
<b>Bibliografia</b> .....	116
<b>Anexos</b> .....	119

## Introdução

A sociedade tem direito a uma mídia qualificada, responsável, democrática e ética. Verifica-se, porém, que grande parte dos recursos e práticas do sistema midiático operam sob a lógica dos interesses políticos ou de mercado<sup>1</sup>. Para assegurar sua dimensão pública e responsabilidade social, é fundamental que a sociedade civil exerça uma permanente vigilância e avaliação crítica dos produtos, práticas e relações da mídia com outros sistemas, contando com mecanismos e processos para exercê-las. Uma crítica social é tanto mais legítima quanto mais inclusiva; para isto, esses mecanismos e processos críticos devem ser acessíveis e utilizáveis por todos os afetados. Debates públicos sobre a mídia devem influenciar e legitimar as decisões nos processos formais de regulamentação e controle.

Desta forma, torna-se relevante investigar sobre iniciativas que promovam a reflexão e a discussão sistemáticas sobre o tema na sociedade, que busquem o aperfeiçoamento da competência crítica dos usuários e a criação de espaços públicos de debate, gerando um fluxo constante de retroalimentações entre a sociedade e o sistema midiático:

Percebendo as insuficiências de sistema crítico-interpretativo da mídia no país, é relevante pesquisar proposições e ações na sociedade que, com diferentes graus de eficiência, interesse e qualidade, sejam participantes ou caracterizadores desse subsistema nas interações mediático-sociais (Braga, 2002)

A evolução das tecnologias informáticas de comunicação, que reduziram os custos e a complexidade estrutural da comunicação mediada, junto à popularização das redes telemáticas como a internet, vem oferecendo à sociedade civil novas possibilidades de expressão pública de demandas e tematização de questões, permitindo novas formas de participação e mobilização social em torno delas. Favorecem as ações comunicativas da sociedade civil, que dispõe de mais recursos para se organizar e articular, alcançar visibilidade e difusão na esfera pública<sup>2</sup>. Ainda que se considerem as restrições e desigualdades no acesso e na utilização social destes recursos, observa-se sua progressiva apropriação por atores críticos e movimentos sociais.

A partir desta segunda constatação, é possível deduzir que estas novas possibilidades

---

<sup>1</sup> Apesar do termo *media* referir-se a qualquer meio ou suporte de comunicação (o cinema, o jornal impresso, a TV, um pára-brisa de ônibus, uma camiseta ou um muro são chamados “mídias”, utiliza-se nesta discussão o termo “a mídia”, no singular, para designar o sistema de comunicação social pública, ou seja, o conjunto de veículos, meios e processos que, ainda que operados por grupos privados, são dirigidos a toda a sociedade

<sup>2</sup> Estes conceitos aqui são utilizados na acepção habermasiana, e serão discutidos mais adiante, no capítulo 1.

comunicativas, que emergem com as redes telemáticas, favorecem o aperfeiçoamento dos mecanismos e processos de crítica social da mídia, permitindo a criação de novos espaços de reflexão e discussão públicas sobre o tema.

Pode constituir uma contribuição pertinente, portanto, às investigações sobre as iniciativas de aperfeiçoamento desta crítica social, voltar o olhar sobre aquelas que estejam baseando suas operações nestes novos espaços virtuais, na busca de avaliar suas lógicas operatórias e as condições que oferecem para a participação de um público ampliado.

Para além da simples constatação dessas condições, é ainda mais relevante avaliar a *qualidade* desta participação. Pesquisas demonstram que, entre as diversas modalidades de convivência e interação comunicativa que se desenrolam nos espaços da rede, vêm ocorrendo inúmeras discussões públicas sobre temas coletivos, e que estas podem ser menos ou mais crítico-rationais, reflexivas ou inclusivas (Dahlberg, 2001). A análise das qualidades e limitações deliberativas destas interações, segundo critérios delimitados, permite verificar a autenticidade dessas esferas públicas virtuais e apontar soluções para sua evolução:

These solutions, along with others, need to be further explored and developed if the internet's deliberative promise is to be more fully utilized. To do this it would be useful to look at online cyber-democracy initiatives that actively seeks to structure online deliberations in the direction of the public sphere model. Such studies would not only help further specify limitations to rational-critical discourse faced by cyber-publics but would also help to identify ways to overcoming the problems identified here. (Dahlberg, 2002)

A inscrição teórica desta pesquisa se dá, portanto, no cruzamento entre estes dois eixos de reflexão: de um lado, as instâncias e processos críticos-interpretativos como determinantes do aperfeiçoamento das relações entre o sistema midiático e a sociedade, e de outro a internet como agente de reprodução e revitalização da esfera pública, favorecendo a ocorrência de debates críticos sobre a mídia na sociedade.

Na busca de um objeto que se localizasse nesta interseção, optou-se pela observação de uma experiência concreta de crítica de mídia em pleno funcionamento na rede; observar suas lógicas, os recursos mobilizados e as articulações com a sociedade permite apontar suas possibilidades e limites, em sua atuação como ator crítico e em seu desempenho como esfera de debate público sobre a mídia.

A análise de uma página, ou *site*, voltado para a crítica de mídia na internet constituiu-se assim tanto em objeto quanto em objetivo: investigar e refletir sobre ele pode contribuir

para uma maior compreensão desses fenômenos, ao mesmo tempo que reforça sua relevância e aponta caminhos para sua evolução.

### **A Internet e os processos críticos: alterando padrões no sistema midiático**

Apesar de não considerar a mídia como um organismo homogêneo ou nucleado, orquestrado por uma única lógica ou inteligência central, e rejeitar interpretações totalizadoras sobre suas formas e processos, esta reflexão se apoia em uma concepção da mídia como um sistema cibernético<sup>3</sup>: aberto, complexo e dinâmico, seus elementos não são estanques ou estáveis, mas se encontram em permanente interação entre si e com o contexto em que se inscrevem, formado pelos outros sistemas e pelo mundo da vida<sup>4</sup>. O meio, ou contexto, é parte integrante do sistema, e não algo exterior a ele; é determinante de sua organização e igualmente influenciado por ela.

Uma propriedade desse tipo de sistema é um processo constante de auto-regulação ou *retroalimentação (feedback)*, que pode ser negativa ou positiva, conforme tenda para a estabilidade ou para a mudança. Outra é a *globalidade*, ou seja, mudanças e interferências em qualquer parte do sistema provocam transformações em sua organização global. Parte-se da premissa, portanto, de que alterações em qualquer dos seus componentes ou nas interações entre eles se refletem em cada um destes elementos, no sistema como um todo e em sua relação com os outros sistemas.

Segundo a percepção de Braga (2000), o sistema midiático compreenderia, além dos subsistemas produtor e receptor, o que ele denominou como subsistema social crítico-interpretativo (SSCI). Seus elementos se encontram ainda dispersos e fragmentados, não apresentando um grau significativo de sistematização que permita sua definição como um subsistema, como reconhece o próprio autor em artigo posterior (BRAGA, 2003).<sup>5</sup> De qualquer forma, as instâncias e mecanismos de *media criticism* \_ em bom português, crítica de mídia \_ ou seja, os processos e discursos críticos sobre a mídia que ocorrem na sociedade, ainda que não sistematizados, têm potencial de produzir diferentes graus de retroalimentação sobre os demais elementos do sistema.

Assim, o novo contexto comunicacional que emerge com o advento das redes

---

<sup>3</sup> Esta concepção da mídia se apoia, por extensão, sobre a aplicação do modelo de sistema cibernético à comunicação humana; ver Watzlawick et al., 2001

<sup>4</sup> Habermas utiliza este termo para designar a dimensão da vida social que se contrapõe aos sistemas e instituições políticas que o colonizam; as esferas privadas do cotidiano, da intimidade, da sociabilidade.

<sup>5</sup> A construção e a revisão deste conceito serão discutidos mais adiante



telemáticas e sua integração ao chamado sistema midiático, traz em seu bojo um potencial transformador. A internet, em sua face mais conhecida, a *world wide web (www)*<sup>6</sup>, cada vez mais se populariza e se insere no dia-a-dia das sociedades contemporâneas, sendo hoje o componente mais representativo dos chamados *ciberespaço e cibercultura*<sup>7</sup>; Apesar de ainda se verificarem barreiras econômicas e educacionais ao acesso e utilização pelas classes desfavorecidas, a chamada exclusão digital, a conexão à web é crescente em diferentes esferas da sociedade (locais de trabalho, sedes de associações e movimentos sociais, escolas, ambiente doméstico), apontando para novas possibilidades de uso privado e público da comunicação.

Disponibilizando, de forma sem precedentes, recursos de busca, emissão, troca e disseminação de informações e ampliando o acesso a canais públicos de expressão e a ferramentas interativas avançadas, a *web* promove alterações em todos os elementos do sistema midiático. Uma reformulação de papéis e práticas pode decorrer dessas possibilidades mais horizontais de interação entre suas partes, desconstruindo padrões<sup>8</sup>.

Como afirma Luis Beltrán, “acesso, diálogo e participação são elementos chave no processo sistemático de comunicação horizontal”, no qual “todas as pessoas deveriam ter oportunidades semelhantes para emitir e receber mensagens com o propósito de se evitar o monopólio da palavra” (BELTRÁN, 1981:56). Segundo ele, a prática da comunicação horizontal é menos viável quando se trata dos meios de massa, não só pelos aspectos políticos e econômicos, mas também pela maior dificuldade técnica de se obter retroalimentação neste modelo. A eliminação desta restrição técnica, nas redes telemáticas, contribuiria então para uma maior horizontalidade comunicativa e, potencialmente, poderia produzir efeitos inovadores sobre o sistema de comunicação social pública.

Juntamente com o incremento dos sistemas de retorno, para o subsistema receptor/usuário, as formas emergentes de sociabilidade e as inovações culturais trazidas pelas novas tecnologias acabam por reforçar as demandas no sentido de uma maior participação da sociedade na produção de seus discursos. “Há uma consciência \_ ainda pequena, porém crescente \_ de que não é possível mais operar com o velho modelo difusionista, sendo urgente

---

<sup>6</sup> Como se discutirá especificamente a internet e a *www*, no universo das redes telemáticas, estes termos serão doravante utilizados aqui como sinônimos

<sup>7</sup> Termos que procuram definir a existência, possibilitada pelas interconexões entre computadores, de um espaço de comunicação interativo, de convívio e troca de informações em escala global, com o potencial de gerar novas formas e práticas culturais (LÉVY, 1999).

<sup>8</sup> Na teoria dos sistemas, padrões são as formas redundantes, as ocorrências, não casuais e repetitivas, de certos eventos e configurações e não de outros

a elaboração de novos modos de perceber a prática comunicativa da sociedade, assim como produzir modelos de ação eficazes e apropriáveis pelos atores sociais”(ARAÚJO, 2002:219).

O subsistema produtor, ou seja, as instâncias produtoras e distribuidoras de comunicação pública de largo alcance e penetração na sociedade, aparentemente vêm migrando para a rede sem alterações significativas em seu *ethos*. Apesar das inovações técnicas, como a ampliação dos recursos de interatividade e multimídia, os grandes grupos de mídia quase sempre apenas reproduzem suas lógicas e modelos em um suporte diferente, persistindo como lugares privilegiados de construção e circulação de sentidos e pouco alterando os padrões assimétricos de suas relações com outros setores da sociedade.

Por ter suas configurações culturais e simbólicas forjadas nas dinâmicas entre as diferentes esferas da vida social, o sistema midiático reproduz suas desigualdades: atores e discursos, valores e conceitos ganham visibilidade pública de forma assimétrica; uma multiplicidade de outros, por razões diversas, não alcançam seus canais e, conseqüentemente, expressão na esfera pública. Sua organização baseada na apropriação estatal e na concentração capitalista dos aparatos, além da característica predominantemente unidirecional de seus fluxos, produzem desequilíbrios na conversação social.

Conhecem-se na história moderna e contemporânea diversos casos em que a intervenção de setores da mídia foi decisiva para legitimar ou deslegitimar atores e causas, mobilizar ou direcionar a opinião pública. Mesmo levando-se em conta o aspecto relacional, mutuamente constitutivo em relação à vida social, e fugindo de concepções totalizantes, não se pode ignorar seu poder de instaurar/reforçar valores e construir enquadramentos, além de agendar os temas na esfera pública. Embora não aja exclusiva ou necessariamente com fins contrários ao interesse público ou à democracia, e que conte com seus próprios códigos de ética e auto-regulamentação, a mídia representa um agente político central no mundo contemporâneo; este poder torna fundamental o desenvolvimento de mecanismos de controle e processos de crítica social ampla sobre seus conteúdos e suas práticas.

Para uma conformação mais sistematizada destes mecanismos de controle e processos sociais de crítica e interpretação sobre a mídia, a *web* pode constituir-se em um facilitador; seus recursos favorecem, além de mais e melhores sistemas de retorno, uma tematização mais ampla da mídia na sociedade e a promoção de debates públicos sobre suas questões; estes fenômenos podem produzir novos *feedbacks*, reforçando o papel ativo do subsistema receptor, em suas operações de seleção e interpretação, repercutindo sobre as instâncias de produção e legitimando as proposições normativas apresentadas no âmbito do sistema político.

Enfim, os novos espaços e fluxos comunicativos da rede permitem que outros “produtores” passem a integrar o sistema, elaborando e veiculando seus conteúdos sem passar necessariamente pelas comportas e pelos filtros da grande mídia; estes atores independentes podem produzir e divulgar visões de mundo mais diversificadas e críticas, inclusive sobre a própria mídia, que pouco tematiza e questiona a si própria, favorecendo a ocorrência de uma maior quantidade e qualidade de discursos dissonantes na sociedade, ampliando e revitalizando a dimensão agonística<sup>9</sup> da esfera pública.

Para examinar estas possibilidades, optou-se, neste trabalho, pela análise da atuação de uma página, ou *site*, de crítica de mídia na internet, o Observatório da Imprensa. O site, fundado e coordenado por jornalistas, pratica um jornalismo crítico \_ um metajornalismo \_ produzindo e divulgando matérias e artigos sobre temas da mídia em geral. Detecta e aponta intransparências, omissões e distorções, estimulando a reflexão sobre seus diferentes aspectos políticos e culturais; além de tematizar, pretende funcionar como *locus* de debate público, ao abrir espaços para outras vozes e contribuições na discussão das questões.

No primeiro capítulo, são apresentadas algumas reflexões sobre as relações do sistema midiático com a sociedade, considerando o conceito de esfera pública; discute-se a influência da mídia em sua conformação, como espaço privilegiado de visibilidade e circulação de sentidos. Apontam-se algumas distorções e assimetrias que podem ser observadas no seu papel de mediação social das questões coletivas, destacando a necessidade de mecanismos de *accountability*<sup>10</sup> e da crítica social sobre suas práticas.

No segundo capítulo, são discutidas algumas questões relacionadas à comunicação mediada por computador (CMC) e à rede; suas vantagens e limitações, e de como vêm contribuindo para a conformação de novas esferas públicas e de novas condições para o debate nas esferas públicas mediadas. Configurando especificamente o objeto deste estudo, considera-se neste item a ocorrência, nos espaços da rede, de iniciativas críticas sobre a mídia. Discute-se suas possibilidades de articulação com outras instâncias e de inclusão de diversos setores e vozes da sociedade na discussão, estendendo a crítica a não-especialistas e às pessoas comuns, aproximando as condições para a conformação do subsistema social crítico-interpretativo sobre a mídia proposto por Braga.

---

<sup>9</sup> A agonística (de *agón* – luta, conflito, combate codificado) refere-se à busca de conhecimento com base na polêmica, no livre debate de idéias, no abandono do argumento de autoridade. Envolve a concorrência entre iguais (...). (Vernant,2002:48 apud BRAGA,2003)

<sup>10</sup> Prestação de contas

Os capítulos 3 e 4 tratam especificamente do site Observatório da Imprensa, partindo da observação de seu conteúdo e das dinâmicas que se desenrolam em seu espaço: o terceiro apresenta uma reflexão sobre suas lógicas críticas e os recursos oferecidos e mobilizados pelo site, enquanto ator crítico, através da descrição e caracterização de seus elementos; o quarto focaliza sua dimensão de esfera pública, através do acompanhamento de um debate ocorrido em suas páginas; a partir da análise das contribuições postadas e de entrevistas com leitores participantes, pretende-se avaliar as condições e características deste debate, buscando indicadores quantitativos e qualitativos sobre esta participação.

Partindo destas observações e da análise dos dados, inclui-se ao final um último capítulo, à guisa de encerramento; sem a preocupação ou a pretensão de apresentar conclusões definitivas ou generalizantes, apresenta algumas considerações finais sobre as constatações e busca lançar alguma luz sobre as questões propostas, contribuindo para uma maior compreensão das possibilidades de atuação crítica da sociedade civil na ampliação do debate público sobre a mídia, através da rede.

## Capítulo 1 - Mídia x sociedade

*Os meios de massa devem situar-se como mandatários de um público esclarecido, capaz de aprender e de criticar; devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça; devem aceitar imparcialmente as preocupações e sugestões do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz desses temas. Por esse caminho se neutraliza o poder da mídia e se impede que o poder administrativo ou social seja transformado em influência político-publicitária (HABERMAS, 1997; 112)*

### 1.1- O sistema midiático

Muniz Sodré (2001) aponta a evidência de que as práticas sócio-culturais ditas comunicacionais ou midiáticas vêm se instituindo como um campo de ação social correspondente a uma nova forma de vida, que ele chama de *bios midiático*. Imersos neste *bios*, os fenômenos sociais cada vez mais se encontram vinculados a condicionantes de natureza comunicacional. Do trabalho ao lazer, da aquisição de conhecimentos e bens à fruição estética, da adesão a temáticas coletivas à formação das preferências individuais, quase tudo é realizado e vivido por intermédio da mídia. O sistema midiático constitui e media, com sua penetração e poder de influência, a produção e reprodução de bens simbólicos e está presente, ainda que indiretamente, em praticamente todas as esferas sociais e formas de interação contemporâneas.

O chamado sistema midiático compõe-se de elementos complexos e dinâmicos que se interrelacionam e se conformam mutuamente: os meios, os veículos, as empresas e pessoas que os produzem, operam e controlam; bem como os receptores, usuários e consumidores de seus produtos. Não é possível se pensar esse sistema de forma homogênea; seus meios e veículos apresentam diferentes linguagens, objetivos, formas de utilização. Tanto nas esferas de produção quanto de recepção/uso/fruição, não existem modelos universais e papéis pré-estabelecidos ou definitivos.

Os conteúdos da mídia se configuram essencialmente nas relações entre os interlocutores, e estas se constroem no interior de um universo simbólico socialmente compartilhado; esta relação não é unilateral e não existem papéis fixados; realiza-se, na interlocução, uma atividade conjunta de produção de sentido. Não se pode ignorar, porém, que persistem profundas assimetrias nessas relações e os subsistemas de produção muitas vezes obtêm efetiva primazia nessa construção conjunta. São instâncias privilegiadas, e nada ingênuas, de construção de sentidos e visões de mundo.

Dentro do sistema social mais amplo, a própria mídia representa um subsistema, e sua relação orgânica com os outros subsistemas sociais se configura como um dos fatores centrais na organização e funcionamento das sociedades contemporâneas. Seu espaço de visibilidade aproxima os atores do sistema político e da sociedade civil, dando a conhecer fatos, planos, demandas e razões. Produzindo a necessária publicidade para as questões circulantes nas diferentes esferas da vida social, cria condições para uma deliberação pública sobre os temas coletivos. A mídia instaura uma co-presença, permitindo um compartilhamento social que forma laços de coletividade entre os membros de uma sociedade; constitui-se uma esfera de debates sobre questões determinadas, dentro da própria cena midiática:

Os agentes da mídia processam e editam fluxos comunicativos de origens distintas e organizam, de maneira peculiar, um conjunto de opiniões em perspectiva, discursos dogmáticos ou argumentativos para recompô-los como os termos de uma discussão. Nesse caso a mídia pode ser vista como fórum para o debate pluralista em que não há parceiros fixos ou autorizados (MAIA, 2002;18)

Desde o advento dos meios de massa, nas sociedades modernas, porém, a estruturação e organização do sistema midiático são determinadas por altos custos econômicos e critérios políticos de concessões, estando seus aparatos técnicos de produção e transmissão submetidos ao controle de poucos grupos, geralmente ligados a interesses estratégicos, o que se traduz em pouca participação direta dos demais setores da sociedade na produção de seus discursos e na regulamentação de seus usos públicos. Aspectos mercadológicos e hierarquias culturais também estabelecem padrões de atuação do sistema midiático, através de normas, práticas e produtos que atendem a interesses estratégicos ou reforçam padrões culturais, nem sempre compartilhados pela sociedade como um todo.

Os subsistemas produtores se encontram atrelados geralmente ao centro (instâncias institucionalizadas do poder) e às periferias internas do sistema político (corporações, partidos políticos, organismos ligados ao centro), que mais facilmente têm chances de alcançar expressão e influência na esfera de visibilidade midiática; esta possui também comportas para as periferias externas do sistema (universidades, associações profissionais, igrejas). Os atores da periferia real (as pessoas comuns, as associações e grupos informais, etc)<sup>11</sup> são, historicamente, as que menos têm acesso aos recursos expressivos do sistema midiático:

Obviamente, os indivíduos na condição de representados ou de atores da sociedade civil não têm as mesmas chances de se constituírem como

---

<sup>11</sup> Tomando como base o modelo de B. Peters, Habermas (1997:87-9) utiliza estes termos (centro, periferia interna, externa e real, sistema de comportas) em suas análises do sistema político e da esfera pública

emissores no espaço de visibilidade midiática. A mídia \_ como conjunto de veículos \_ não oferece um espaço equânime para os atores sociais divulgarem suas causas. Esse é um espaço de acesso restrito, que sofre forte pressão de anunciantes (...) Mesmo a cobertura jornalística diária está, como rotina, estreitamente relacionada ao centro do sistema político. (MAIA, 2003;21)

Além das assimetrias de poder político e econômico, que afetam a oportunidade de acesso aos canais da mídia, esses públicos fracos<sup>12</sup> possuem ainda duas desvantagens: a desigualdade comunicativa, que dificulta a efetiva utilização das oportunidades de expressão, e a pobreza política, ou a falta da habilidade de articular argumentos para serem considerados pelos demais. (MAIA, 2002) .

A exposição pública dos fatos, a visibilidade, ainda que filtrada e desigual, contribui para a promoção de um diálogo social generalizado e para a criação de uma base reflexiva para a deliberação, nas sociedades complexas. A deliberação permite desvelar novas questões ou desencadear debates públicos ampliados sobre temas específicos, que ultrapassam fronteiras e atingem a sociedade como um todo.

Ainda que caracterizado por assimetrias e desigualdades, a esfera de visibilidade midiática cria espaços para a deliberação social e o intercâmbio de razões em público. Como elemento central da comunicação social, é através da mídia que são disseminadas as informações necessárias para a interação entre a esfera política e a esfera civil; os governantes e os cidadãos se percebem, e aos problemas da sociedade, principalmente através dos mecanismos midiáticos de publicidade de questões. Cada poder conta com diferentes competências para transacionar com a mídia; ela é alvo da ação estratégica dos agentes sociais, mas não há uma causalidade única.

Diversas relações de interesse se estabelecem entre os atores políticos e os agentes da mídia, os quais possuem recursos diversos para filtrar, fazer cortes e edições, seja para criar um enquadramento para os eventos, seja para favorecer deliberadamente certos atores (MAIA, 2002;18)

Os públicos fracos, que integram fortemente o subsistema receptor/usuário, costumam transpor as comportas do subsistema de produção midiático, passando de espectadores a atores, apenas quando protagonizam episódios grotescos ou que chamem atenção pelo incomum, o inusitado, o bizarro; quando são vítimas de violência ou desastres; ou na medida em que constituem \_ ou forjam \_ fatos “jornalísticos” (como exemplo, tem-se as ações

---

<sup>12</sup> Nancy Fraser (1992) elabora uma distinção entre públicos fortes e públicos fracos, segundo o poder de decisão dos mesmos. O público forte diz respeito àqueles grupos representantes do centro do sistema político e às elites.

espetaculares do movimento ecológico Greenpeace, a parada do Orgulho Gay, as invasões do Movimento dos Sem-Terra ou a interdição de uma estrada por algum movimento de protesto).

Isto indica que a sociedade civil, quando organizada em grupos, associações ou movimentos sociais, os chamados “atores coletivos”, tem mais chances de superar as desigualdades deliberativas; podem atingir um maior grau de informação sobre os temas, produzir a atenção e a disposição necessárias para o engajamento em deliberações. Assim, aumentam igualmente suas chances de atingir a esfera de visibilidade midiática e de estabelecer interlocução com os públicos fortes. (MAIA, 2002)

Essas associações formadoras de opinião, especializadas em temas e contribuições e, em geral, em exercer influência pública, fazem parte da infra-estrutura civil de uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa, a qual, através de seus fluxos comunicativos diferenciados e interligados, forma o verdadeiro contexto periférico (HABERMAS, 1997;87)

## 1.2- Mídia e esfera pública

O conceito de esfera pública, recuperado por Habermas em *Direito e Democracia* (1997), trata das relações entre a esfera civil e a esfera política, em uma democracia. Utilizado como conceito normativo, e não descritivo, orienta a reflexão sobre quais seriam as condições ideais para a participação da sociedade civil na deliberação de seus assuntos coletivos. Segundo essa acepção, a esfera pública é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; não pode ser entendida como uma organização, nem constitui um sistema, mas constitui principalmente uma “estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo<sup>13</sup>, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana” (Habermas, 1997;92)

Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; (...) HABERMAS, 1997; 107)

---

<sup>13</sup>O agir comunicativo, ou agir orientado para o entendimento, através do diálogo e da argumentação, se opõe à ação estratégica, que busca apenas o sucesso e utiliza caracteristicamente operadores sistêmicos, como o poder e o dinheiro



Segundo Habermas, as esferas públicas podem ser de três tipos: esfera pública *episódica* (bares, cafés, encontros na rua), esferas públicas de *presença organizada* (reuniões, congressos e assembléias) e esfera pública *abstrata*, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). Quanto mais o público for transformado em uma figura abstrata, reunido através da comunicação de massa, “tanto mais nítida será a diferenciação entre os papéis de atores que se apresentam nas arenas e dos espectadores que se encontram na galeria” (p. 108). Ainda que o sucesso dos atores possa ser decidido pelas galerias, o autor ressalta a conveniência de saber até que ponto esse sucesso reflete um processo de convencimento ou um processo de poder, menos ou mais camuflado. Daí decorre a idéia de que “os processos públicos de comunicação são tanto mais isentos de distorções quanto mais estiverem entregues a uma sociedade civil oriunda do mundo da vida”. (p. 108)

O conceito evoluiu, inclusive no próprio Habermas, desde *A Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984); reconheceu-se a necessidade de separar as noções de esfera de visibilidade pública e esfera de trocas comunicativas racionais e deliberativas, orientadas ao entendimento, conforme apontado por Wilson Gomes (1999).

A expressão “esfera pública”, segundo Gomes, na verdade se aplica a dois fenômenos distintos da vida social, que devem ser separados. O primeiro se refere ao âmbito da publicidade social, ou da visibilidade pública, ou seja, a dimensão social do conhecimento compartilhado do presente a partir de sua exposição pública. Aí se dão a conhecer os fatos, eventos, idéias, conceitos, modas, valores, enfim, a atualidade. Esta esfera de visibilidade é necessária para que se construam os vínculos de comunicação e sociabilidade, para a “constituição e manutenção do cimento social” (p.213). Nesta dimensão, pode ser também chamada de “cena pública”.

O outro fenômeno a que também se aplica a expressão se refere propriamente ao conceito original de Habermas: o âmbito da discussão, a esfera do debate público racional sobre questões coletivas; “o âmbito da vida social em que se realiza – em várias arenas, por vários instrumentos e em torno de variados objetos de interesse específico – a discussão entre pessoas privadas reunidas num público” (Gomes, 1999;155). As principais características seriam: a) forma discursiva argumentativa; b) racionalidade e orientação para o entendimento c) ausência de coerções e influências não–racionais, como poder, dinheiro, hierarquias sociais; d) acessibilidade/inclusividade, permitindo a participação de todos os interessados.

Nesta esfera pública, as questões e as posições são também expostas, tornadas visíveis, para que todos tomem conhecimento delas, mas diferente da “cena pública”, o propósito é

outro: “não se expõe para provocar um mero conhecimento comum que se esgote no ato de saber e gerar sociabilidade, mas para que os concernidos pela matéria em discussão saibam que há uma disputa e possam nela intervir como participantes” (p.214). Além da exposição, aqui é necessária a argumentação e a deliberação sobre os temas.

Segundo Gomes, as duas dimensões são associadas e fundamentais: a esfera de debate público, para efetivamente estabelecer uma discussão aberta a todos os interessados, necessita de exposição e visibilidade na cena pública; a cena pública, por sua vez, disponibiliza e torna públicos temas que podem vir a instalar debates. Gomes ressalta que, apesar desta associação e interdependência, confundir ou identificar as duas dimensões constitui um grave erro conceitual, e que prejudicou a maior parte das posições na discussão das relações entre esfera pública e mídia.

Nesta perspectiva, os diagnósticos de degradação e perda de autenticidade da esfera pública com o advento dos meios de comunicação de massa, derivados das formulações de Habermas em *A Mudança Estrutural*, poderiam ser creditados em parte à confusão entre as duas dimensões: como se, desde a esfera pública burguesa original, toda a esfera de visibilidade pública fosse uma grande discussão, conduzida com sisudez e racionalidade e voltada para o entendimento recíproco. A introdução da representação, da sedução, do entretenimento e do espetáculo, portanto, no interior da publicidade social, superaria a argumentação racional e o debate, desfigurando a esfera pública. Em suma, segundo Gomes,

Habermas achou que a exposição pública burguesa fosse toda debate e decidiu que exposição + debate deveria ser a definição de esfera pública. Quando, ao analisar a publicidade social contemporânea verificou o divórcio entre exposição e debate, sendo que a primeira passava muito bem, mas o segundo viu-se reduzido a muito pouco, resolveu que a esfera pública estava moribunda. (p. 215)

Segundo o autor, porém, não só Habermas se confunde a esse respeito:

Os que negam consistência à idéia de esfera pública são dotados de uma miopia fundamental que lhes faz enxergar apenas a esfera de visibilidade pública. Não divisam debates, apenas representação, espetáculo. O mesmo fazem os que aceitam a esfera pública, mas não a reconhecem como argumentativa. (p.216)

Neste sentido, a relação atual entre esfera pública e mídia pode ser melhor compreendida admitindo-se a categoria de esfera de visibilidade pública midiática. Esta funcionaria como “o grande *medium* da sociabilidade e exposição da sociedade contemporânea, fundamental inclusive para a existência da esfera pública enquanto esfera da

discussão pública” (p. 223) ao garantir e ampliar a esta a necessária visibilidade e penetração, especialmente em questões que dizem respeito a parcelas mais amplas da sociedade.

Grande parte dos temas que podem gerar, manter ou alterar o debate público em diferentes instâncias são disponibilizados aos atores políticos e ao público através da mídia, que lhes dá visibilidade ampliada: ainda que não necessariamente produza um tema, a mídia pode problematizá-lo e disseminá-lo, tornar conhecidos seus aspectos e fornecer insumos para a formação da opinião e da argumentação sobre o mesmo nas esferas públicas extra-midiáticas.

O contrário também ocorre: temas da esfera pública, que são problematizados fora da cena midiática, são pautados e encampados por ela, que traz os debates para seu interior, constituindo uma esfera pública midiática alimentada por insumos extra-mídia. Há um trânsito de fluxos entre as duas esferas. Nessa perspectiva, segundo Gomes, perde força “a idéia de da esfera pública à mercê da mídia, entendida como uma instância produtora e gerenciadora de mensagens voltadas para a dominação” (p. 225).

A relação da mídia com a esfera pública, portanto, é ambígua: por um lado tem o poder, que continua a ser observado e justamente temido desde que apontada pelas teorias da indústria cultural, de manipular o “pano-de-fundo” ideológico e cultural que preconfigura a formação da opinião na esfera pública, de selecionar e hierarquizar os temas ou seus aspectos que terão acesso a seu espaço de visibilidade, além de conduzir tendenciosamente certos debates. Pode ser utilizada estrategicamente pelos atores ou organizações ligados ao centro, que têm o acesso privilegiado a seus recursos e podem impor seus valores e versões.

Por outro lado, a mídia, composta por um conjunto extremamente complexo e diferenciado de emissões e conteúdos, pode constituir-se em um recurso social para o desvendamento destas mesmas estratégias, estendendo seu espaço de visibilidade e a capacidade de influência às esferas civis e periféricas ao sistema político-econômico. Tornando visíveis na cena pública diferentes falas, fatos, documentos e circunstâncias envolvidos nos diversos eventos, intimida ou constringe aqueles atores que possam pretender exercer persuasão ou dominação pela omissão, distorção ou manipulação de informações.

Daí decorre que não faz sentido “demonizar” a mídia ou vê-la como uma forma conspiratória de favorecimento de interesses hegemônicos; não há uma inteligência unificada controlando suas mensagens, orquestradas para controlar o público em favor de um só interesse dominante. Especialmente depois do advento da CMC e das redes públicas como a

internet, diferentes interesses e conteúdos circulam em seu espaço de visibilidade, muitos deles contrários às práticas de intransparência e tentativas de manipulação; ao trazer à luz na cena pública suas versões, experiências, demandas ou posicionamentos, diferentes atores podem fornecer novos dados e interpretações sobre as questões coletivas e mais insumos para que se estabeleçam discussões esclarecidas e reflexivas.

O debate público, portanto, não pode ser substituído pela simples exibição pública; a busca da legitimidade pela justificação racional e a argumentação não podem ser substituídas pela simples busca de adesão por meio de exposição na mídia, de uma ou outra posição, utilizando os recursos da sedução e do espetáculo. Estas práticas sempre existiram e fizeram parte das diferentes dinâmicas e estratégias do jogo político, mesmo antes da existência ou da maior penetração social da mídia, não sendo realista supor que em algum momento na história a política teria sido feita sem estes recursos: os comícios e shows, as grandes manifestações organizadas, a utilização de diferentes estratégias de sedução emocional e visual. Porém, os meios de massa efetivamente vieram a constituir um terreno fértil para este tipo de encenação persuasória. Além disso, como já foi dito, o acesso aos recursos expressivos não é distribuído de maneira equilibrada, o que dá margem a usos privilegiados, com suas consequentes distorções, omissões e enquadramentos tendenciosos.

Não há pois razão para se abandonar inteiramente a preocupação habermasiana de degeneração da esfera pública, na medida em que ela se aplicar à dimensão do debate público; sabe-se que, apesar da circularidade dos sentidos e da interlocução com a sociedade, certas práticas da mídia podem realmente constituir-se em ferramentas de colonização e controle da esfera pública, com seu poder de agendar os temas, mostrar ou omitir aspectos, favorecer ou desfavorecer falas, atores, posicionamentos. Os pressupostos e condições normativamente definidos por Habermas para o desempenho de um debate público autêntico e democrático ficariam assim comprometidos pelas características de desigualdade de acesso e a presença de estratégias não-discursivas, não-rationais ou não-argumentativas em seus conteúdos.

A mídia, então, enquanto esfera pública, não só atua como mediadora das questões públicas e arena de exposição de posições; desempenha importante papel de ator social, ao posicionar-se, enquadrar e ressignificar fatos e interpretações, ao dar ou negar visibilidade a atores e discursos. Mais do que na “cena” pública, atua também nos bastidores: pode dirigir e compor a cena, dar certas roupagens e destaques a um ou outro ator ou cenário, enfim, *conduzir* um tema na esfera pública, interferindo nos rumos do debate.

Mesmo considerando-se as diversas possibilidades de edição e interpretação dos conteúdos por parte dos receptores, pré-configuradas por outros vínculos e referenciais extramediáticos, existe um risco real de que este papel de agente privilegiado produza distorções em favor de certos discursos ou posições, comprometendo a autenticidade dos debates públicos realizados em suas esferas.

Habermas ressalta a importância de distinguir entre atores que “surgem do público e participam da reprodução da esfera pública e atores que ocupam uma esfera pública já constituída, a fim de aproveitar-se dela”(p. 96). Para evitar sua colonização, controle ou deformação pelos sistemas formais ou pelo mercado, as estruturas comunicacionais da esfera pública têm que ser mantidas intactas por uma sociedade civil de sujeitos privados, “viva e atuante”, e deve permanecer aberta a opiniões concorrentes e representativas.

Os atores conscientes de que, através de suas diferenças de opinião e de sua luta por influência, estão envolvidos no empreendimento comum de reconstituição e de manutenção das estruturas da esfera pública, distinguem-se dos atores que se contentam em utilizar os foros existentes, através de uma dupla orientação de sua política, ou seja, através de seus programas, eles exercem uma influência direta no sistema político, porém, ao mesmo tempo, estão interessados reflexivamente na estabilização e ampliação da sociedade civil e da esfera pública, bem como em assegurar sua própria identidade e sua capacidade de ação.”(HABERMAS, 1997; 103)

Os atores “aproveitadores” geralmente podem ser identificados, enquanto os atores “nativos” têm de produzir primeiro as características que os identificam. Segundo Habermas, para saber se os atores são aproveitadores, ou seja, se contentam em aproveitar uma esfera pública já constituída, ou são nativos, participando na reprodução das estruturas da esfera pública, “é necessário observar se eles são sensíveis às ameaças que envolvem os direitos de comunicação, e se estão dispostos a ir além da defesa dos próprios interesses, levantando barreiras contra formas camufladas ou escancaradas de exclusão e de repressão de minorias e de grupos marginalizados.” (p. 109)

A esfera pública dominada pela mídia fica sujeita a um certo controle do acesso de temas, contribuições e atores, por agentes “produtores da informação” sujeitos a pressões seletivas, tanto do lado da oferta quanto da procura. “Esses processos de seleção tornam-se fonte de uma nova espécie de poder, ou *poder da mídia*, o qual não é controlado suficientemente pelos critérios profissionais. Atores coletivos externos ao sistema político e a organizações sociais ou associações, “têm normalmente menos chance de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios”. ”(p. 110)

Antes de serem postas no ar, as “mensagens são submetidas a *estratégias de elaboração da informação*, as quais se orientam pelas condições de recepção ditadas pelos técnicos em publicidade” (idem).

### **1.3- Mídia, responsabilidade social e *accountability***

“Ao se transformar de ‘meio difusor’ em um sistema produtor de bens simbólicos \_ transformação cuja percepção foi o grande mérito da análise frankfurtiana da indústria cultural\_ a comunicação social altera basicamente seu registro” (CASTRO, 1997, p.269), passando então ser considerado um campo institucional ou subsistema praticamente autônomo. Torna-se uma instância de enunciação “autorizada”, que exerce um papel de mediação entre os outros campos da vida social, dando a estes a visibilidade necessária para um conhecimento comum, compartilhado pela sociedade.

Os discursos da mídia produzidos com o intuito de dar a conhecer a “realidade”, especialmente nos setores informativos e noticiosos conhecidos como *imprensa*, reproduzem essa pretensa realidade “através de seus próprios códigos, gramáticas, valores e interesses agregados” (p.269). Dessa forma, a mídia frequentemente produz e reproduz, para a sociedade como um todo, formas discursivas que obedecem a padrões culturais gerados em esferas de interesses restritos, reforçando relações de desigualdade e exclusão. Ao enquadrar e ressignificar o real, de acordo com esses códigos e valores, assume um papel de produtora de sentidos, e não apenas difusora ou mediadora. O discurso midiático enquanto construção da realidade mostra-se suscetível às pressões dos diversos interesses presentes no interior da sociedade (CASTRO, 1997).

A imprensa frequentemente se deixa atrelar a interesses não-públicos ao cobrir seletivamente os acontecimentos, ou cobri-los de forma parcial ou incompleta. Através de seus recursos, podem construir significados e interpretações tendenciosas para os fatos, além de, no fundo e nas entrelinhas, reificar contextos sócio-históricos e reforçar valores. Não se trata de teoria da conspiração, mas de constatação: seus veículos obedecem a lógicas mercadológicas e a interesses políticos, uma vez que em sua maioria se tratam de grandes corporações de fins lucrativos, que operam muitas vezes em regime de concessão pública, que geralmente obedece a critérios políticos.

O gênero discursivo “jornalismo”, que compõe os conteúdos da chamada imprensa, é um dos mais importantes do sistema midiático e que mais frequentemente apresenta

problemas em sua relação com a sociedade; seus representantes (impressos ou eletrônicos) pretendem apresentar fielmente a realidade: além da investigação e do relato supostamente “objetivo” dos fatos, oferece interpretações e opiniões, apreciações “autorizadas” que buscam promover um “entendimento” social sobre os temas de que tratam, o que o torna “um mecanismo extremamente poderoso de constituição da realidade” (p.271).

Nas sociedades contemporâneas plurais e complexas, com a multiplicidade de esferas de interesses, comunidades de afinidades específicas e inclinações individuais, cresce o risco de atomização e desagregação social e, com ele, a importância de um jornalismo voltado a temas de interesse público. Se em seu papel de produtor/emissor de informação o poder do jornal se dilui na era da Internet, sua função de mediador parece se tornar mais necessária, na medida em que a multiplicidade de informações em um formato de “banco de dados”, característico dos meios digitais (MANOVICH, 2001), as nivela e banaliza. Infinitas e simultâneas referências, temas, fontes e vozes segmentadas podem confundir e desinformar as pessoas, além de encorajar inclinações individualistas, levando a uma progressiva perda de interesse em temáticas sociais coletivas, formadoras de um senso de comunidade e identidade cultural.

Por essas razões, a imprensa adquire uma enorme responsabilidade social; uma discussão e revisão constante de conceitos como interesse público, postura ética, valor-notícia, veracidade, contextualização, imparcialidade, deveria marcar o aperfeiçoamento de suas práticas; trata-se de um serviço de utilidade pública, fundamental à integração e ao autoconhecimento reflexivo da sociedade.

A imprensa tem uma função importante no estabelecimento de uma esfera pública pluralista e de uma sociedade civil esclarecida, desde que mantenha transparência quanto à agregação de interesses políticos e mercadológicos ao universo da produção. A mistura, em um mesmo espaço, da notícia com a publicidade e o entretenimento, tendência reforçada nas mídias eletrônicas e digitais, pode desvirtuar os critérios de cobertura e o tratamento dos fatos, deslocando sua função pública de informar para fins diversos.

A cobertura e a análise dos fatos é frequentemente objeto de distorções, menos ou mais conscientes e intencionais. Em seu ensaio *Padrões de manipulação na grande imprensa* (2003), o jornalista Perseu Abramo aponta alguns tipos ou modelos de manipulação observáveis em quase toda cobertura da imprensa brasileira; ele ressalta que ainda que alguns exemplos possam contestar a característica geral, “a gravidade do fenômeno decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da

imprensa”(p.25).

O entretenimento o espetáculo, importantes elementos com que a mídia conta para conquistar a audiência, e portanto o sucesso comercial de seus empreendimentos, são utilizados muitas vezes de forma indevida. A função da imprensa de noticiar e interpretar os fatos sociais frequentemente se deixa confundir ou contaminar diante da necessidade de garantir esta audiência, apelando muitas vezes para estratégias duvidosas de sedução do público: a espetacularização da notícia, a superexploração de aspectos emocionalmente impactantes, como o sexo e a violência, ou a prática de travestir em assuntos de relevância pública temas como a vida privada de celebridades ou anônimos, são frequentemente observados.

Temas mais áridos ou pouco atraentes, ainda que relevantes para a sociedade, são deixados de lado ou pouco abordados nos segmentos ditos mais “populares” da mídia, quando poderiam por seu intermédio se tornarem mais disseminados e compreensíveis pelo grande público.

Dado que a disposição de recepção, capacidade cognitiva e atenção do público constituem um fonte extremamente escassa, que é alvo dos programas concorrentes de várias ‘emissoras”, a apresentação de notícias e comentários segue conselhos e receitas dos especialistas em propaganda. A personalização das questões objetivas, a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica e a fragmentação de contextos formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação pública. (HABERMAS, 1997; 110)

Temas coletivos relevantes são, muito frequentemente também, abordados sem a devida interpretação e análise crítica, como se fossem fatos naturais ou do acaso, desvinculados de contextos e implicações mais amplas; podem também ser banalizados ou dispostos em um grande “balaio de gatos”, sem que apresente uma distinção quanto à abrangência, importância, gravidade ou demanda por um maior acompanhamento de seus desdobramentos: em seguida a uma notícia sobre uma medida governamental que afeta a todos é apresentada no mesmo tom e com o mesmo destaque outra sobre o resultado de uma partida de futebol, por exemplo.

Em sua dimensão de entretenimento e lazer, igualmente, a mídia pode induzir distorções e produzir desigualdades discursivas na esfera pública. Ao instituir ou reforçar certos valores culturais, privilegiando certas instituições, formas de vida, visões de mundo, gostos e necessidades, gera hierarquias de sentido; o conteúdo de muitas produções não-jornalísticas, como programas de auditório, programas humorísticos, novelas, etc pode



reforçar, por exemplo, desigualdades sócio-culturais ligadas a status social, idade, gênero ou etnia, fazendo com que alguns cidadãos sejam interlocutores menos visíveis ou considerados menos “válidos” que outros em situações de conflito ou deliberação.

Antes de serem empreendimentos comerciais, voltados para o sucesso no mercado, obedecendo portanto a lógicas publicitárias, e antes de servirem a interesses políticos ou ideológicos de seus concessionários, o sistema midiático deve ser considerado enquanto bem coletivo; a sociedade deve exigir e cobrar da mídia o atendimento de suas funções públicas.

As tarefas a serem preenchidas pela mídia, nos sistemas políticos constitucionais, podem ser sintetizadas <sup>14</sup> nos seguintes pontos:

1. Vigiar sobre o ambiente sócio-político, trazendo a público desenvolvimentos capazes de interferir, positiva ou negativamente, no bem estar dos cidadãos;
2. definir as questões significativas da agenda política, identificando as questões-chave, bem como as forças que as conceberam e que podem trazer uma solução;
3. estabelecer as plataformas que permitem aos políticos, aos porta-vozes de outras causas e de outros grupos de interesses, defender suas posições de modo inteligível e esclarecedor;
4. permitir o diálogo entre diferentes pontos de vista e entre detentores do poder (atuais e futuros) e público de massa;
5. criar mecanismos que permitem acionar responsáveis para prestar contas sobre o modo como exerceram o poder;
6. incentivar os cidadãos a aprender, a escolher e a se envolver no processo político, abandonando sua função de meros espectadores;
7. resistir, em nome de princípios bem definidos, aos esforços exteriores à mídia que visam subverter sua independência, sua integridade e sua capacidade de servir ao público;
8. respeitar os membros do público espectador e leitor como virtuais envolvidos e capazes de entender seu ambiente político.

O entendimento desta natureza pública da mídia só pode ser estendido a toda a sociedade através de ações de conscientização e acompanhamento permanentes, que partam dos afetados; a própria mídia raramente se tematiza ou questiona a si própria.

Tendo em vista o poder e a grande responsabilidade social da mídia, torna-se fundamental que o sistema conte com regulamentações e instâncias de controle social sobre seus meios e desenvolva mecanismos de *accountability*, ou seja, “*the process by which media*

---

<sup>14</sup> por Gurevitch e Blumler, 1990 (apud HABERMAS, 1997; 111-112)

*organizations may be expected or obliged to render an account of their activities to their constituents*” (PRITCHARD, 2000;2). Em casos em que sua atuação prejudique indivíduos, grupos ou organizações sociais, em que se comprovem erros, manipulações ou abusos, é necessário que a sociedade possa contar com estes mecanismos.

Os mecanismos de *accountability* podem ser a imposição de códigos de auto-regulação e de ética profissional no interior dos próprios meios, colunas de *ombudsmen*, respostas a acionamentos judiciais baseado em leis e artigos constitucionais, como indenizações, direitos de resposta, correção ou desculpas públicas. Na maior parte das vezes estes processos ocorrem de forma individualizada, restrita ou fragmentada, não constituindo um movimento da sociedade como um todo, de forma sistemática. (Pritchard, 2000). Estudos compilados por este autor mostram que a ação organizada de cidadãos “*can make a difference. The key is organization*” (p. 191). Ações como boicotes, abaixo assinados, pressão em agências regulatórias são impossíveis de se realizar sem uma organização.

Pritchard conclui então que um sistema mais forte e organizado de *media accountability* depende da participação dos cidadãos, assim como a própria democracia, e que ambos são do interesse de todos. (p. 192). Um sistema participativo e organizado pode ser constituído e fortalecido se atores críticos da sociedade civil desenvolverem iniciativas de tematização pública sobre a mídia, acompanhamento constante e questionamento de seus aspectos e práticas, fornecendo subsídios para a discussão e a mobilização públicas sobre o tema.

Além disso, é importante que estas ações promovam interações e coordenação de esforços com outras iniciativas similares, na busca da construção de processos e mecanismos sistemáticos de crítica e pressão; assim, pode-se esperar o aperfeiçoamento tanto em nível das instâncias produtoras quanto das consumidoras, além de uma maior transparência, qualidade e efetividade das interações entre elas.

#### **1.4- A importância de uma crítica social da mídia**

Estas considerações de Pritchard remetem a uma outra reflexão, que igualmente destaca a necessidade de um papel ativo da sociedade civil na determinação das funções e das relações da mídia, elemento que permeia e abrange em seus espaços quase todas as esferas da experiência e do conhecimento, mas que só de forma muito rara, dispersa e frouxa tematiza a si própria e se coloca em questão. “A mídia não se tematiza nem se deixa tematizar com

facilidade \_ não apenas por interesses profissionais e empresariais de furtar-se ao debate \_ mas também por que os processos tendem a desaparecer por contraste com os temas veiculados” (BRAGA, 2002;8). Assim, os fatos e as personagens tomam a cena, tendendo a apagar da vista a forma como a mídia os trata.

Somando-se ao “auto-apagamento e ao ‘esquivamento’ da mídia”, que normalmente não se põe em causa, existem ainda as dificuldades de exposição dos comentários críticos, sobretudo devido à falta de acesso de muitos setores e interesses da sociedade, decorrentes do controle da mídia por poderes econômicos-sociais dominantes; a pouca disponibilidade de espaços e circuitos de debate abertos a não-iniciados. Outro limitador é o fato de a produção crítica quase sempre ser totalizante, não contemplando a diversidade de modelos, produtos, objetos e objetivos, generalizando “a mídia” como tudo positivo, ou tudo negativo (Braga, 2002)

Braga propõe, além dos subsistemas de produção e recepção/uso no sistema midiático, a existência de um terceiro: o subsistema social crítico-interpretativo (SSCI), que ele definiu como o “conjunto de atividades e proposições de diversos setores da sociedade em busca de critérios para julgar, avaliar e selecionar produtos e processos mediáticos; para tentar uma incidência sobre a produção; e/ou para estimular as competências dos usuários” (BRAGA, 2002). Este SSCI seria um “componente ativo da interação social-midiática”, e “uma parte constitutiva da trama social”(idem); as “partes” desse SSCI constituiriam os observáveis de sua pesquisa sobre os elementos e as lógicas da crítica da mídia na sociedade.

Braga reconhece em um artigo posterior que o termo “subsistema crítico” pode não ser adequado, já que não se comprova a existência de tal instância na sociedade enquanto sistema: “Na atual fase da pesquisa, assim, já não teremos a preocupação de verificar se a crítica faz ou não sistema, mas sim a de observar a diversidade de lógicas de comentários sobre a mídia; e propor critérios para perceber sua potencialidade crítica.” E redefine seu objeto de pesquisa em novos termos: “Assim, tomaremos como objeto de nossa reflexão, provisoriamente, aparatos e sistemas (no plural) \_ que podem ser facilmente verificados na sociedade.”(BRAGA, 2003;3)

Ainda assim, a presente reflexão toma a liberdade de preservar o uso do termo SSCI, para se referir a estes mecanismos e processos críticos, pois ainda que não se configurem de forma sistêmica, seus fluxos integram o sistema midiático e interferem em suas dinâmicas, através de diferentes retroalimentações que pode produzir sobre os outros subsistemas e entre eles. Além disso, um dos objetivos deste estudo é apontar fatores que favoreceriam uma

sistematização desses fluxos, o que não exclui o termo enquanto possibilidade para o futuro.

Os observáveis empíricos identificados como as “partes” do SSCI, segundo Braga, incluem a crítica acadêmica e especializada, realizada por teóricos e especialistas, debates na TV sobre temas da mídia, matérias e colunas publicadas em jornais e revistas, vozes extra-jornalísticas como igreja, escola ou cidadãos comuns, que se expressam em colunas ou através de cartas sobre o comportamento da mídia, conselhos de leitores e *ombudsmen* de veículos, além de sites na internet voltados para a crítica de mídia

A pesquisa de Braga propõe a análise das “lógicas” que sustentam esses comentários críticos, ou seja, a o ponto de vista ou lugar social de onde partem; os objetivos e motivações relacionados àquele ponto de vista; as articulações entre a crítica e a coisa criticada; o alcance, os interlocutores, o âmbito de circulação dessa crítica, a abrangência e a amplitude do conhecimento mobilizado sobre a mídia de modo geral, para além do interesse específico daquele ponto de vista. A intenção não é a de *mapear*: “Pretendemos apenas levantar um certo número de indicadores de interações e participação da sociedade nos processos midiáticos, que envolvam um mínimo de reflexividade” (BRAGA, 2002;11-12)

Em um primeiro momento, Braga identificava as possibilidades do SSCI à mera existência de canais de retorno, chegando a considerar “sistema de retorno” e “sistema crítico” como sinônimos, até rever este amálgama e perceber a necessidade de uma distinção. Segundo ele, os “sistemas de retorno” sociedade<math>\diamond</math>mídia (correspondentes às formas de interatividade) são a base para o desenvolvimento de um sistema crítico, mas não asseguram sua existência. Os processos interativos são “insuficientes para assegurar, por si só, a qualificação da mídia” (BRAGA, 2003).

Para ele, a simples superação técnica da unidirecionalidade dos meios de massa, não garante a simetria e a reciprocidade das trocas, a transparência e a democratização do processo; é possível interagir sem reflexão, sem objetivos maiores e os mecanismos de retorno geralmente são utilizados nas instâncias de produção em seu próprio benefício, funcionando dentro de sua lógica. Ele critica os modelos comunicacionais que afirmam a equipolaridade e a igualdade de ação entre produtores e usuários pela mera existência de canais de retorno, apontando limitações sociais e tecnológicos à equivalência e simetria entre eles. “O sistema de produção conduz a interação segundo suas perspectivas” (BRAGA, 2003; 6).

Embora a crítica possa ser considerada um “retorno social” sobre a mídia, o sistema de

retorno não configura uma condição suficiente para a crítica. Os “dispositivos de checagem da mídia” ou sistemas de retorno, “de um modo geral, são instâncias, processos e aparatos que entretêm relações “de sistema” com a produção e/ou a recepção. Alguns (mas não todos) são voltados para objetivos críticos”. (p. 4) Braga ressalta que

interatividade e interação são necessárias (isto é, processo de retorno à mídia ou através da mídia; e processos de circulação comunicacional sobre a mídia). Entretanto, não asseguram a existência de processos críticos. Os processos interativos não são necessariamente qualificadores da mídia – em um sentido socialmente relevante (p. 7)

O autor enfatiza a importância da existência de um aparato crítico sobre a mídia, devido ao inquestionável poder que ela tem de “dizer a realidade” e agendar os temas na vida social. A atribuição de visibilidade e relevância aos fatos, as ênfases e interpretações produzidas pela mídia, com suas frequentes omissões ou distorções, prevalecem sobre outras instâncias sociais, conferindo a ela excessivo poder como produtora de sentidos.

Torna-se portanto necessário que o cidadão disponha não só de mecanismos de retorno e de instrumentos sociais compartilhados de seleção e filtragem como, principalmente, de “competências educacionalmente geradas de interpretação sobre a mídia” (BRAGA,2003), que devem ser alimentadas pelos processos críticos e alimentadoras destes.

Os objetivos essenciais de uma crítica ou “comentários sociais” sobre a mídia deve, portanto, reverter basicamente em duas instâncias principais de ação:

- a instância de produção mediática (para elucidar, modificar, aperfeiçoar, filtrar, cobrar, controlar socialmente);
- a instância da recepção, dos usuários (para oferecer e desenvolver instrumentos de compreensão e análise, para elucidar, estimular a edição na leitura” e a processualidade interpretativa (BRAGA, 2003;9)

Na análise das lógicas dos comentários sociais sobre a mídia, uma perspectiva agonística seria, segundo Braga, o principal critério para avaliar sua potencialidade crítica. A melhor crítica não é a que pretende impor o “certo”, a “autoridade”, a “maior validade” de uma leitura ou apreciação. É necessária a diversidade de gostos e opiniões, a troca, o confronto de posições, o livre debate. A busca do rigor argumentativo e de justificações de pretensões de validade, envolvidos em um debate agonístico, aperfeiçoam os processo críticos e evitam soluções arrogantes e a imposição de argumentos de autoridade.

Hoje, ele considera que seria mais exato identificar o sistema de retorno (componente estrutural e socialmente constatado) como o terceiro subsistema, ao lado do produtor e do

usuário; os processos críticos seriam (ou deveriam ser) a parte mais vistosa e produtiva desse subsistema de retorno. “Só se poderá falar efetivamente em ‘sistema crítico’ na medida em que procedimentos agonísticos atravessem a sociedade e a mídia com peso suficiente para ultrapassar um quadro de críticas pontuais e isoladas – o que não parece ser o caso atualmente, no Brasil.”(BRAGA, 2003; 16)

Christofoletti (2003)<sup>15</sup> reconhece que os deslizos da mídia, como a exploração do grotesco e da miséria humana, vêm irritando camadas cada vez mais numerosas da sociedade, mas que “ainda não vigora no país uma cultura de crítica dos media, que avalia a qualidade dos conteúdos veiculados e que cobra posturas mais dignas e cidadãs das empresas jornalísticas”. Embora já se observem respostas da sociedade a estas “derrapagens éticas” dos meios de comunicação, com alguns esforços neste sentido já sejam observados na sociedade, segundo este autor, o país ainda não experimenta um efetivo ambiente de crítica dos meios.

Paralelamente à necessidade do fortalecimento de uma consciência mais proativa, e menos reativa da sociedade no consumo dos produtos midiáticos, ele propõe, baseando-se em dados concretos, o reconhecimento de problemas estruturais que representam empecilhos para uma efetiva cultura de crítica e que contribuem para o atual estado em que se encontram as relações da mídia com a sociedade, no Brasil. O panorama da organização do sistema midiático no Brasil, apontado por Christofoletti, realmente não parece propiciar um ambiente diversificado, que favoreça discursos dissonantes em seus espaços de visibilidade ou debates agonísticos em suas esferas públicas.

Resumidamente, esses empecilhos seriam:

a) Concentração e oligopólio – apenas sete grupos controlam 80% de tudo o que é visto, ouvido e lido nos media brasileiros. A concentração em poucas mãos dificulta a entrada de novas empresas, estilos e conteúdos no mercado; padroniza o noticiário e estandardiza o entretenimento;

b) Propriedade cruzada e domínio de conteúdo – reprodução do mesmo conteúdo em diferentes veículos. Possibilita que opiniões, valores, símbolos e versões de fatos que interessem ao grupos empresariais detentores sejam distribuídos de maneira perene e uniforme por diversas vias, dando mais força à difusão de tais idéias, aumentando seu alcance e sua penetração;

---

<sup>15</sup> Texto apresentado no 26º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em setembro de 2003, em Belo Horizonte (MG)

c) Coronelismo eletrônico – concentração das empresas de comunicação nas mãos da classe política<sup>16</sup>. Detendo concessões públicas de emissoras de rádio e TV e controlando jornais, não poucas vezes utilizam esses meios para ampliar seu poder em sua zona de influência. “Num terreno minado como este, o espaço para a crítica é ínfimo. Através do simbolismo e do imaginário, as consciências são conquistadas e a autonomia do pensamento \_ e por conseguinte a crítica \_ é anulada.”

d) Dial restrito – inexistência de uma política para as rádios livres e comunitárias. O rádio se converte num clube de poucos associados, muito mais próximo dos interesses políticos e comerciais dos grupos controladores, em detrimento das comunidades.

e) Concessões infinitas – praticamente inexiste a cassação das concessões no país; a regra geral é a renovação automática. Não há cobrança governamental pela qualidade da produção e do conteúdo; a sociedade pouco se manifesta sobre isto. O autor identifica um exemplo atual que destoa: uma campanha da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Quem financia a baixaria é contra a cidadania).

f) Lei de imprensa caduca – com uma legislação deficiente na área, o setor de comunicação encontra poucas condições de normatização interna e raras brechas para um debate mais amplo. “Quiçá espaço para crítica e autocrítica”.

g) Inoperância do Conselhos de Comunicação Social – órgão consultivo, não delibera nem define políticas para o setor; seu alcance e poder de atuação são limitados, encontrando poucas condições reais de intervir no sistema de comunicação;

h) Arcaísmo no empresariado – uma cultura de responsabilidade social é ainda muito incipiente entre o empresariado nacional; o permissionário simplesmente ignora a natureza pública da concessão que detém e os compromissos sociais decorrentes desta situação;

i) Categoria não pode cassar profissionais faltosos

Por fim, Christofolletti menciona um empecilho cuja superação está mais relacionada às reflexões realizadas até aqui: neste item, há o reconhecimento da necessidade e fundamental importância de uma conscientização e participação social sobre a questão da mídia. A superação deste impasse provavelmente exerceria influência sobre a superação das

---

<sup>16</sup> Levantamento da Folha de S.Paulo, de 2001, citado pelo autor, revelou que uma em cada quatro emissoras se encontra “sob as asas” de algum detentor de mandato. Já em uma pesquisa realizada pelo Partido dos Trabalhadores entre 1999 e 2001, também citada no texto, apurou que das 3315 concessões outorgadas no período, 77,6% beneficiaram políticos, sendo que pouco mais de 73% se destinaram a políticos ligados ao partido da situação.

demais, uma vez que uma sociedade civil organizada e atuante na esfera pública ganha poder de pressionar as instâncias formais do sistema, podendo assim corrigir as distorções anteriormente apontadas pelo autor

j) Autismo na sociedade – de olho ainda nos impasses que impedem a criação e disseminação de uma cultura preocupada com a crítica dos media, falta apontar o papel da sociedade consumidora de informação; observa-se que, em largos setores, não há uma cultura de controle e fiscalização pública. O consumidor ainda se movimenta pouco para exigir o cumprimento das normas que os defendem dos abusos, de injunções e omissões deliberadas. O telespectador brasileiro, por exemplo, se queixa da programação da TV, mas apenas em âmbito doméstico. A crítica dos media é frágil e generalizada. Sem endereçamento, cai no rol das demais queixas, dilui-se .

Já se reconhece, no entanto, na sociedade, a necessidade de se estabelecer uma ampla discussão, em nível internacional, sobre os meios de comunicação. Na terceira edição do Forum Social Mundial, em Porto Alegre, o editor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet, conclamou os interessados a constituir um Media Watch Global, instância lançada na ocasião.

Há indícios de uma tímida, porém crescente, disposição pública para pensar o impacto dos veículos de comunicação na sociabilidade contemporânea. A retomada do Forum Nacional pela Democratização da Comunicação e websites como o Monitor de mídia, Observatório da Imprensa, Instituto Gutemberg e S.O.S. Imprensa são alguns sintomas claros desta preocupação (CHRISTOFOLETTI, 2003)

Estes exemplos fazem parte de um conjunto de iniciativas, todas elas fundadas ou coordenadas através da internet, que buscam ampliar os espaços de tematização e os canais de discussão sobre a mídia na sociedade. Isto parece ser um importante indicador de que a rede vem constituindo-se em um elemento revitalizador da esfera pública, favorecendo as intervenções críticas da sociedade civil e criando espaços para a discussão pública de questões coletivas.

No próximo capítulo, examinam-se as possibilidades e os limites da rede para constituir efetivamente esferas públicas mais autônomas e autênticas, relacionando estas propriedades às suas utilizações concretas pela sociedade civil, especialmente com relação à questão da crítica social da mídia.



## **Capítulo 2- A internet como esfera pública: limites e possibilidades**

### **2.1- O que é a Internet**

Uma completa definição da Internet deveria passar necessariamente pela consideração de seu histórico e evolução, além de suas características técnicas, enquanto meio e ferramenta de transmissão de informação.

Serão contemplados de forma bastante sucinta, nesta reflexão, os aspectos históricos e técnicos, uma vez que dados e informações completas sobre estes aspectos se encontram disponíveis, em diversas fontes mais especializadas,

Ao escopo deste estudo interessa sobretudo sua dimensão de espaço virtual de convivência, de comunicação (entendida como o compartilhamento de sentidos entre os atores sociais), que se configura como um novo lugar de sociabilidade e participação política.

#### **2.1.1- Breve histórico**

A Internet surgiu a partir da Advanced Research and Projects Agency (ARPA), uma agência norte-americana que objetivava conectar os computadores dos seus departamentos de pesquisa. A Internet nasceu a partir da ARPANET, que interligava quatro instituições: Universidade da Califórnia, LA e Santa Bárbara; Instituto de pesquisa de Stanford e Universidade de Utah, tendo início em 1969.

A ARPA requisitou um sistema de rede que fosse descentralizado. De forma que em caso de guerra, por mais que uma base de dados fosse atingida, a comunicação não fosse interrompida. Deste estudo, que perdurou na década de 70, nasceu o TCP/IP (Transmission Control Protocol / Internet Protocol), conjunto de regras que formam a “língua” comum pela qual os computadores “conversam” e é a base da rede desde aqueles tempos até hoje.

A Universidade da Califórnia implantou os protocolos TCP/IP ao Sistema Operacional UNIX, um sistema aberto típico do meio universitário,, possibilitando a integração de várias universidades à ARPANET. Nesta época, início da década de 80, redes de computadores de outros centros de pesquisa foram integrados à rede da ARPA. Em 1985, a entidade americana National Science Foundation (NSF) interligou os supercomputadores do seu centro de

pesquisa, a NSFNET, que no ano seguinte entrou para a ARPANET. As duas passaram a ser as duas espinhas dorsais (backbones) de uma nova rede: a INTERNET<sup>17</sup>.

A partir de 1993, já contando com novos *backbones* criados por diversas empresas, a Internet deixou de ser uma instituição de natureza apenas acadêmica e passou a ser explorada comercialmente, tanto para a construção de novos backbones por empresas privadas como para o fornecimento de serviços diversos, abertura essa a nível mundial.

No Brasil, a Internet chegou em 1988, por iniciativa das comunidades acadêmicas de São Paulo (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP) e do Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC). O Ministério de Ciência e Tecnologia criou em 1989 a Rede Nacional de Pesquisas (RNP), no intuito de iniciar e coordenar a disponibilização de serviços de acesso à Internet no Brasil. Foi criado também o backbone RNP, interligando instituições educacionais à rede.

Na década de 1990, a RNP passou o controle da rede de computadores à Fapesp que, em 1995 permitiu que empresas começassem a ofertar o acesso pago a Internet através da conexão discada. Dessa forma, o grupo da Folha de São Paulo, através do portal Uol (Universo On Line) tomou a dianteira e se tornou o primeiro provedor de acesso pago do país. Assim começou a Internet como a conhecemos no Brasil.

Em meados da década de 1990, foi liberado o acesso discado a servidores da Internet. Em 1995, o acesso particular foi permitido e assim a conexão a Internet, através da rede telefônica, começou a ser cobrado por empresas que prestavam este tipo de serviço. Como diz Castells,

Embora a Internet tivesse começado na mente dos cientistas da computação no início da década de 1960, uma rede de comunicações por computador tivesse sido formada em 1969, e comunidades dispersas de computação reunindo cientistas e hackers tivessem brotado desde o final da década de 1970, para a maioria das pessoas, para os empresários e para a sociedade em geral, foi em 1995 que ela nasceu (CASTELLS: 2003; 19)

Na realidade, o desenvolvimento maduro e a popularização do ciberespaço começa em 1989, quando o aprimoramento da *WWW* transformou a Internet em uma rede mais convivial. A Web proporcionou a aplicação de interfaces gráficas bastante funcionais e amigáveis e possibilitaram a criação dos *websites*, hipertextos dispostos na rede que hoje fundem-se com o

---

<sup>17</sup> . Com *i* minúsculo, o termo *internet* refere-se hoje a qualquer conjunto de duas ou mais redes de computadores interconectadas

conceito de internet. Usuários de todo o mundo, mesmo os não iniciados em informática, foram atraídos pela forma simples e divertida com que a *WWW* passou a disponibilizar os arquivos da Internet e facilitar o percurso entre seus diversos conteúdos.

Além de “visitar” os sites e consultar arquivos, ler e postar mensagens através do correio eletrônico (*e-mail*), a utilização pelo usuário dos recursos interativos diretos, como a participação em salas de bate-papo (os *chat-rooms*), fóruns e grupos de discussão *on-line*<sup>18</sup> tornaram-se mais frequentes.

### 2.1.2- Considerações técnicas

A Internet é um grande conjunto de redes de computadores interligados pelo mundo inteiro, sendo que hoje novas tecnologias permitem conexões sem fio, inclusive através de telefones celulares. Para que seja possível tal conectividade, todos os integrantes devem “falar” a mesma língua, ou seja, utilizar-se de um conjunto de linguagens, protocolos e serviços em comum, para usufruir dessas redes de informação de alcance mundial.

A comunicação pode ocorrer sob diversas formas; textos, som, imagem, ou a reunião de todos estes elementos, a chamada multimídia. Porém, os recursos em multimídia exigem velocidades maiores nas transmissões. A evolução dos serviços de telecomunicações e telefonia, junto à popularização do uso de computadores pessoais, a ampliação de sua velocidade, capacidade de memória e os recursos de conexão sem fio tornam o acesso à rede cada vez mais ágil e disseminado na sociedade.

Para acessar a rede, é preciso que os computadores estejam ligados a um servidor. Um servidor é um computador um pouco mais potente, com capacidade (em *bytes*) e tecnologia específica para hospedar os arquivos, ou seja, os documentos que são disponibilizados através da rede. Os servidores servem assim como lugar de alocação destes arquivos. Os servidores mais modernos têm capacidade de prover acesso à Internet para milhares de computadores ligados simultaneamente. Estes computadores são ligados aos servidores através de cabos e de um aparelho chamado *modem*<sup>19</sup>, uma placa que é colocada no interior do computador e ligado a um cabo ou a uma linha telefônica.

---

<sup>18</sup> O termo *on-line* designa o tipo de interação que ocorre de forma simultânea, em tempo real, durante o período em que os interlocutores estão conectados à rede.

<sup>19</sup> A palavra *modem* é uma justaposição de duas primeiras sílabas de duas palavras do inglês: *modulate* e *demodulate*. Elas se referem à modulação e “desmodulação” que esse aparelho é capaz de fazer ao se ligar a uma linha telefônica. O princípio de funcionamento do *modem* é o de modular a transmissão de sons (feito a partir da linha telefônica – a voz) em dados e fazer também o processo inverso.

Os servidores, por sua vez, também acessam a Internet através de outros computadores. Estão ligados a computadores maiores (*mainframes*), localizados em pontos estratégicos. Todo o acesso à Internet no estado de Minas Gerais, por exemplo, passa pelo *mainframe* que está localizado no campus da UFMG, no Instituto de Ciências Exatas (ICEEx). Estes *mainframes* se ligam ainda a algumas poucas máquinas que transmitem o acesso a todos os computadores do mundo. Estas máquinas são chamadas de *backbones* (espinhas dorsais) e todo o tráfego da Internet no mundo inteiro passa por elas.

Os *mainframes* e os *backbones* apontam os caminhos que um computador tem que seguir para encontrar o site que está procurando. O computador envia um sinal ao servidor, que o envia ao *mainframe*, que o passa ao *backbone*. Este vai achar em qual servidor o site está hospedado e informar o “caminho” que o primeiro computador deve seguir para acessá-lo. Este caminho é indicado através de um endereço eletrônico. Todos os *backbones* têm registrado em que ponto da rede estão alocados os sites vinculados a cada endereço eletrônico.

Assim se estrutura a arquitetura da rede para que os usuários possam acessar informações em todo o mundo. É importante que se destaque, porém, a característica da Internet como uma rede sem centro. Nenhum dos nós desta teia são indispensáveis ou insubstituíveis; a rede foi pensada exatamente para que não houvesse núcleos centralizadores.

A *WWW* ou *World Wide Web*, desenvolvida no final da década de 80 por pesquisadores suíços para organizar e simplificar os dados que transitavam através da Internet, é o serviço mais popular disponível na Internet. A *Web* consiste em um conjunto de arquivos, espalhados pela rede, disponíveis a partir de qualquer ponto de conexão. Estes arquivos são escritos em hipertexto<sup>20</sup>, utilizando uma linguagem chamada HTML (*Hiper Text Markup Language*), e podem ser localizados e visualizados através dos programas de “navegação” ou *browsers*<sup>21</sup>.

Antes da Web, o acesso à internet era mais complicado e nada atraente para os leigos, já que exigia vários comandos para a busca de arquivos sem a facilidade da interface visual, com gráficos, cores e ferramentas de navegação simples e amigáveis. Nela, os usuários acessam o conteúdo desejado apenas digitando, em um local apropriado do navegador, o chamado “endereço eletrônico” do site que está procurando. Por exemplo, para entrar na

---

<sup>20</sup> Hipertexto é um recurso que permite a conexão direta entre pontos da rede, através de atalhos ou *links*. Estes são elementos especiais, em forma de texto ou imagem, presentes nos arquivos da internet, que ao serem selecionados pelo usuário o remetem a outras partes ou conteúdos, internos ou externos àquela “página”

<sup>21</sup> Browsers ou navegadores são programas especiais para visualizar páginas WWW. Estes programas lêem e interpretam os documentos escritos em HTML, apresentando as páginas formatadas para os usuários

página do Site XXX, por exemplo, digita-se o endereço <http://www.sitexxx.com.br>. O identificador HTTP, ou Hyper Text Transfer Protocol, faz parte do conjunto TCP/IP, é o protocolo mais utilizado na www para o acesso a suas páginas. sitexxx representa o nome do site. O tipo de domínio (.com) informa que o site é uma instituição comercial ou provedor de serviços. O identificador do país de origem (.br) vem em seguida.<sup>22</sup>

### **2.1.3- Internet e sociabilidade**

Os computadores e redes digitais estão cada vez mais presentes no cotidiano social, incorporando ao vocabulário uma palavra que parece saída dos domínios da ficção científica: ciberespaço, ou espaço virtual, palavra que designa o espaço criado pelas comunicações mediadas por computador (CMC). Imersas nesta imensa rede digital, que aos poucos conecta tudo e todos, presencia-se o surgimento de uma transformação radical no universo de sentidos e nas práticas que conformam as culturas humanas. Trata-se de uma transformação cada vez mais notória nos modos de conceber o tempo e o espaço, a comunicação e as interações pessoais e sociais.

Para o pensador Pierre Lévy, não se trata de uma revolução boa nem má, nem neutra, mas apenas parte do devir humano. Não se trata, igualmente de uma oposição entre o real e o virtual, como querem muitos, mas de uma nova forma de codificação simbólica que dá origem a novas formas de leitura e apreensão do real. Afinal, se se fosse atribuir a “irrealidade” de uma tela de computador ao fato de todos os seus elementos serem combinações de dígitos 0 e 1, teria-se que lembrar que, da mesma forma, as imagens impressas e eletrônicas não passam de agrupamentos de pontinhos pretos e coloridos.

Para Lévy, a digitalização e as novas formas de apresentação de textos e imagens, na CMC, interessam na medida em que dão acesso a novas maneiras de ler e compreender. O leitor em tela é mais ativo que o leitor em papel. Envia comandos, seleciona, edita o texto de sua maneira, deslinearizando e personalizando a leitura e a interpretação. O navegador

---

<sup>22</sup> Novos domínios vêm sendo criados para desafogar o saturado .com; como exemplos, pode-se citar:

.edu – instituição acadêmica;

.gov – instituição governamental;

.net – provedor de serviços em redes;

.org – organizações sem fins lucrativos;

.jor – publicações jornalísticas

estabelece conexões, cria, acrescenta ou modifica ligações entre os diversos “nós” da rede, uma matéria móvel que se oferece a ser selecionada, dobrada e desdobrada pelo leitor que, sem sair do lugar, navega por uma massa infinita de dados, bebendo de fontes multivocais, criando sentidos individualizados. “é como se a digitalização estabelecesse um imenso plano semântico, acessível em todo lugar, e que todos pudessem ajudar a produzir, a dobrar diversamente, a retornar, a modificar, a dobrar de novo...” (LÉVY, 1999; 49).

A desterritorialização, a instantaneidade, a superposição e a interatividade que estão contidos no sistema chamado hipertextual, caracterizam o ciberespaço. Hoje é possível informar-se, testemunhar e participar de eventos em todos os cantos do planeta, além de fazer contato com seus habitantes, sem barreiras espaciais ou temporais.

As organizações transnacionais de mídia já haviam anteriormente estabelecido o germen de uma comunicação globalizada, distribuindo simultaneamente os mesmos conteúdos a diferentes nações e culturas, mas ainda conservou a característica unidirecional dos fluxos de informação. O advento da internet alterou estes modelos de fluxos de informação, demandando uma revisão de conceitos. A tradicional divisão entre a comunicação de massa e a interpessoal, entre o domínio público e privado da comunicação, tornou-se obsoleta, com a emergência desta tecnologia que combina elementos das duas modalidades. Novos estudos e pesquisas vêm se voltando a estas novas configurações:

Merril Morris<sup>23</sup>, em sua tese de doutorado “*The internet as Mass Medium*”, afirma que muitos teóricos da comunicação vêm ignorando a faceta da internet como meio de massa, pelo fato de que ela não se enquadra nas definições e modelos disponíveis. Para ele, as novas tecnologias forçam os pesquisadores a reexaminar velhas definições, flexibilizando estes conceitos para incluir este novo veículo de comunicação:

A internet é um meio multifacetado, que abrange diferentes configurações de comunicação. Ela joga com as categorias de emissor-mensagem-receptor, às vezes os colocando nos padrões tradicionais e em outras criando configurações inteiramente novas” (MORRIS, \_\_\_\_ -)

Já Ingrid Volkmer, em seu trabalho “*International Communication Theory in Transition: Parameters of the New Global Public Sphere*”,<sup>24</sup> desenvolve a idéia de que a partir da tecnologia push-pull (em via de mão dupla) proporcionada pela internet, o paradigma muda da distribuição (que pode ser restrita ou massiva) para o de comunicação em rede, o que

---

<sup>23</sup> Doutor pela Indiana University, EUA

<sup>24</sup> apresentado na Media in Transition Conference, realizada no Massachusetts Institute of Technology (MIT) em outubro de 1999

desconstrói a dialética entre global e local, universal e particular, conformando uma nova esfera pública global.

Para Volkmer, esta esfera pública global é um espaço multidiscursivo, uma esfera de mediação (não imperialista), na qual não há centro, nem periferia. A *agenda-setting* e o contexto serão formados \_ e mediados \_ por operadores autônomos de sistemas de mídia; não apenas por grandes produtores de informação, mas também por repórteres e publicações independentes, grupos de discussão, salas de bate-papo. Neste novo ambiente, os eixos convencionais da ordem internacional da informação (norte-sul, centro-periferia, etc.) podem se tornar obsoletos. A formação da opinião se organiza em novas comunidades virtuais estabelecidas por afinidades, atravessando fronteiras geográficas e culturais e desconstruindo o papel tradicional dos Estados e instituições formais da sociedade. “Compreender a nova esfera pública global, sua autonomia e independência e suas formas de mediação consistirão o suporte da transição para uma comunidade mundial no século 21”, acredita.

Nas esferas do ciberespaço convivem vozes acadêmicas, institucionais, pessoais/individuais; divulga-se, vende-se e dissemina-se todo tipo de causas, produtos, idéias, notícias, imagens, muitas vezes sem a intermediação de instâncias reguladoras, intermediários ou “filtros”. São possíveis as interações interpessoais, diádicas ou grupais, através de correio eletrônico, salas de bate-papo, grupos de discussão, etc.

Com a popularização das tecnologias da CMC, um novo e irreversível fenômeno cultural, a cibercultura, emerge deste mundo sem fronteiras, reconfigurando padrões de sociabilidade e participação política. A ampliação dos espaços e dos recursos de expressão para diferentes públicos, com as ferramentas interativas que tornam possíveis o diálogo e a reunião, formal ou informal, configura entre seus usuários novas formas de convívio e sociabilidade; formam-se o que Rheingold (1993) chamou de comunidades virtuais, reunidas em torno de interesses e afinidades, além de diversas modalidades de debate e troca de idéias sobre as mais variadas questões.

Por outro lado, ao lado dessas constatações mais otimistas, não se pode ignorar que, embora possa ser considerada um “território” livre e democrático, a rede existe dentro de sistema econômico e político global, refletindo suas relações de poder. Colonização e monopolização por megaconglomerados empresariais, sistemas de controle e vigilância, bem como desigualdades de acesso, verticalização norte-sul, centro-periferia, embora em grau menor, são observáveis na rede. A predominância de sentidos ideológicos dominantes e a exclusão sócio-cultural não foram eliminadas. Apesar da abertura de espaço a diferentes

vozes, a cultura branca, ocidental, capitalista, especialmente norte-americana, é o esperanto da rede. A língua, os valores, ícones e objetos de desejo da “matriz” exercem uma certa pressão homogeneizante, difundindo-se globalmente, ditando regras de consumo e comportamento.

Ramonet ressalta que os grupos que alcançarem o controle dos três setores que dão suporte à internet (computadores, televisão, telecomunicações), por meio de fusões e agregações, dominará o mundo da comunicação de amanhã, com todos os riscos que isso pressupõe para a diversidade cultural e a liberdade de espírito dos cidadãos. As lógicas de mercado e as finalidades comerciais vêm orientando grande parte das iniciativas de comunicação na rede. (RAMONET, 1998).

É verdade porém que, por mais práticas de dominação e hegemonia que existam, elas não são capazes de esgotar e preencher todo o espaço e todas as possibilidades dentro de uma sociedade. Como já dizia Williams em 1980, “ningún modo de producción y por lo tanto ningún orden social dominante e por lo tanto ninguna cultura dominante verdaderamente incluyen o agotan toda la práctica humana e toda la intención humana”.

Sobre isto, Pierre Lévy, um dos entusiastas do ciberespaço, defende que:

apesar de todas as suspeitas que possam ser legitimamente nutridas, um fato permanece: um grupo ou indivíduo qualquer, sejam quais forem suas origens geográficas e sociais, mesmo que não tenha nenhum poder econômico, pode investir no ciberespaço por conta própria e adquirir dados, entrar em contato com outros grupos ou pessoas, participar de comunidades virtuais ou difundir para um público vasto informações de todos os tipos (LÉVY,1999;223)

A rede, ainda que possa servir a interesses dominantes, constitui-se também em um espaço aberto, de forma incontestável e sem precedentes na história, a outras falas. É nos interstícios e espaços abertos por ela, que escapam ao controle institucional, e na polifonia proporcionada pela presença e interconexão cada vez maior de sentidos e atores sociais diversos, que se pode alcançar um modelo de comunicação mais “horizontal”, produzindo novas esferas públicas virtuais, mais inclusivas e pluralistas.

Kellner (1998) também acredita que a internet produziu novas esferas públicas e espaços para a informação, debate e participação, que contêm um potencial de revigorar as práticas democráticas, ao encorajar a maior disseminação de idéias críticas e progressivas.

Estas esferas públicas virtuais possuem ainda a vantagem de não exigir a presença física dos atores; é possível acompanhar, participar e contribuir em discussões sobre diversos temas sem sair de casa, ou do local de trabalho:



Os cidadãos de hoje, envolvidos em inúmeras atividades cotidianas “não-políticas” que consomem sua energia e tempo, precisam cada vez mais de esferas públicas abstratas (que prescindem da co-presença) para continuar manifestando suas opiniões (...). (MITRE, DOIMO e MAIA, 2003;65)

As possibilidades hipertextuais de deslocamento instantâneo do usuário entre diferentes espaços e conteúdos que a internet oferece também podem favorecer o estabelecimento de esferas de tematização e discussão mais ampliadas: diferentes iniciativas críticas e de expressão de demandas podem mais facilmente coordenar esforços e promover ações conjuntas. Podem divulgar-se e remeter-se umas às outras, fornecendo atalhos e ligações para que o público possa transitar entre elas e ampliar a aquisição de conhecimento sobre os temas e as chances de participação nos debates pertinentes.

Microesferas sociais e microações periféricas obtêm mais facilmente acesso a informações e a canais expressivos, ampliando a oferta e a demanda de fontes e interpretações diversificadas, possibilitando a intervenção na esfera pública de atores antes excluídos. Dotada de um “potencial de interação inédito se comparada aos veículos de comunicação tradicionais” (MAIA, 2002; 107), a rede promete criar novas oportunidades de participação política. “A realização destes atos de comunicação e debate, que unem virtualmente indivíduos territorialmente distantes em torno de questões de seu interesse são um primeiro passo para influenciar, mesmo que indiretamente, nas tomadas de decisão” ( MITRE, DOIMO e MAIA, 2003;65).

## **2.2- CMC e Interatividade**

As tecnologias informacionais de comunicação (TIC), que constituíram a internet e os sistemas hipermídia através da comunicação mediada por computador (CMC) foram desenvolvidas para duas finalidades principais: a comunicação militar e científica. A CMC se caracteriza por uma extrema flexibilidade e mobilidade. A transcrição de todas as modalidades e formas de comunicação (imagem, som, escrita) para uma linguagem informática (digitalização) multiplica sua capacidade de produção, reprodução, tratamento, distribuição e armazenamento. Exige dos comunicantes certos conhecimentos e habilidades no manejo de equipamentos e linguagens técnicas, o que pode restringir o acesso à sua utilização.

No entanto, a disseminação crescente do uso, com a simplificação e a redução de custos custos destes aparatos, vem aumentando o acesso e a “familiaridade” de seus códigos e

processos na sociedade, sendo hoje praticamente manejável por qualquer criança. (ANTOUN, 2002;66)

A CMC permite que diferentes práticas comunicativas e tipos de interação ocorram em suas redes. Favorece as instâncias organizadas de produção/transmissão de conteúdos, ao eliminar custos de impressão, reprodução, distribuição e limitações de espaço e tempo presentes nos outros meios; aumentam os canais de retorno da sociedade em relação aos emissores; oferecem muito mais possibilidades de diferentes leituras, conexões e percursos, e permitem intercâmbios diretos entre os vários “nós” da rede. Além disso, a possibilidade do uso de seus recursos em nível doméstico e privado permite a flexibilização e a simultaneidade dos papéis de falante e ouvinte para atores diversificados.

A ampliação dos recursos de interatividade constitui o mais importante e o mais referido elemento da CMC: além das ferramentas de navegação e edição espaço-temporal dos conteúdos, como o hipertexto, o termo interatividade designa especialmente os recursos que permitem a conexão de muitos com muitos e facilitam a comunicação entre grupos e indivíduos geograficamente dispersos, muitas vezes de forma instantânea e direta. Os recursos de hipertexto e de interações diretas são talvez os que mais caracterizam e diferenciam a CMC das formas tradicionais de comunicação mediada, e a disseminação de seu uso produz novas práticas culturais; surgem outras formas de busca, tratamento e utilização da informação além de novas formas de sociabilidade, de convivência e inserção em grupos de interesses ou afinidades.

Estas interações podem ocorrer em modalidades sincrônicas, como nos *chats* e fóruns de discussão *on-line*, nas quais as pessoas enviam suas mensagens e acompanham as dos outros em tempo real, simulando uma interação de co-presença, ou face-a-face. E se o limite era o do diálogo através do texto digitado pelo usuário, ele já foi ultrapassado. A Internet nos permite conversar por voz (por meio de microfones acoplados ao computador) e até a interagir visualmente com outras pessoas via tela do computador (através da utilização das chamadas *webcams*).

A maior inovação da CMC, com relação às formas de interatividade, consiste justamente na característica conversacional destas interações: a reciprocidade, o dialogismo direto, a sucessividade de "falas" e a alternância da ocupação do lugar de "escuta" que ocorrem na troca de correspondência, nas conversas telefônicas ou face-a-face, se reproduzem nos ambientes da rede. Este tipo de interatividade talvez seja o que chama mais a atenção e, quando se fala em interatividade das novas mídias, normalmente se está referindo

especificamente a ele:

As redes informatizadas são definidas como interativas porque viabilizam aqueles procedimentos "conversacionais" - esquecendo-se que uma parte significativa das ações na rede *não são deste tipo*; ou então, apressada e equivocadamente, assimilando-se àqueles procedimentos conversacionais interações decididamente de outros tipos (hipertexto, ações do usuário sobre "objetos", decisões de busca, variabilidade de percursos, etc.) (BRAGA, 200;112).

A interatividade, porém, em seu conceito mais amplo, não se reduz à modalidade conversacional, nem é atributo exclusivo dos meios digitais. Uma parcela substancial das relações de "fala" e "escuta" que circulam na sociedade, inclusive através das redes telemáticas, não são imediatamente dialógicas, diretas ou recíprocas; existem outras "interatividades", não exclusivas das redes, como o modelo de interatividade diferida/difusa proposta por Braga (2000):

o que caracteriza fundamentalmente a interação social mediada é dispormos (à diferença do modelo conversacional) de uma produção objetivada e durável, que viabiliza uma comunicação diferida no tempo e no espaço, e permite a ampliação numérica e a diversificação dos interlocutores (p.119).

Este tipo de interatividade também está presente na rede, com a vantagem de que o espaço para veiculação das "falas" e a duração de sua visibilidade na cena pública se encontram infinitamente multiplicados. Assim, pode até representar uma forma mais "produtiva" de interatividade, no que diz respeito a sua utilização no estabelecimento e na condução de debates públicos por meio da rede.

Esta modalidade de interatividade é aplicada em seções do tipo "cartas do leitor", nas quais se publicam as mensagens, que ficam disponibilizadas na página para leitura posterior; é utilizada também em certos grupos de discussão ou fóruns temáticos assíncronos, que são páginas da *web* que servem de interface a um banco de dados; neles é possível iniciar ou participar de discussões, "publicando" contribuições, que ficam armazenadas.

Em um fórum de discussão assíncrono na internet os participantes podem postar suas mensagens e ler as dos outros quando for mais conveniente; isto favorece sua continuidade e a evolução, além de tornar as discussões mais reflexivas. Opiniões e idéias normalmente são expressas e discutidas de forma mais elaborada nestes ambientes do que, por exemplo, nos *chats*, onde a instantaneidade das interlocuções normalmente não permite a remissão a mensagens anteriores e a expressão de raciocínios e conteúdos com maior nível de reflexão e elaboração.

Esferas públicas de debate, nos espaços da rede, teoricamente, podem se configurar nas diferentes modalidades; no entanto a interatividade do tipo assíncrona parece eliminar muitas das objeções levantadas sobre sua autenticidade e qualidade deliberativa.

### **2.3- Limites e restrições das esferas públicas virtuais**

As comunidades virtuais do ciberespaço, nomeadas por Rheingold (1993), foram por ele vistas como capazes de recriar o tradicional sentido de participação e envolvimento das antigas comunidades, constituindo uma revitalização da esfera pública social e da política democrática. Muitas críticas<sup>25</sup> porém se fizeram ao potencial de esfera pública da rede, que alegam que o engajamento e a participação reais em questões coletivas seriam substituídas por uma participação vicária e dispersa. Mais do que isso, a CMC produziria uma fragmentação cultural e política nas sociedades. As formas de utilização mais frequentes, apuradas em pesquisas, apontariam para um baixo grau de engajamento de seus usuários em questões coletivas, já que as características da rede reforçariam inclinações individuais, interesses particulares, a busca de diversão e entretenimento e outros usos não-políticos.

Como diz Maia, “os atores da sociedade civil *podem* beneficiar-se da comunicação horizontal e interativa proporcionada pelas novas tecnologias da informação; *podem* beneficiar-se com a redução de custos propiciada pela internet para se auto-organizar, coordenar a ação coletiva e recrutar membros” (MAIA, 2002:123). Entretanto, ela ressalta, não há mecanismos automáticos que levem à democratização da vida pública: “os atores devem, sobretudo, ser *competentes* para elaborar uma metalinguagem civil”, que qualifique o debate crítico.

Há pouca evidência de que, por si só, o acesso mais amplo às tecnologias irá expandir o interesse pelas questões coletivas, apenas pelo fato de uma parcela maior do público ter chances de participar. Os principais obstáculos para a discussão de problemas de interesse comum adviriam de uma forma de apatia política e não de empecilhos à liberdade de expressão ou de comunicação. (MAIA, 2002).

Porém, como a mesma autora ressalta, o potencial da internet, em termos estruturais, para a auto-expressão e para uma comunicação sem coerções, as amplas possibilidades de associação, a participação anônima e sem presença física dos indivíduos, apagando traços de desigualdades e estigmatizações, torna possível acreditar que esse contexto propicie uma

---

<sup>25</sup> Ver Fernback e Thompson,(1995) e Putnam (1996) apud Antoun, 2002, páginas 168 e 169

evolução na conscientização e na participação das pessoas em questões de seu interesse.

Existem diversos fatores que contribuem para determinar limites para a extensão das trocas comunicativas, especialmente em interações *online*, ou seja, que ocorrem durante o período em que o usuário se encontra conectado à rede. Um deles é a capacidade de tráfego de dados, comumente chamada de largura de banda; sua limitação pode aumentar o tempo e os custos da conexão, uma vez que, quanto menos dados trafegarem na conexão, mais lento será o carregamento das páginas; o que reduz as chances de leitura das mensagens e contribuição nas discussões.

Além do custo em termos de tempo despendido, isto também implica em maior custo financeiro, em redes onde a cobrança é feita por tráfego<sup>26</sup>. A popularização das conexões de banda larga, que possuem maior capacidade de tráfego de dados, podem-se reduzir significativamente estes fatores, mas o acesso a este recurso ainda é restrito. Grande parte dos usuários ainda se conectam através de acesso discado. Nesta modalidade, que tem pequena capacidade de tráfego, paga-se pela duração da conexão e não pelo volume de dados trafegado. O tempo de tráfego nesta modalidade é lento, encarecendo a conexão e também desestimulando a participação em debates *online*.

Outra limitação diz respeito às discussões e fóruns assíncronos: em muitos deles as trocas comunicativas são submetidas a diferentes graus de mediação e gerenciamento; as mensagens podem ser selecionadas, hierarquizadas ou recusadas, a critério do software de banco de dados e/ou de seu(s) administrador(es), bem como a sua permanência na página; muitos ainda restringem o número de caracteres ou palavras que podem ser publicadas; o tamanho reduzido do formulário de envio pode-se constituir como um fator restritivo, desestimulando participantes com menor capacidade de síntese.

Buscando indicações sobre as condições concretas de funcionamento da internet como esfera pública, Lincoln Dahlberg (2001) realizou um interessante estudo no qual reuniu resultados de inúmeras pesquisas empíricas, que investigaram o funcionamento de diversos espaços de discussão na rede, na busca de avaliar suas condições ambientais e características discursivas. O objetivo foi verificar em que medida estas interações cumpririam determinados pré-requisitos, que os configurassem como debates públicos legítimos. Tomando como critério o modelo normativo de esfera pública desenvolvido nas reflexões de Habermas, ele

---

<sup>26</sup> Redes onde a cobrança é baseada na quantidade de informação transmitida e recebida, a chamada “bilhetagem por tráfego”. Mesmo nos acessos residenciais de banda larga, alguns provedores ainda impõem restrições ao volume de dados utilizável num mês, com penalidades a quem superar sua quota mensal.

pôde constatar o cumprimento ou não destes critérios nas diversas modalidades de debates observados pelos estudos de caso, em *chats*, grupos e fóruns de discussão síncronos e assíncronos presentes na rede.

Os critérios habermasianos de esfera pública em que Dahlberg se baseou para caracterizar os debates na rede foram: a) autonomia em relação a poder do Estado ou econômico; b) discurso crítico-racional, baseado em argumentos; c) reflexividade; d) continuidade com escuta respeitosa ao argumento dos outros; e) sinceridade; f) inclusão e igualdade discursiva. Seu trabalho foi analisar os resultados obtidos nas observações de discussões na rede e compará-los com estes critérios.

Seu estudo demonstra que uma “vibrante troca de posições e crítica racional efetivamente tem lugar em muitos fóruns on-line”, mas ressalta que há um número de fatores que podem vir a limitar a qualidade deliberativa destas esferas públicas na rede. Após a análise dos resultados dos diversos estudos de caso, ele identifica estes fatores como sendo, principalmente:

a) a crescente colonização do ciberespaço por interesses de Estados e corporações, ameaçando a autonomia e a independência das esferas de interação pública;

b) deficiência de teor racional-crítico e reflexividade das contribuições; os estudos demonstram que, frequentemente, uma parte mínima das mensagens postadas nestes *locus* de discussão é argumentativa e/ou reflexiva;

c) ausência de escuta respeitosa: em muitos destes debates os participantes apresentam um compromisso mínimo de convívio com a diferença; práticas conhecidas como *flaming* ou *trolling*, nas quais os usuários inventam ou distorcem suas identidades, enviam contribuições que não têm relação com a matéria ou questão em pauta, ou mesmo postam mensagens de conteúdo abusivo ou ofensivo;

d) baixo grau de seriedade e sinceridade; com a dificuldade, na rede, de se verificarem informações, como a identidade do remetente, seu lugar social de origem e suas intenções, muitos usuários participam das discussões adulterando ou falseando a identidade, e muitas das contribuições enviadas apresentam dados e informações forjados ou distorcidos, como brincadeira ou mesmo para enganar, intimidar, dominar ou manipular os interlocutores;

e) a exclusão de muitos participantes potenciais dos fóruns políticos da rede, devido a desigualdades sociais e econômicas que interferem nas condições de acesso e aquisição de competências e conhecimentos necessários para a utilização da rede, restringindo a

participação em debates dos atores sociais mais desfavorecidos, porém não menos afetados ou interessados pelas questões discutidas.

f) a dominação do discurso por certos indivíduos ou grupos, quantitativa e qualitativamente, devido a essas mesmas desigualdades econômicas e discursivas entre os interlocutores .

Os resultados demonstraram, porém, que apesar destas limitações, vêm se desenrolando debates em milhares de espaços na rede, e que estes atos comunicativos confirmam que a internet está efetivamente expandindo a esfera pública; são efetivamente observadas, entre estas interações, trocas discursivas que reproduzem a estrutura de um debate crítico-racional e que, de várias formas, aproximam as condições requeridas para uma esfera pública autêntica.

#### **2.4- A rede e o SSCI**

Ainda que não sejam, por si sós, suficientes para promover engajamento e mobilização coletivas, iniciativas críticas na rede podem desenvolver linguagens e competências críticas e construir ferramentas de intervenção e participação utilizáveis por diferentes grupos sociais, favorecendo o surgimento e a atuação de subsistemas críticos independentes. No Brasil, a sociedade civil já desenvolveu uma certa cultura de movimentos sociais, que desde os anos 70 e 80 vêm ocupando a esfera pública com suas demandas (AVRITZER, 2002); diversos grupos e associações voluntárias, independentes do Estado e de partidos políticos, buscam arregimentar membros, conseguir contribuições, promover debates e propor políticas públicas, com ações de esclarecimento e mobilização, e suas estratégias e táticas dependem de uma estrutura comunicativa eficiente e de grande alcance.

A internet, para estes movimentos, constitui-se em uma ferramenta poderosa para difundir publicamente as causas, agregar dados e informações, coordenar ações. Nem todos os atores e falas na rede alcançam, necessariamente, audiência e repercussão na cena pública, mas ao facilitar a atuação discursiva de atores críticos e fomentar a multiplicação de espaços agonísticos de discussão, ela parece constituir um contexto favorável para ações sociais com finalidade crítica e de mobilização. Ainda que nem todos os indivíduos tenham acesso aos recursos da rede, ou competência para utilizá-los, sua apropriação por lideranças de movimentos sociais, associações comunitárias e ONGs já ocorre em larga escala.

Segundo Bohman, a atuação discursiva de atores críticos pode elevar o nível do debate público, ao ampliar a consciência social sobre os temas e mudar interpretações e entendimentos implícitos na sociedade. Além disso, os discursos se tornam ação ao formar a opinião, mobilizar a sociedade e influenciar a deliberação pública através da argumentação racional, que pode produzir novas visões de mundo e, em maior ou menor grau, exercer pressão sobre o sistema político, podendo a longo prazo levar a transformações concretas em modelos e práticas instituídas da sociedade. Estas fontes de inovação tornam-se necessárias precisamente quando instituições tornam-se rotinizadas em relação à esfera pública (BOHMAN, 1996;202-4).

No mundo de hoje, onde as pessoas dispõem de cada vez menos tempo e disponibilidade para se engajarem em causas políticas, torna-se fundamental a oferta de espaços virtuais, abstratos, que não exijam presença física, nos quais possam se informar, participar, opinar, se posicionar, contribuir. “É importante destacar que estes bens simbólicos fornecem insumos para a consolidação dos chamados ‘conhecimentos políticos práticos’, os quais, mesmo não sendo sofisticados, auxiliam os cidadãos a tomar decisões a respeito das questões que afetam sua vida cotidiana (NORRIS, 2000)”( MITRE, DOIMO e MAIA, 2003; 70)

Entre as diversas iniciativas críticas e debates públicos sobre temas de interesse da sociedade que vêm encontrando lugar na rede, muitos estão voltados à questão da mídia; já existem hoje na internet sítios, fóruns de discussão e *blogs*<sup>27</sup> de jornalistas, ONGs e outros atores sociais que vêm contribuindo para ampliar a conscientização e a mobilização da sociedade sobre a questão da imprensa e da mídia em geral. Buscam promover e qualificar o debate público sobre a mídia na rede.

Entre eles, pode-se citar: Observatório da Imprensa ([observatoriodaimprensa.com.br](http://observatoriodaimprensa.com.br)), Rede Brasil de Comunicação Cidadã ([www.rbc.org.br](http://www.rbc.org.br)), Xingatorio da Imprensa ([xingatorio.blogspot.com](http://xingatorio.blogspot.com)), Midiativa ([midiativa.org.br](http://midiativa.org.br)), Independent Media Center/Brasil ([indymedia.org](http://indymedia.org)), Mídia Vigiada ([midiavigiada.kit.net](http://midiavigiada.kit.net)), Centro de Mídia Independente ([midiaindependente.org](http://midiaindependente.org)), Observatório Brasileiro de Mídia ([observatoriodemidia.org.br](http://observatoriodemidia.org.br)), Fundação Nacional Pela Democratização nas Comunicações ([fndc.org.br](http://fndc.org.br)), Revista POREM ([porem.com.br](http://porem.com.br)), TVer ([tver.org.br](http://tver.org.br)), TeleCrítica ([telecritica.com.br](http://telecritica.com.br)), Paredão da Imprensa

---

<sup>27</sup> Blogs são páginas informais, pessoais, publicadas na rede, nas quais grupos ou indivíduos divulgam impressões, idéias, procuram contatos e acolhem discussões e comentários.



(paredaodaimprensa.blogspot.com), entre outros

Tematizando seus modos operatórios e suas relações com as diferentes esferas e instituições da sociedade, atuam detectando e apontando distorções, manipulações e condutas apelativas, preconceituosas e anti-éticas observáveis nas suas práticas, difundindo vocabulário crítico e competências interpretativas, estimulando leituras diferenciadas, produzindo e encorajando manifestações dissonantes sobre os produtos midiáticos e suas relações com a sociedade.

Como exemplo de iniciativas na rede que ultrapassam seus domínios e invadem a vida real, pode-se citar o site do movimento gaúcho Midi@ética (zerofora.hpg.ig.com.br), fundado para protestar contra o Grupo RBS, por se tratar de um caso provavelmente inédito no país, em que uma iniciativa solitária na internet ganhou força surpreendente, chegando às ruas e se espalhando pelos três estados do Sul. Promove e divulga através do site reuniões presenciais, panfletagem corpo-a-corpo, cronograma de atividades, produção de camisetas e adesivos, organização de oficinas e seminários. Assinaturas de *Zero Hora* vêm sendo canceladas às centenas, a direção do grupo se preocupa e tenta reagir.

A grande maioria destas iniciativas é partida da sociedade civil, está baseada unicamente na rede, e quase sempre, além de produzir conteúdo próprio, oferecem links para iniciativas similares e abrem espaços espaço para contribuições externas e comentários de leitores. Alguns oferecem fóruns e salas de bate-papo em suas páginas, estimulando a participação em debates.

Estas possibilidades de intercâmbios e articulações entre as diferentes instâncias de crítica de mídia e de mobilização, partidas de diferentes lugares sociais, podem contribuir para uma configuração mais sistemática destes processos críticos na sociedade: criam espaços onde os cidadãos podem acompanhar discussões sobre o tema, ferramentas e canais de participação e expressão de demandas; podem favorecer a ocorrência de movimentos propositivos organizados, que encampem as aspirações coletivas levantadas através das discussões públicas, e pressionem as autoridades; enfim, realizem uma aproximação de condições para que as diversas formas de ação crítica configurem um subsistema.

O fortalecimento deste subsistema crítico pode a longo prazo gerar transformações no sistema midiático. No momento em que a sociedade civil resolve tematizar, questionar e debater a mídia, produzindo novos *feedbacks* e demandas ao sistema, todos os seus elementos

são mobilizados e instados a rever e até mesmo reformular muitos de seus aspectos e mudar seu comportamento \_ tanto no âmbito da produção quanto da recepção.

Além disso, a realização de debates públicos, onde as pessoas discutem racionalmente questões coletivas, são o primeiro passo para influenciar as deliberações formais da esfera política (HABERMAS, 1997), e os novos recursos de participação/mobilização à distância proporcionados pela rede podem favorecer o engajamento dos cidadãos.

Optou-se aqui por avaliar a atuação de uma destas iniciativas de tematização e discussão sobre a mídia que utilizam a internet, observando sua abertura para a sociedade como um todo e de que forma constitui uma esfera de debate sobre o tema. Selecionou-se então, dentre elas, pioneira e considerada a mais representativa, por reunir os diferentes elementos que se pretende observar: o site Observatório da Imprensa.

Na busca de indicações de que estes processos críticos podem vir a tomar uma configuração de sistema, com instâncias interligadas e que se alimentam mutuamente, serão analisadas especialmente suas características de articulação com outros lugares de crítica e com a sociedade.

### Capítulo 3- O site Observatório da Imprensa

Diante da necessidade de um acompanhamento permanente e de uma crítica mais ampla e sistematizada sobre a mídia na sociedade, torna-se importante investigar sobre ações ou microações concretas que, atuando em nível periférico, possam aproximar as condições para uma maior articulação entre diferentes atores e processos críticos.

Iniciativas de tematização e crítica sobre a mídia, partidas da sociedade civil, favorecidas pelos recursos da rede, podem alcançar maior visibilidade e difusão na cena pública e interagir mais diretamente com produtores e receptores; podem não somente ampliar a consciência social, mas também constituir legítimas esferas públicas de debate sobre o tema.

Para uma avaliação mais detalhada destes fenômenos, optou-se pela observação do site Observatório da Imprensa, voltado para a crítica de mídia na internet; a escolha mostrou-se adequada para os fins deste estudo, uma vez que o OI mobiliza diferentes recursos e estratégias que podem operar nas três frentes:

1- Tematizando e oferecendo subsídios para a formação de uma consciência crítica sobre a mídia, estimulando a reflexão e discussão social da questão; 2- articulando-se com diferentes setores de crítica e favorecendo o acesso do público a outras iniciativas e espaços de reflexão sobre a mídia; e 3- constituindo uma esfera pública livre e aberta de troca argumentativa, onde o discurso “autorizado” de especialistas divide espaço com outras falas e perspectivas;

O OI foi uma iniciativa pioneira na utilização da internet para o exercício da crítica no país no Brasil. Com a experiência de quem, por muito tempo, procurou exercer e difundir a crítica de mídia pelos meios tradicionais, seu fundador e editor-responsável, Alberto Dines, captou o grande potencial da rede no tratamento de questões coletivas: “Graças a ela (*a web*) viabilizou-se uma rede mundial de informações que mudou drasticamente a forma como o cidadão de hoje converte-se em homem do mundo”, acredita. No mesmo artigo, Dines afirma ainda que “sem a internet e a web não existiria o Observatório da Imprensa, e o conceito da observação da mídia não teria entre nós a dimensão que alcançou”<sup>28</sup>.

Através da observação do conteúdo do site, foi avaliada a atuação do OI como lugar de produção e divulgação de conhecimento sobre questões da mídia. Na busca de indicações de

---

<sup>28</sup> Em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/oi070520031.htm>

que a rede favorece esta atuação, a articulação com outros lugares de crítica e a participação ampliada do público, foram apreciados especialmente seus recursos interativos.

Após uma breve definição e histórico do site, será apresentada uma descrição física de suas páginas, considerando a disposição dos elementos e dos recursos de navegação. Não é objetivo deste trabalho avaliar em profundidade estes elementos e os efeitos produzidos na leitura, mas algumas considerações sobre a apresentação e a navegabilidade no site do OI podem constituir aspectos significativos na observação das relações da publicação com seu conteúdo e com seus leitores.

O item seguinte descreve seu conteúdo: observam-se todas as opções que se oferecem para o leitor através de cada um de seus links; neste item também serão apreciados os recursos que remetem o leitor a ambientes externos ao site, observando como ocorrem as articulações com outros lugares de fala sobre os temas relacionados.

Em seguida, algumas reflexões sobre o conteúdo principal do site: suas seções temáticas, nas quais são publicadas as matérias e artigos, atualizadas a cada edição.

### **3.1- O que é o site**

O Observatório da Imprensa é o site especializado em acompanhamento e crítica da mídia mais antigo e referenciado do país. Estreou na rede em abril de 1996 e já em agosto desse mesmo ano, passou a apresentar uma periodicidade (ou atualização, no ambiente da internet) quinzenal, que permaneceu até dezembro de 2000. De janeiro de 2001 até hoje, a atualização vem sendo semanal. Conta atualmente mais de 300 edições, todas acessíveis na íntegra aos leitores a partir dos recursos de navegação do site.

O site constitui uma extensa e rica fonte de informação e consulta sobre *media criticism* \_ em bom português, crítica de mídia \_ práticas e discursos críticos sobre a mídia que ocorrem na sociedade. O foco da crítica é a função pública da mídia, especialmente em sua dimensão informativa, mas contempla também seus aspectos de cultura e entretenimento; produz e reproduz, em seu espaço, matérias sobre temas como ética e responsabilidade social, políticas de comunicação, o comportamento e as práticas dos diferentes elementos do sistema midiático e suas interações entre si e com a sociedade.

Para apresentar o que é, ou pretende ser, o Observatório da Imprensa, pode-se recorrer à definição que o próprio site oferece de si em sua página:

Entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira.

O Observatório da Imprensa funcionará como um fórum permanente onde os usuários da mídia - leitores, ouvintes e telespectadores, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até agora, desempenhavam o papel de agentes passivos.<sup>29</sup>

O Observatório completa em 2004 oito anos de atividade ininterrupta na internet, complementada há seis pelo programa de TV homônimo. O programa é considerado um “filhote” do site, já que foi concebido depois e como consequência da audiência na internet; e, de acordo com os próprios editores, alavancou por sua vez significativamente a audiência do site (medida em número de *page views*, ou acessos, ao site). Procura colocar em questão e difundir na sociedade o tema da mídia, não só entre os setores mais engajados e críticos, que são reconhecidos agentes de formação de opinião, mas alcançando também um público ampliado.

O OI é, em sua concepção e formato, um jornal, e sua equipe e seus colaboradores fixos são jornalistas<sup>30</sup>. Outras falas que aparecem no seu espaço, porém, de colaboradores eventuais e leitores, podem ser provenientes de diferentes setores da sociedade; também reproduzem matérias e artigos publicados originalmente em outros veículos. O site declara-se um espaço aberto para a pluralidade de vozes e pontos de vista de não-especialistas e de cidadãos comuns; verifica-se, porém, que grande parte das colaborações publicadas ainda partem de uma camada social mais restrita, geralmente jornalistas, acadêmicos e outros profissionais liberais.

Algumas críticas<sup>31</sup> apontam um desequilíbrio ou hierarquia na distribuição destes discursos em seu espaço, que seria resultante do fato de o OI posicionar-se como uma voz especializada, mais autorizada; movido por ideário e preconceitos próprios; constituiria mais um lugar de fala de seus editores do que um fórum livre de discussões sobre os temas.

---

<sup>29</sup> <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/objetivos.asp>

<sup>30</sup> A equipe atual do OI é formada por: **Editor-responsável:** Alberto Dines; **Editor-chefe:** Luiz Egypto; **Consultor Editorial:** Mauro Malin; **Editores-assistentes:** Marinilda Carvalho, Luiz Antonio Magalhães; **Editor da área acadêmica:** Victor Gentilli; **Redatores:** Leticia Nunes, Elisa Antoun; **Web:** Andrea Baulé (editora-assistente), Leila Sarmiento (produção); **Pesquisa:** Dennis Barbosa; **Colaboradores:** Arnaldo Dines (Nova York), Carlos Brickmann, Carlos Castilho, Deonísio da Silva, Leneide Duarte-Plon (Paris), Ligia Martins de Almeida, Luciano Martins Costa, Luiz Weis, Muniz Sodré, Nelson Hoineff, Ricardo A. Setti, Ulisses Capozzoli; Spacca (ilustração), Celso Calheiros (urn@ eletrônica); **Administração e finanças:** Maria Luiza Werle; **Consultor:** José Carlos Marão

<sup>31</sup> Albuquerque (2001) e Braga (não publicado)

Algumas considerações sobre esta questão serão discutidas adiante, no item que descreve o conteúdo do site.

Segundo sua proposta, é dirigido a toda a sociedade, a produtores a receptores dos discursos da mídia, e visa despertar e aprofundar a consciência crítica destes sobre o tema. Oferece recursos interativos de navegação interna em seu conteúdo, além de links para diversas outros sites, publicações e iniciativas relacionadas aos temas de mídia, cultura e cidadania em geral.

Estão disponíveis, em todas as suas páginas, opções para que os leitores enviem as matérias do site para outras pessoas, ou enviem seus próprios artigos, comentários e opiniões para o site, que são publicados integralmente na seção *Canal do Leitor* ou em suas seções temáticas; também realiza uma enquete eletrônica a cada edição. Com isto, estimula a circulação da opinião e amplia a participação do público no debate, ao mesmo tempo em que busca esclarecê-lo e qualificá-lo através de seu conteúdo.

O número de *page views* e de cartas de leitores vem crescendo a cada ano, apontando para a consolidação do OI como espaço público de busca de informação e de discussão sobre a mídia e temas relacionados.

Hospedado atualmente no portal IG<sup>32</sup>, não é anunciado ou divulgado em destaque na página principal deste provedor; só é acessível caso o usuário selecione a opção Sites do IG, escolha a letra O na janela que aparece, e em seguida clique sobre a opção Observatório da Imprensa. O acesso é possível também através da página do Último Segundo, o jornal on-line associado ao IG, que oferece o link Observatório em uma coluna à esquerda de suas páginas, sob a rubrica “Parceiros”.

O endereço eletrônico é [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br), mas o usuário também consegue acessar o site ao digitar [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br); o OI pode, desta forma, ser acessado diretamente, sem passagem pela página do iG. O site do Observatório é muito citado e divulgado, em seu programa na TV e em outras publicações e sites; muitos oferecem link para acesso direto à sua página. O número de visitas, portanto, não está condicionado apenas à intermediação, à divulgação ou destaque dados pelo portal hospedeiro, embora pudesse, sem dúvida, se beneficiar disto.

---

<sup>32</sup> Portais são páginas da internet, normalmente de natureza comercial, que oferecem serviços de acesso à rede, servindo de “primeira parada” do internauta no ciberespaço; se propõem a remeter assinantes e visitantes a produtos ou assuntos de seu interesse a partir de um vasto cardápio de anunciantes e *sites* associados (ou “hóspedes”). O iG oferece acesso gratuito à rede e existe desde janeiro de 2001.

### 3.2- Breve história do site<sup>33</sup>

O OI surgiu como parte de um projeto maior de qualificação da imprensa. Seu idealizador e fundador, o jornalista Alberto Dines, há muitos anos vinha atuando no sentido de aperfeiçoar o jornalismo e consolidar o *media criticism* no país, já tendo realizado iniciativas pioneiras neste sentido.

Dines, 67 anos, jornalista desde 1952, foi um dos principais responsáveis pela reforma por que passou o Jornal do Brasil, onde assumiu a redação nos anos 60. Depois disso, trabalhou em outras publicações, incluindo Folha de São Paulo e Pasquim. Depois de um ano como professor convidado na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde conheceu iniciativas bem sucedidas de *media watching* atuando na sociedade, voltou para o Brasil com a idéia de desenvolver aquilo que tinha visto nos EUA<sup>34</sup>. Explicou seu projeto à direção da Folha, que aceitou, e começou a escrever o "Jornal dos Jornais", em 1975. Era a primeira coluna de crítica à imprensa no Brasil e o início do seu trabalho em *media criticism*.

Entre muitas dificuldades, em plena época da ditadura militar a coluna durou dois anos. Alberto Dines contou em uma entrevista:

O Jornal dos Jornais tinha muitos erros. Era a crítica dentro do próprio veículo e estávamos na época da auto-censura. Foi muito complicado. Eu estava sozinho, não tinha acesso a todos os jornais e não via todos os noticiários na televisão. Naquela época não havia o conceito de ombudsman. Mas teve um efeito extraordinário. Quando o governo fez pressão em cima da Folha, o Jornal dos Jornais foi mencionado, ele incomodava. Eu continuei, mas em 77 a coluna acabou. ([www.reescrita.jor.br](http://www.reescrita.jor.br))

A idéia do Observatório da Imprensa surgiu a partir do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR) da Unicamp, do qual Dines é um dos idealizadores.

---

<sup>33</sup> Este item foi redigido com base em dados e informações disponíveis em artigos de Alberto Dines e Marinilda Carvalho, publicados no OI, além de uma entrevista com Dines publicada no site [www.reescrita.jor](http://www.reescrita.jor)

<sup>34</sup> A idéia do Media-Watching surgiu nos Estados Unidos agregando-se às experiências anteriores do Ombudsman e do Media-Criticism como forma de sensibilizar a comunidade e os profissionais da mídia para a complexidade da função jornalística na sociedade moderna.

Existem pelo menos duas grandes organizações similares, cada uma com ótica política própria: a FAIR (Fairness & Accuracy in Reporting), fundada em 1986, na Era Reagan, com o propósito de fiscalizar a intromissão do poder econômico e político na imprensa. Edita uma revista bimestral, Extra!, considerada hoje uma instituição. Sua contrapartida no campo conservador é a Accuracy in Media, mais inclinada para apontar as infiltrações e distorções liberais na grande imprensa.

Embora concorrentes, completam-se, constituindo um sólido aparelho crítico, pluralista e democrático.

Fonte: (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/objetivos.asp>)

Segundo ele, o Labjor foi criado para atuar em três frentes: uma formadora, voltada para o aperfeiçoamento da formação de profissionais de jornalismo, através de cursos de pós-graduação e especialização dentro da universidade. A segunda, voltada ao mercado de trabalho e à qualificação dos profissionais, realizando projetos e programas de treinamento.

A terceira frente, seria a atuação junto à sociedade, uma vez que um dos eixos norteadores do LABJOR era o compromisso com a conscientização dos destinatários da mensagem jornalística, sem a qual resultariam insuficientes todos os esforços de qualificação e aperfeiçoamento da imprensa.

Assim nasceu a idéia de criar o *Observatório*. Ainda em 1993, quando começaram as negociações com o então reitor da Unicamp Carlos Vogt para a criação do LABJOR, as premissas e objetivos já estavam perfeitamente delineados. A intenção era converter a crítica da mídia de matéria acadêmica em consciência social.

Em 1995, durante uma viagem de carro entre Campinas e São Paulo, Dines e Mauro Malin, amigos e companheiros de trabalho no Labjor, conversava-se sobre a internet. O “papo” despertou o interesse de Dines, que “em dois minutos ficou convencido de que a internet era a mídia do futuro”. A internet praticamente engatinhava no país, mas, por sua natureza, já dava mostras de vir a ser um veículo altamente apropriado para atores críticos que pretendessem tematizar e discutir questões publicamente, tendo sido assim escolhida como meio ideal para a concretização do projeto do Observatório.

Em abril de 1996, entrava na rede o *Observatório da Imprensa*, nome cedido pelo homônimo português<sup>35</sup>. Contava apenas três textos de Dines e um visual bem simples. A própria web gráfica (ou seja, o modo gráfico, com imagens), contava então apenas oito meses de vida. O Instituto Universidade-Empresa (Uniemp), então dirigido por Carlos Vogt, ofereceu-se como hospedeiro do sítio e seu representante legal. Em agosto desse mesmo ano, já contando com diversos textos de colaboradores e cartas de leitores, o OI passa a ser atualizado quinzenalmente.

---

<sup>35</sup> A primeira organização designada como Observatório da Imprensa foi criada em Lisboa. Três meses depois, na França, em setembro de 1995, foi fundado o Observatoire de la presse, braço do Centre de formation et de perfectionnement des journalistes (CFPJ). A experiência brasileira seguiu o modelo francês, combinando duas entidades, uma formadora (o LABJOR) e outra cívica. Com a entidade portuguesa, o LABJOR mantém sólidos laços de cooperação.



No início de 1997, o jornalista Caio Túlio Costa, primeiro *ombudsman* da Folha de São Paulo e o grande impulsionador do UOL<sup>36</sup>, ofereceu o portal para hospedar o Observatório – plataforma que o lançou a patamares de audiência até então inimaginados. Em julho de 2000 o OI foi "demitido" do mesmo UOL, em função de comentários publicados sobre o Grupo Folha, plenamente confirmados *a posteriori*. Em socorro do projeto veio o IG, oferecendo hospedagem no seu portal e apoio material para ampliação do projeto. Desde a entrada no IG, em 12/8/2000, a audiência saltou de uma média de 2.200 para 12.000 *page views* por dia.

Ao longo de sua história, o OI vem registrando um ritmo crescente, com saltos de audiência e participação dos leitores. Em 5 de maio de 1998, foi ao ar o primeiro programa *Observatório da Imprensa* na TV (TVE-TV Cultura), caso único de publicação nascida na internet que desembarcou em veículo de massas. O impacto do programa foi decisivo: o número de mensagens ao site do OI dobrou em dois meses, sem contar os e-mails e faxes enviados ao programa, publicados na rubrica *Observatório na Tv* do site.

Em janeiro de 2001, a periodicidade passa a ser semanal. Segundo a editora-assistente Marinilda Carvalho, isto se deveu à grande quantidade de e-mails recebidos, que estavam sobrecarregando as edições.

Os números da audiência do OI, auditados mensalmente pela WebTrends (<http://www.webtrends.com>), demonstram que o número de visitas ao site continua crescendo. Em 2002, superou a média de 15.000 *page views* diários, em 2003 as médias diárias alcançaram em torno de 20.000 páginas vistas; em 2004, essas médias mais do que dobraram e estabilizaram-se, de fevereiro em diante, na faixa de 40.000 a 60.000 páginas vistas/dianas, nas quais os leitores, em média, permanecem conectados por mais de 20 minutos<sup>37</sup>.

Nesses anos, apenas uma baixa: a versão impressa do *OI*, um boletim mensal de 16 páginas, com 4 mil exemplares de tiragem e distribuição gratuita, que começou a circular em julho de 1997 e foi descontinuado em fevereiro de 2000, depois de 29 edições, por falta de patrocínio.

Hoje, tanto o site quanto o programa de TV estão abrigados numa entidade autônoma, o Instituto ProJor (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo) com sede em São Paulo,

---

<sup>36</sup> O Universo On-Line (UOL) é o maior portal da Internet em língua portuguesa e um dos mais antigos, e está ligado ao Grupo Folha.

<sup>37</sup> Fonte: [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/oi080520023.htm](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/oi080520023.htm)

montado nos moldes de uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, que substitui o Uniemp como proprietário das marcas e abrigo legal..

### **3.3- Descrição e caracterização do site**

#### **3.3.1- Disposição dos elementos e recursos de navegação**

##### **3.3.1.a) Página principal**

A página principal ou *home page* é a página de abertura de um site, o primeiro contato do usuário ao realizar o acesso, representando quase sempre o ponto de partida da navegação por seu conteúdo. A partir da página principal, as opções oferecidas levam a outras páginas, seções ou matérias, dentro ou fora do próprio site.

A “primeira página”, em uma analogia com o jornal impresso, é a porção superior esquerda da página principal, a primeira visão com que o leitor se depara, uma vez que ela não cabe inteira no espaço da tela. Nela geralmente se concentram as principais informações de conteúdo e as ferramentas de navegação (índices, links), e sua apresentação gráfica e visual pode tornar o site mais ou menos atraente e amigável para o leitor, facilitando e estimulando em diferentes graus seu percurso.

Assim como em outros veículos, em publicações da internet a posição na página, tamanho ou cor das chamadas, a ordem e disposição do conteúdo geralmente sinalizam a importância dada às seções ou matérias pelos editores. Na internet, a leitura privilegia os conteúdos mais acima e à esquerda da tela, uma vez que as barras de rolagem da tela partem desta posição.

A descrição dos elementos parte da observação da edição nº 243, de 23/09/2003, (ver figura 1). Alguns destes elementos são confrontados com a edição atual, número 304, de 23/11/2004, quando se verificam alterações ou diferenças importantes (ver figura 2).

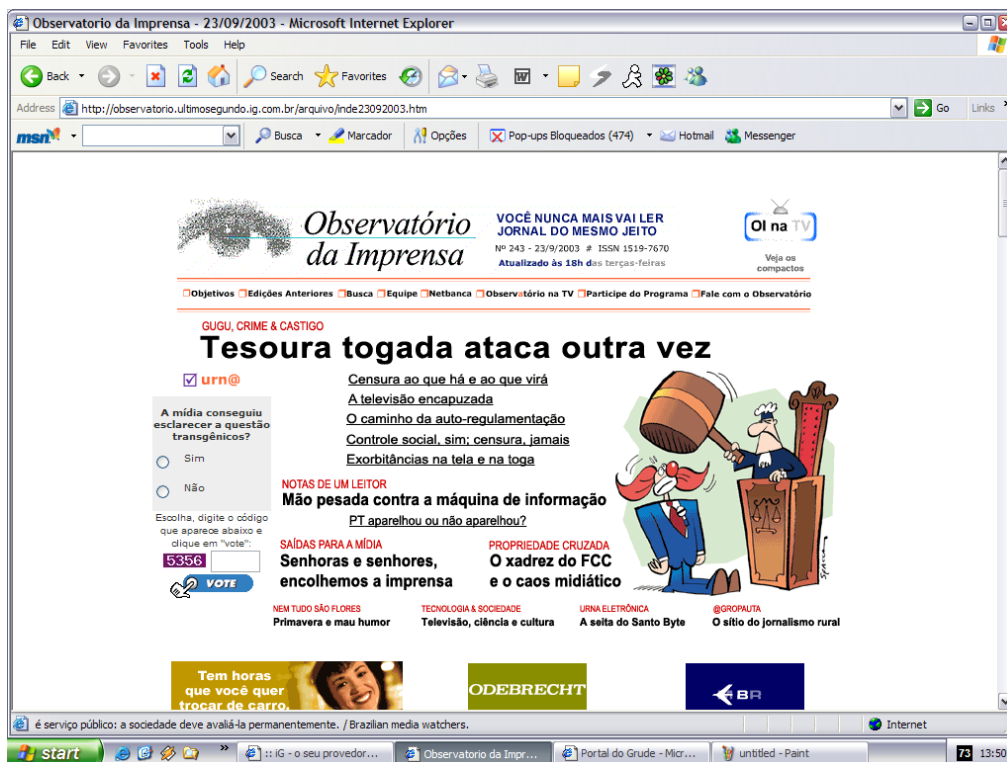


Figura 1 – primeira página da ed. 243 do OI, de 23/09/2003

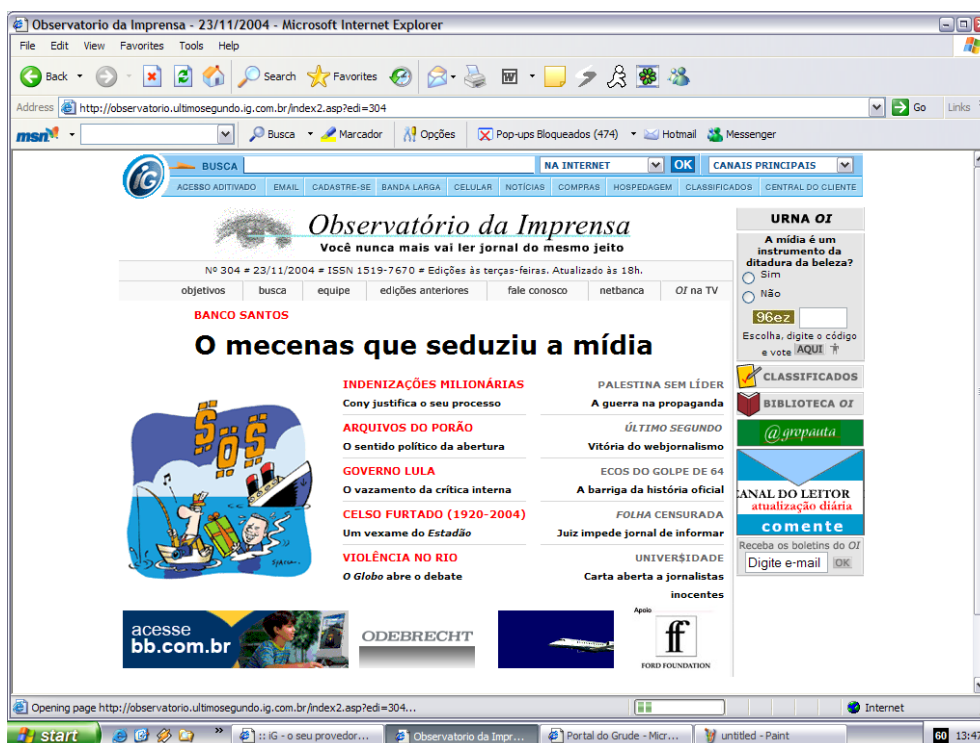


Figura II – Primeira página da ed. 304 do OI em 23/11/2004

Como se pode ver na figura 2, o primeiro elemento existente no alto da página é uma barra de navegação horizontal com acesso à *home page* e às principais seções do site “hospedeiro” (IG). Esta barra aparece obrigatoriamente no alto da tela em todas as páginas de todos os sites hospedados pelo portal (na figura 1 não aparece, por se tratar de um arquivo de edição anterior).

Logo abaixo vem o cabeçalho: logotipo do OI, slogan, data e número da edição, seguidos por uma barra horizontal de links para acesso a diferentes seções e ferramentas internas do site: Objetivos, Edições Anteriores, Busca, Equipe, NetBanca, Observatório na TV, Participe do Programa (ausente na edição atual), Fale com o Observatório.

Abaixo da barra de navegação, uma manchete principal e outras chamadas em destaque, que são hiperlinks para as matérias consideradas de maior interesse ou pertinência naquela semana, além de uma ilustração em cores (uma charge). Também em destaque na primeira página está a Urn@, uma enquete eletrônica diferente a cada edição, na qual o leitor pode votar sobre questões polêmicas que estão na pauta da semana.

Encontram-se ainda, ao final da página, os *banners*<sup>38</sup> dos patrocinadores Banco do Brasil, Embraer e Odebrecht, e na edição atual, do apoiador Ford Foundation.

Nota-se que da edição de 2003 para a de hoje foram realizadas algumas modificações no visual e conteúdo da página principal do site. Na edição atual, percebe-se que a disposição dos elementos na primeira página ficou mais organizada, regular, simétrica, com o cabeçalho do jornal mais destacado acima, a manchete principal, a ilustração e os outros destaques mais alinhados. Metade das manchetes da primeira página continuam usando vermelho e preto, mas as demais estão em cinza; os tipos estão menores e mais leves.

Além de mais clara e agradável à vista, a página atual favorece a visualização do conteúdo e das opções de navegação. O uso de humor e cores permanece, buscando tornar o jornal menos sisudo e mais atraente e para os leitores.

A Urn@ e outros links foram dispostos alinhados à direita, dando acesso a duas novas seções do Site (a Biblioteca do OI e os Classificados), à página do jornal Agropauta, também produzido pelo LabJor, e à opção Receba os boletins do OI. Nota-se especialmente a inclusão de um link para o Canal do Leitor, bem destacado, em um banner colorido em formato de envelope, que informa ser atualizado diariamente e no qual vão se alternando as palavras

---

<sup>38</sup> Banners são pequenas bandeiras ou *boxes*, geralmente ilustrados e animados, que servem como espaços publicitários e como links de acesso ao site da empresa que representa

Leia, Comente e Participe. A utilização destes letreiros animados demonstra uma incrementação na utilização dos recursos gráficos do meio internet.

Rolando-se a tela, vem o índice dos artigos publicados na edição, com título e autor, sob um título temático ou “rubrica” destacado em vermelho (ver figura 3).

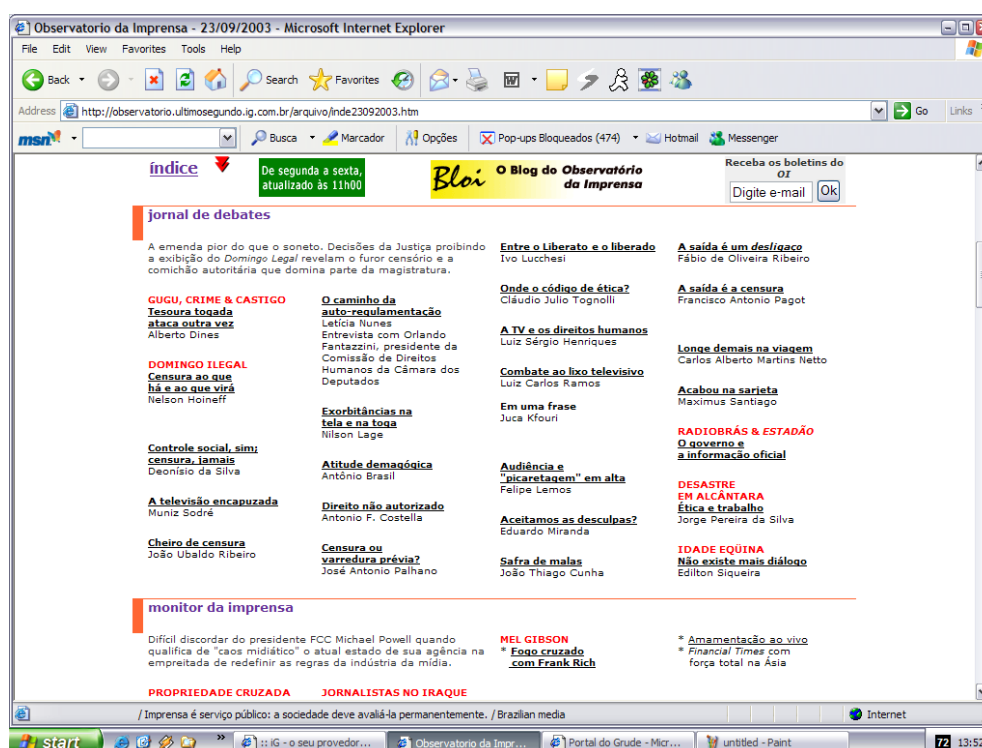


figura 3 – índice das seções temáticas - edição 243

Na maioria das seções, abaixo do nome aparece a transcrição de um pequeno trecho de um dos artigos, destacando algum tema tratado ali. Os títulos dos artigos são hiperlinks e remetem à página onde se encontra o artigo.

A ordem das seções pode variar ligeiramente de uma edição para outra. Na edição atual, acrescentou-se acima da lista um índice com os títulos das seções, que permite acesso direto àquela desejada sem necessidade de rolar a tela (ver figura 4).

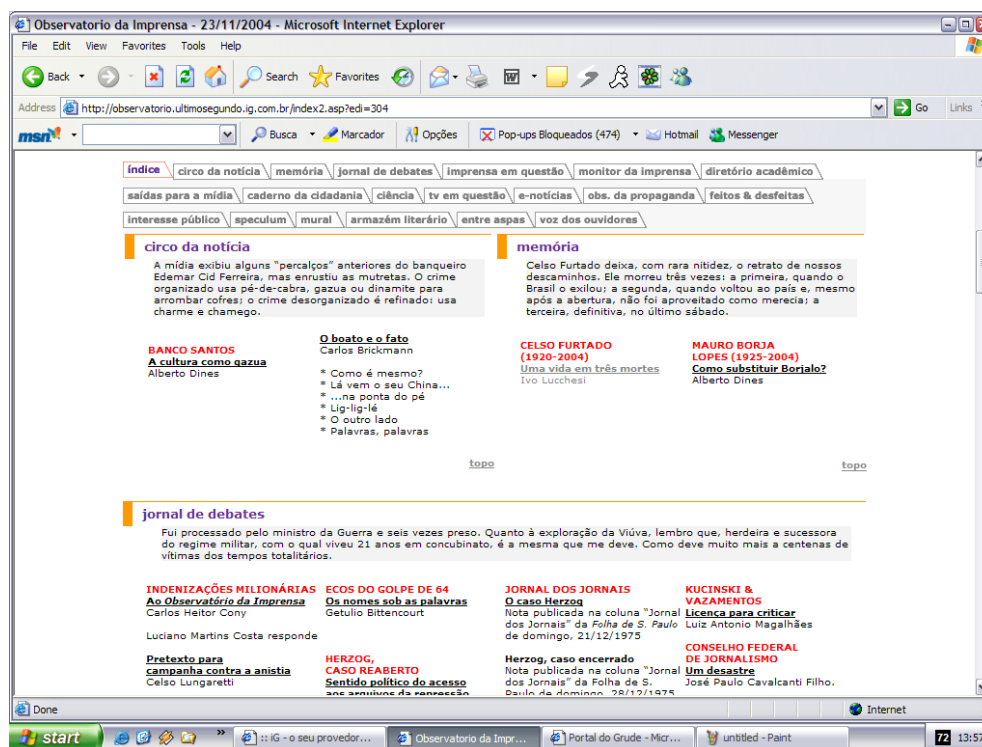


Figura 4– índice das seções temáticas– edição 304

No fim da rolagem da página, abaixo da listagem do conteúdo das seções, existem mais dois links: um para a revista científica ComCiência, produzida pelo Labjor, e um para o MediaChannel.org, uma rede internacional pela democratização e de vigilância sobre a mídia, articulada pela Internet, à qual o OI é afiliado<sup>39</sup>.

Por último, alguns dos links oferecidos na barra de opções de navegação no site, mais uma versão em inglês dos Objetivos (“Purposes”), “Banca”, “Jornalistas na Net” e “Modo de Usar” (ver figura 5).

As três últimas não se encontram mais na edição atual, que além desta, não apresenta nenhuma outra modificação.

<sup>39</sup> Segundo a seção *Who we are* do site, o MediaChannel “is a media issues supersite, featuring criticism, breaking news, and investigative reporting from hundreds of organizations worldwide. As the media watch the world, we watch the media” (<http://www.mediachannel.org/about/>)

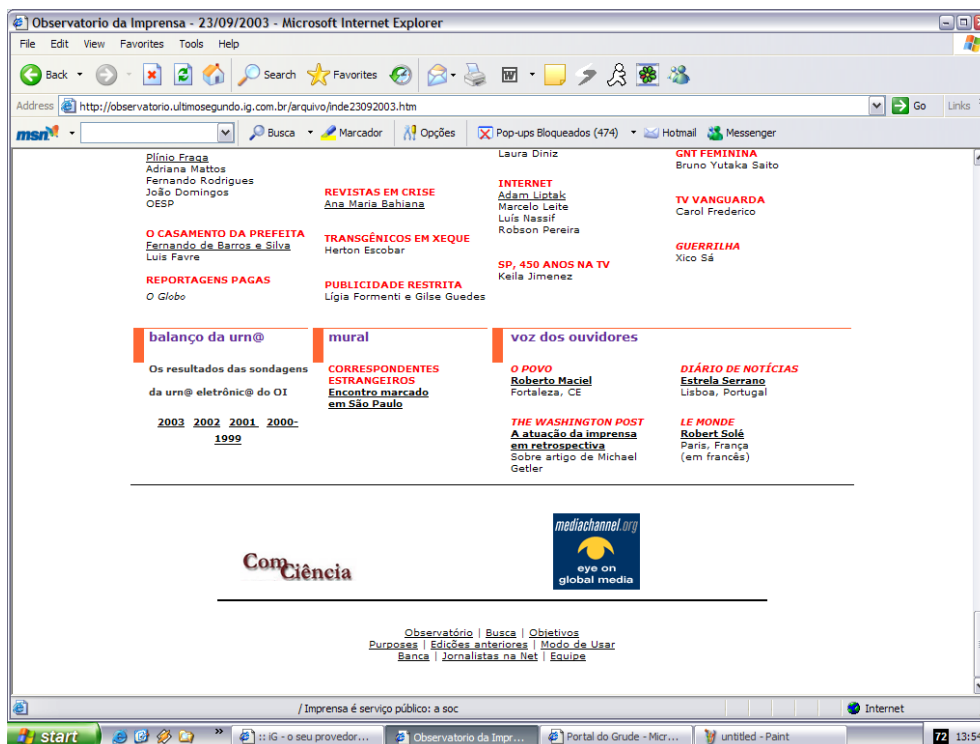


Figura 5 — fim da página principal -edição 243

### 3.3.1.b) Páginas “internas”

Todas as páginas “internas” contêm o logo do OI e o slogan, o nome da seção e a data. Além do conteúdo principal, sempre no centro da página, oferecem todas as opções de navegação oferecidas pelo site e os banners dos patrocinadores. Quando se trata de artigo, são oferecidos ainda links com opções de envio do artigo para a caixa postal de outra pessoa, envio para uma saída de impressora, ou envio de comentário sobre o artigo para o próprio OI.

Existem ainda opções que facilitam o percurso do leitor entre diferentes textos da mesma seção. Também há links para eventuais artigos relacionados, que remetem o leitor a outros artigos sobre o mesmo tema, nesta ou em outra edição.

A fim de agilizar as atuações possíveis do leitor diante do artigo, como imprimir, enviar e comentar a matéria sem ter que rolar a tela para cima ou para baixo, através da colocação dos links acima e abaixo da matéria, a edição atual também aumentou os recursos de navegação interna pelo conteúdo, acrescentando à esquerda a coluna “Nesta Rubrica”, contendo os artigos (título e autor) da mesma seção e à direita a coluna “Destaques da Edição” (idem), que remete a artigos publicados em outras seções do jornal.

Estas modificações indicam a preocupação do site em facilitar a leitura e tornar mais ágil a navegação do leitor, podendo este tirar maior proveito de seus recursos e conteúdo dependendo menos tempo e esforço.

O link “Canal do leitor – comente esta matéria, passou a aparecer também acima do artigo. Abaixo acrescentou-se a opção “Canal do Leitor – leia os comentários”, que abre uma janela exibindo os comentários já enviados sobre aquela matéria, demonstrando o empenho do site em promover o acompanhamento e participação no debate (ver figuras 6 e 7).



figura 6 – página de artigo – edição 304



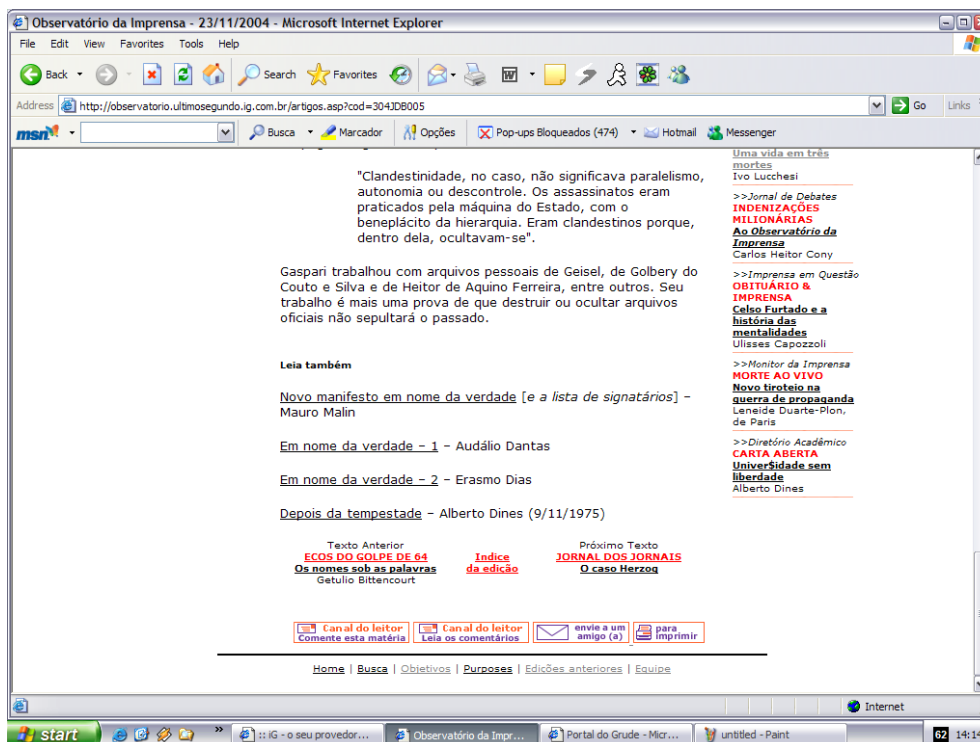


figura 7 – pagina interna - edição 243

### 3.3.2- Conteúdo do site

#### 3.3.2.a) Opções da barra de navegação

Em todas as páginas do OI existem banners que remetem aos sites dos patrocinadores e parceiros. Estes links dão acesso aos jornais produzidos pelo LabJor, à MediaWatch.org e aos sites institucionais dos patrocinadores, já referidos.

A afiliação àquela organização internacional e acesso direto à sua página evidenciam a disposição do OI a articular-se a outras iniciativas, encorajando a conformação de redes entre atores que discutem a mídia na sociedade. Estas redes aumentam a circulação dos processos críticos e interpretativos, estimulando a criação de mecanismos sociais de vigilância e intervenção sobre a mídia

Sobre as relações com os patrocinadores (não simplesmente anunciantes), a própria equipe do site esclarece que eles têm consciência de que estão ajudando a um serviço de utilidade pública, lido por pessoas de alto nível. Estão presentes no OI pelo prestígio de serem parceiros de um site independente e sem interesses, mantido por uma entidade sem fins lucrativos. Eventualmente, podem ser publicadas matérias contrárias a um ou outro interesse

desses patrocinadores, mas isso não é nem lembrado; esta relação não influi de nenhuma maneira no conteúdo do OI.

Da mesma forma, o OI afirma que o iG jamais mexeu no conteúdo e jamais impingiu anúncios<sup>40</sup>. O acordo prevê apenas a barra de navegação do iG nas páginas. O iG inclusive paga ao OI (pouco, mas paga) para que este mantenha-se vinculado; esses dados parecem indicar que este não constitui um serviço de hospedagem da mesma natureza que os outros. Parece trazer vantagens ao iG, conferindo maior seriedade e credibilidade à imagem do portal, que abriga predominantemente sites comerciais e de entretenimento; especialmente ao jornal Último Segundo, seu principal conteúdo informativo, que apresenta o OI como “parceiro”.

As opções de navegação, disponíveis na página principal e em todas as páginas internas, dão acesso aos diferentes conteúdos e ferramentas do site. Duas abrem páginas com informações sobre o próprio site: *Objetivos*, onde ele se apresenta e se justifica, expondo seus propósitos, seu ideário e um pouco de sua história, e *Equipe*, onde consta o nome de editores e colaboradores, dados da entidade responsável (ProJor) e política de direitos de reprodução do conteúdo. Através desta seção é possível enviar e-mails diretamente para qualquer membro da equipe, cujo nome esteja sublinhado.

A disponibilidade destas informações confere credibilidade e transparência às atividades do OI, que coloca-se como interlocutor sincero e não-anônimo, na divulgação de informações e na exposição de seu posicionamento e contribuições ao debate; expõe de forma clara o que é, o que pretende e seus princípios. Além disso, afirma sua autonomia em relação a qualquer instituição estatal ou lucrativa e a qualquer organização ou veículo de mídia.

A seção *NetBanca* configura um importante espaço de articulação e ligação entre o OI e outras iniciativas e ações. Nesta seção, são divulgados sites, blogs e publicações da internet relacionados aos temas de imprensa, mídia, comunicação e arte, de diversos países. Cada item contém uma pequena resenha e um link para a página divulgada. Inclui ainda a opção *Jornalistas na Net*, com endereços de *home pages* de profissionais da imprensa \_ páginas

---

<sup>40</sup> Itens do Termo de Serviço apresentado pelo iG para fornecimento de hospedagem no portal prevêm estas possibilidades (os grifos são meus):

4.3. A apresentação de websites ao iG confere a esta e às suas empresas associadas, uma licença isenta de "royalties", perpétua, irrevogável, não exclusiva, mundial e ilimitada para utilizar, copiar, *modificar*, transmitir, distribuir e exibir publicamente "on line" e "off line" o website do afiliado, bem como partes, *conteúdo* e nome domesmo.

7.1. O iG reserva-se o direito de inserir anúncios dos portais de titularidade do IG, bem como de produtos e serviços de terceiros no website do afiliado. Ao criar e hospedar um website no Portal hpG, o afiliado aceita que o iG insira anúncios no website do afiliado sem que qualquer valor seja devido pelo iG ao afiliado. Estes anúncios poderão incluir, entre outros formatos, "banners" e "pop-ups".

personais de jornalistas, artistas gráficos e fotógrafos, além de escolas, sindicatos e entidades. Esta seção é renovada com frequência e disponibiliza em arquivo todas as outras edições.

A divulgação e a presença de links para outros lugares de fala contribuem para o estabelecimento de contatos e intercâmbios entre instâncias dispersas, aumentando a circulação e a difusão da reflexão crítica sobre a mídia na sociedade. Além disso, o próprio OI alimenta outras iniciativas: percorrendo-se os diversos sites e publicações sobre mídia na rede, observa-se que grande parte deles cita ou divulga artigos do Observatório da Imprensa em suas páginas; muitos oferecem também link para acesso direto ao OI. Estas referências e pontes entre si que ocorrem nas diferentes páginas de crítica e mobilização sobre a mídia podem formar redes ampliadas de informação e participação, através das quais práticas e mecanismos de monitoramento e crítica da mídia sejam socialmente compartilhados.

A barra de navegação do OI oferece ainda a opção *Observatório na TV* (hoje *OI na TV*); ela abre uma página contendo, além do quadro de horários de exibição do programa nos diferentes canais e regiões, opções de acesso ao seu conteúdo: Último Programa / Assista ao compacto da semana / Resumo dos Programas / Programas anteriores. Também oferece a opção *Mande sua Opinião*, que abre ao usuário uma janela de correio eletrônico, endereçada ao site da TVEBrasil, para que ele possa enviar comentários e opiniões diretamente ao programa.

Dois opções oferecem ferramentas de navegação que facilitam o trânsito pelo conteúdo do OI: Em *Edições Anteriores* estão listadas todas as edições anteriores, em ordem decrescente de número e data da edição. Cada item da lista é um link, que abre para o usuário a edição selecionada, com todo seu conteúdo. Já a seção *Busca*: permite localizar, através de palavras-chave, matérias publicadas em qualquer edição do OI; a página inclui instruções de uso. Estes recursos facilitam a busca de informação sobre os temas tratados no site e no programa de TV, estendendo o debate no tempo e encorajando seu acompanhamento e continuidade pelos interessados.

A opção *Fale com o OI* (ou *Fale Conosco*) abre uma janela contendo um formulário (ver figura 8); no espaço destinado aos comentários, não há limites para número de caracteres, permitindo textos de qualquer tamanho. Após o preenchimento, pode ser enviado diretamente à caixa postal do OI.

Figura 8 – formulário para envio de comentários

A mesma ferramenta é oferecida através do link Comente esta matéria, presente junto aos artigos, e permite que o leitor envie seus comentários diretamente para o OI. Sua presença em todas as páginas facilita e convida o leitor para que participe e manifeste-se sobre o conteúdo do site.

Na parte inferior das páginas são oferecidas duas opções extras: *Purposes*, que é uma versão em inglês de Objetivos, e *Modo de Usar*. Esta, que não existe mais na edição atual, abre uma página contendo “Instruções práticas para tirar melhor proveito da leitura do Observatório da Imprensa”. Em seus itens o site, além de instruções para a utilização de seus recursos, encoraja a leitura e a divulgação do conteúdo do site, reafirmando sua política de promover a ampliação e difusão da consciência crítica sobre a mídia na sociedade.

Aqui se mostra também o esforço da equipe em desvincular a crítica e o debate de coerções de qualquer tipo: em seu último item (7), instrui: “Em qualquer circunstância, pense com sua própria cabeça”. Não se sabe porque esta seção foi suprimida.

O *Canal do Leitor*, antigo *Caderno do Leitor*, saiu do corpo do jornal, onde se encontrava entre as seções temáticas, e ganhou uma página própria (ver figura 9); além de

ganhar um link em destaque na primeira página e acesso em todas as páginas de artigo, ganhou melhor organização e atualização diária.

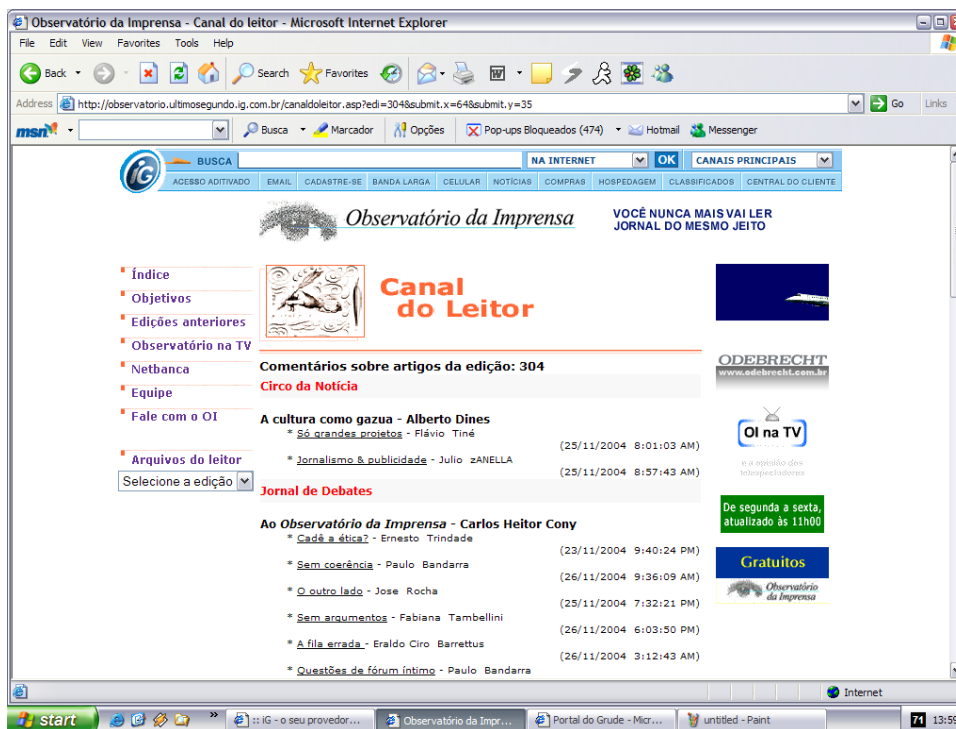


Figura 9 – Canal do Leitor – edição 304

Esta inovação também sinaliza claramente o esforço do OI de aperfeiçoar-se como lugar de debate público; dando maior destaque, facilitando e estimulando a leitura do material enviado por leitores, encoraja o acompanhamento e a participação dos leitores no debate.

As duas novas seções oferecem prestação de serviços. A *Biblioteca OI* oferece livros eletrônicos sobre temas da mídia, para *download* gratuito. Os livros podem lidos na tela ou ser impressos, para leitura em papel, mas é preciso ter o programa Adobe Acrobat Reader instalado na máquina. A seção *Classificados* traz anúncios de oferta e procura de empregos para profissionais da mídia, que são gratuitamente publicados.

### 3.3.2.b) As seções temáticas

O conteúdo nuclear do site, ou seja, os artigos e matérias publicados em seu espaço principal, são disponibilizados através de um índice na página principal, que os relaciona a todos, por título e nome do autor, agrupados em seções temáticas.

A maioria consiste em seções regulares, presentes em praticamente todas as edições, e algumas são esporádicas, criadas para abrigar artigos que versem sobre algum tema específico, ou levantem algum aspecto pertinente sobre a mídia que se destaque ou não se enquadre nas seções regulares. Como exemplos, temos “Mídia, terror e horror”, na edição que analisou a cobertura do atentado em Madri, em março de 2004, a seção “Balanço da posse”, em janeiro de 2003, sobre a cobertura da posse do presidente Lula, ou ainda a seção “Olha a língua”, na mesma edição, criada para abrigar um só artigo sobre o uso de estrangeirismos pela imprensa.

Dentro das seções, existem ainda diferentes rubricas, sob as quais se classificam artigos sobre um mesmo tema ou questão. Como exemplo temos “Domingo Ilegal” e “Gugu, crime e castigo”, que agruparam as contribuições publicadas sobre o caso Gugu-PCC, em 2003.

Segundo depoimento de Marinilda Carvalho à pesquisa, as seções mais regulares e seus critérios de inserção de artigos são:

- *Jornal de Debates*: questões midiáticas em geral;
- *Imprensa em Questão*: crítica de mídia específica, geralmente citando nomes de veículos;
- *Armazém Literário*: resenhas ou notas sobre livros ou de jornalistas ou de mídia;
- *Saídas para a mídia*: reflexões sobre a crise da mídia e propostas de solução;
- *Feitos & desfeitos*: textos sobre grandes erros e acertos da mídia, em episódios específicos;
- *Circo da Notícia*: performances burlescas da imprensa;
- *Qualidade na TV* (hoje *TV em Questão*): artigos sobre o conteúdo e o comportamento da TV, não só em relação ao conteúdo jornalístico, mas também ao entretenimento;
- *e-Notícias*: artigos sobre políticas de comunicação em rede em geral, internet em especial
- *Interesse Público*: mídia e causas de interesse da sociedade
- *Caderno da Cidadania*: a mídia e a questão jurídica: a censura, os direitos humanos, etc.
- *Mural*: eventos sobre mídia

- *Diretório Acadêmico*: artigos da área acadêmica, em geral sobre formação do jornalista; dissertações, teses e trabalhos acadêmicos sobre mídia;
- *Entre Aspas*: seleção do que a mídia brasileira publica sobre mídia;
- *Monitor da Imprensa*: seleção do que a mídia estrangeira publica sobre mídia;
- *Voz dos Ouvidores*: colunas de ombudsmen.

Estas quatro últimas seções temáticas citadas reproduzem matérias e críticas produzidas fora do Observatório, sobre temas da mídia. Dão espaço a abordagens diferentes das suas próprias e a vozes partidas de outros lugares, favorecendo a circulação de opiniões e argumentos entre os participantes e enriquecendo a discussão sobre os temas.

Apesar da seção *Caderno do Leitor* abrigar os comentários enviados por leitores, a editora esclarece que muitas das contribuições de leitores são argumentações mais extensas e estruturadas, e então podem ser publicadas, em forma de artigo, em outras seções temáticas. Para identificá-los, segundo ela, basta olhar o nome do autor: o que não for da equipe ou dos colaboradores fixos, é artigo de leitor. Nas edições analisadas, verificou-se um grande número de artigos de leitores publicados nas seções temáticas, lado a lado com os artigos de editores e colaboradores fixos do site

Existe ainda em todas as edições, a seção *Balanço da Urn@*, que apresenta ao leitor todas as enquetes já realizadas pelo site, em edições anteriores. Esta opção permite aos participantes acompanharem os resultados das enquetes, conferindo o nº de votos em cada opção, percentagens e total.

### **3.3.2.c) Algumas considerações sobre as seções temáticas**

Apesar de não constituir foco deste trabalho, considera-se interessante apresentar algumas formulações resultantes de estudos sobre o conteúdo e a lógica destas seções. ALBUQUERQUE (2002) e BRAGA (não publicado)<sup>41</sup> realizaram observações sistemáticas do site, com objetivos diferentes, e apresentaram algumas reflexões sobre o *modus operandi* do site através das especificidades das diferentes seções ou conjuntos de seções.

As seções pode variar em tamanho, número de matérias e posição na página. Aquelas posicionadas de forma a serem vistas primeiro pelo leitor, seriam aquelas consideradas mais

---

<sup>41</sup> O texto consultado é parte de uma pesquisa do autor, ainda não publicada. Segundo o autor, “é o relato de um dos dez materiais empíricos que analisei – o Observatório da Imprensa. Também não está em forma publicável – é apenas o relato sistematizado de minha observação”.

relevantes. Esta hierarquia pode variar de acordo com o tema em destaque daquela edição, ou seja, “a importância seria dada pela substância específica das matérias da seção naquela semana” (BRAGA). Já Albuquerque, afirma que

“o índice publicado na página de abertura fornece um referencial bastante eficiente acerca do status relativo de cada uma de suas seções (quanto mais acima e à esquerda estiver situada uma seção, maior deverá ser sua importância) a existência de chamadas ou ilustração referente a uma seção também constituem critérios de distinção” (p. 168)

Este autor observa que o Observatório possui uma ambiguidade essencial, já que além de “arena” de confronto entre jornalistas e outros agentes sociais, configura-se como um “agente” ativo do debate, posicionado e não neutro, que utiliza o espaço para difundir seus pontos de vista e influenciar a opinião dos outros atores sobre o tema.

Para ele, o OI se atribui um papel normativo e, portanto, supostamente superior aos demais interlocutores, numa postura contrária àquela que pretende assumir quando se propõe a ser uma arena de debates, ou uma “esfera pública”, idealmente aberta à participação de todos, considerados aprioristicamente como interlocutores igualmente válidos. Assim, privilegiaria na edição e seleção do material publicado autores e artigos que se afinam mais com o ideário da equipe, não baseados em consenso público ou em critérios estabelecidos formalmente pela comunidade jornalística, hierarquizando o material segundo os valores e concepções particulares da equipe do site. Braga também acredita que “a crítica do OI tem o tom de uma militância \_ que se afasta decididamente da possibilidade de ‘distanciamento crítico’ ou de análise estritamente ‘profissional’, digamos técnica, baseada nas “boas regras” do bem apurar e bem redigir.”

Albuquerque observa que cada seção lida a seu modo com as exigências contraditórias decorrentes dessa dupla condição e se estrutura em torno de uma lógica particular no tocante aos temas que são discutidos, aos agentes que os frequentam e ao modo de sua atuação. Em sua pesquisa ele analisou quatro delas (*Imprensa em Questão, O Circo da Notícia, Jornal de Debates e Caderno da Cidadania*), buscando detectar de que maneira cada uma configura um espaço particular de interlocução, avaliando o grau de polifonia e a diversidade temática presentes na seção.

Segundo suas observações, o *Circo da notícia* seria monofônico, pelo fato do Editor-responsável Alberto Dines ser o autor de quase todos os artigos da seção \_ seria o espaço “editorial” do site \_ e monotemático por abordar exclusivamente questões sobre ética jornalística e responsabilidade social da imprensa. Braga concorda com Albuquerque no que



diz respeito à impressão de “editorial” da seção *Circo da Notícia*, pelo fato de as matérias aí localizadas “dizerem” de forma mais explícita, através de casos concretos examinados, as posturas do site; mas ressalta que em muitas edições o espaço inclui textos de outros colaboradores.

*A Imprensa em Questão*, apesar de monotemática seria polifônica, por estar aberta à participação de diversos agentes. Albuquerque aponta, porém, que apesar de ser um espaço plural, não significa necessariamente que se trate de um espaço aberto, pois o trabalho de edição (a seleção, ordenação e agrupamento dos textos em blocos temáticos) atribuiria um sentido geral ao conjunto (p.179). Também para Braga, à *Imprensa em Questão* “não se propõe como território livre para toda e qualquer opinião ou interpretação referente à imprensa. Seria antes o campo de um jogo regulamentado pelos critérios definidores da ‘posição OI’”. Nesse sentido, não se justificaria inteiramente sua caracterização como “arena” sobre os temas propostos.

Segundo Braga, essas duas seções constituem o “núcleo de crítica à Imprensa”, ou núcleo central do site, e o procedimento básico em ambas as seções seria o mesmo: submeter matérias publicadas em jornais do país a uma análise sobre o tratamento dado aos acontecimentos. A ênfase principal é no jornalismo político e econômico, eventualmente internacional, “propondo um conhecimento não só dos processos jornalísticos, mas também dos fatos que cercam as questões da sociedade; criticam-se as matérias jornalísticas para além do seu teor imediato”.

As seções *Jornal de Debates* e o *Caderno de Cidadania* são, pela classificação de Albuquerque, polifônicas, abertas à participação de diversos agentes, e multitemáticas, abertos a outros temas que não a ética jornalística. Pela classificação de Braga, correspondem à “articulação crítica sobre Imprensa-Sociedade”. A premissa básica aqui seria a de que os acontecimentos da atualidade devem ser relacionados a estruturas mais amplas e aos fluxos históricos da sociedade, e que seria inerente à função dos jornalistas compreender e comentar criticamente estas relações, para além de sua cobertura jornalística.

Para Albuquerque, a abertura de seções do jornal a questões éticas mais gerais sugere que “(o OI) reivindica para si uma autoridade moral consideravelmente mais ampla do que a que se expressa explicitamente nos seus *Objetivos*” (p. 174). Ao assumir esse papel de agente privilegiado, o OI se baseia na concepção de que a imprensa tem a função social de formar, e não apenas informar, os cidadãos. Esta autoridade moral adviria, entre outras coisas, da experiência/trajetória do jornalista (no caso, especialmente de seu fundador e coordenador,

Alberto Dines). A responsabilidade social e política da imprensa em relação à sociedade parece ser o critério norteador de sua atuação, e a crítica deve se voltar preferencialmente à normatização da conduta adequada de jornalistas e organizações jornalísticas em relação a este critério.

“É digno de nota que tais critérios normativos não se baseiam tanto em modelos jornalísticos públicos e explícitos quanto na autoridade pessoal de Alberto Dines, na sua qualidade de jornalista experiente e presumidamente descompromissado com esquemas de poder. Não é gratuitamente que a ‘experiência’ assume um papel tão importante como critério de competência” (Albuquerque, 2002, p.177)

O autor ressalta ainda que, por causa disto, muitas vezes o “argumento de autoridade” se sobrepõe à “autoridade do argumento” (p.178).

O *Jornal de Debates* seria aquele que mais se aproxima de um fórum, por ter a participação de uma maior variedade de personagens e abrigar diálogos e polêmicas em seu espaço, com mensagens muitas vezes referenciadas e contraditórias umas às outras. Braga afirma que o JD “prefigura e ilustra o ideal do jornalismo enquanto esfera pública de debates para o esclarecimento e o encaminhamento dos temas da sociedade” .

Para Albuquerque, esta seria a seção que melhor concretizaria o objetivo expresso do OI de constituir “um espaço para setores até então desprovidos de participação”, pois diversos atores da sociedade se envolvem em discussões de temas que não teriam oportunidade de se desenvolverem em publicações da imprensa. Também aqui o tema central da ética jornalística tenderia a “transbordar” e acolher outras questões.

Quanto ao *Caderno de Cidadania*, este autor acredita que ele satisfaça a reivindicação do OI de um status de representante da sociedade civil e seu projeto político de “tornar-se um agente político efetivo, capaz de influenciar o processo de tomada de decisões no âmbito do Estado” (p.183), ao forjar aliança com o Ministério Público na função de vigilância ativa sobre os poderes públicos.

Segundo Braga, o conteúdo desta seção, “expressa concretamente uma aliança estratégica do Observatório com o Instituto de Estudos ‘Direito e Cidadania’ (IDEC) e com a Associação Brasileira de Ouvidores (ABO), de modo a aproximá-lo do Ministério Público”. Apesar de contemplar questões jurídicas relativas à atividade jornalísticas, os artigos da seção não raro extrapolam este tema, e, assim como no JD, muitas vezes enfatizam o próprio acontecimento ao invés de sua cobertura jornalística.

Para Braga, apesar do *Jornal de Debates* e o *Caderno de Cidadania* não realizarem diretamente um processo crítico sobre a imprensa, são básicos para o tipo de crítica que o OI desenvolve. Abordam temas e valores político-sociais relacionados à cidadania de forma mais abrangente, sugerindo análises e interpretações que estariam na base das críticas feitas à atuação da imprensa.

As seções *Voz dos Ouvidores*, *Entre Aspas*, *Monitor da Imprensa* e *Mural*, pela classificação de Braga, formariam o conjunto “O que se publica sobre o tema Imprensa”. Reproduzindo artigos publicados alhures sobre o tema, este conjunto de seções seria como “um ‘olhar para fora’, para uma amplitude maior de falas – dentre as quais a própria fala do OI se inscreve e legitima”.

Braga ressalta que, através dessas seções, a Imprensa como “objeto do qual se fala” adquire mais existência e consistência, pelo fato de agregarem em seu espaço material diverso sobre o tema, que se encontra disperso nas páginas dos outros veículos. Para ele, estas seriam a seção de efetivo pluralismo no OI: configurariam um *clipping* organizado tematicamente, reunindo diferentes notícias e interpretações, críticas ou não, nas quais o que importa efetivamente é falar sobre a imprensa.

Ainda segundo este autor, deste conjunto aquela que se articularia mais diretamente com o conjunto nuclear de crítica do OI seria a *Voz dos Ouvidores*; esta seção reproduz colunas de *ombudsman*, que, apesar de oriundas de publicações externas ao site, reforçam sua crítica, pelo fato de suas lógicas “se inscreverem em uma mesma sintonia, um mesmo tipo de relacionamento entre crítica e seu objeto”. O *ombudsman*, em sua autonomia em relação ao jornal, tem independência de posição mas não distanciamento ou isenção \_ uma vez que trabalha em benefício do próprio jornal; a crítica deve então remeter a critérios e valores que, mesmo quando não consensuais, são expressos e defendidos como devendo sê-lo. De certa forma, esta seria também a posição do OI: ainda que possam vir à tona preferências pessoais, só há rigor e contundência nas críticas quando “podem remeter, explícita ou implicitamente, a valores defendidos”. O OI aparece assim, com esta proximidade, em seu papel autodesignado de *ombudsman* da imprensa.

Prosseguindo na classificação de Braga, as seções *Urn@* e *Caderno do Leitor* formariam o conjunto “Articulação com a sociedade – leitores”. Ele observa que a *Urn@* reflete a posição militante do OI, uma vez que a formulação das questões frequentemente parece configurar uma espécie de “teste de consciência crítica”, no qual as opções oferecidas

se distribuem entre “posição crítica” e “posição ingênua ou conformista”; seriam consideradas “certas” as respostas consonantes com as posições defendidas pelo OI.

Através dos resultados apresentados na seção *Balanço da Urn@*, ele observa que a maioria dos leitores-respondentes “passa no teste”, evidentemente motivados pela própria relação de leitura com o Observatório

O *Caderno do Leitor* (hoje *Canal do Leitor*) é o espaço do leitor por excelência, onde ele pode se manifestar livremente sobre os temas tratados. Segundo Braga, “o ideário de ‘esfera pública’, que assinalamos especialmente no *Jornal de Debates*, se expande aqui para além dos ‘experts’ e iniciados que majoritariamente frequentam aquela seção”, estando aberto à sociedade em geral. Segundo a editora Marinilda Carvalho, a seção é a “menina dos olhos” do jornal e vem aumentando consideravelmente desde as primeiras edições, atingindo picos quando algum tema “quente” é abordado.

Apesar do formato ser semelhante às seções de cartas de veículos impressos, “o ambiente de um site propicia grandes vantagens para uma interlocução ativa” (Braga). Ele assinala que desaparece o problema de espaço, e todas as cartas podem ser publicadas na íntegra. Aponta também como vantagem a possibilidade interativa de os leitores se dirigirem diretamente uns aos outros, através do link com o endereço eletrônico associado ao nome do remetente; porém, atualmente esta opção não mais existe: o site deixou de disponibilizar, desde março deste ano, o e-mail dos leitores<sup>42</sup>. Outra vantagem apontada é a possibilidade de acesso direto às matérias comentadas pelos leitores, por remissão ao final da carta.

Uma vantagem que ele não menciona pode ser acrescentada aqui: a disponibilização dos arquivos de cartas de leitores de todas as edições passadas constitui-se em um recurso importante para possibilitar uma continuidade do debate. É possível acompanhar o desenrolar de uma troca de argumentos ou rever o que já foi dito sobre o assunto.

A observação de Braga constata que, de maneira geral, as contribuições se apresentam em forma de artigos bem elaborados, com argumentação bem desenvolvida, favorecidas pela disponibilidade de espaço, e o enfoque “imprensa” e o enfoque “sociedade” se articulam, enfatizando ora um ora outro, devido à relação de continuidade entre imprensa e sociedade que faz parte dos conceitos do Observatório e permeia suas críticas.

---

<sup>42</sup> Segundo os editores, isto se deveu ao uso irregular destes endereços por parte de terceiros, com finalidades comerciais, por exemplo.

Por fim, Braga agrupa as seções restantes \_ *Ciência, E-notícias, Qualidade na TV, Armazém Literário e Feitos & Desfeitos* \_ em um conjunto que ele denominou de “Objetos complementares de observação”. Complementares, segundo o autor, pelo fato de ocuparem menos espaço e atenção do que o “jornalismo informativo e interpretativo de interesse político” (p.14). O número de matérias é bem menor, envolvem outras mídias (TV, livros, internet) e outros temas, não diretamente relacionados à política (esportes, ciência, cultura). Segundo apurou Braga, “são coerentes com o perfil do jornal, nas suas lógicas e processos críticos, mas sofrem variações de abordagem, devido certamente às especificidades dos objetos, mas também a preferências de seus organizadores”.

As observações realizadas por este estudo em parte desconfirmam algumas destas considerações. Pode-se de fato constatar que os destaques da primeira página e a disposição gráfica podem priorizar temas e seções nas quais as colaborações produzidas pela equipe do site aparecem em maior número; também no interior das seções, os artigos que expressam as posições da equipe geralmente são oferecidas no alto e mais à esquerda da página.

Porém, observa-se que não é regra geral; também há a presença de diversos artigos de leitores, publicados nas seções, nos quais idéias e posições muitas vezes diferentes das do OI são publicadas. A apresentação gráfica de seus títulos e autores é idêntica à dos produzidos pela equipe do site e muitas vezes estão em maior número que estes.

A atuação do OI como voz especializada e autorizada realmente pode ser observada, mas ocorre de forma declarada e explícita. Não se percebem estratégias sutis ou disfarçadas de convencimento ou elementos que representem uma demonstração ostensiva de sua superioridade em relação às outras vozes que circulam em seu espaço.

Além disso, percebe-se em todo o espaço e nos recursos oferecidos pelo site uma disposição a abrir-se a colaborações diversas e não-especializadas. O *Canal do Leitor* tem o destaque que já se constatou e o *Jornal de Debates*, onde se abriga grande parte das contribuições externas e apresenta maior polifonia e confrontos entre opiniões diferentes, quase sempre é a primeira seção no índice. Algumas chamadas da primeira página também remetem a matérias não produzidas pela equipe do OI; estão destacadas não pela autoria, mas pela qualidade do texto ou pertinência do tema.

O Observatório da Imprensa demonstra, através de seu conteúdo amplo e diversificado sobre temas da mídia, que vem realizando sua proposta de fornecer subsídios para a reflexão e o debate sobre o tema da mídia na sociedade. Seus recursos de busca, arquivos anteriores e os

links oferecidos junto a cada seção e artigo estimulam o percurso do leitor pelo seu conteúdo, favorecendo uma compreensão mais ampla e contextualizada de cada questão tratada.

Ainda que a voz de sua equipe possa eventualmente se sobressair, constitui um espaço polifônico, no qual diferentes vozes e pontos de vista são acolhidos. Grande parte dos artigos publicados são contribuições de leitores, e estas muitas vezes se encontram em maior número que os artigos de seus colaboradores fixos. No *Jornal de Debates*, especialmente, se desenrolam polêmicas e embates de argumentos; e apesar da localização dos artigos da equipe geralmente vir em primeiro lugar na seção (acima e à esquerda), não comprometem a qualidade agonística de seu conteúdo.

Além desta abertura a falas provindas de fora do jornal, o esforço do OI em oferecer ao leitor todos os aspectos das questões tratadas pode ser verificado também pela seção *Entre Aspas*; aqui se oferece ao leitor a opção de tomar conhecimento do que foi publicado em outros veículos sobre o tema em questão, em matérias informativas ou opinativas, permitindo uma formação de opinião mais esclarecida e fundamentada em dados e argumentos.

O OI, no entanto, não pretende apenas ser um provedor de informações e opiniões formadas sobre temas da mídia; pretende ser um espaço onde a sociedade como um todo possa se manifestar, refutando ou apresentando novos argumentos. A participação dos leitores é bastante encorajada e facilitada através das ferramentas “Fale com o OI”, presente em todas as páginas e “Envie seu comentário”, junto a todos os artigos; desta forma, convida os leitores a se tornarem interlocutores, para debater as questões.

A tentativa de constituição de uma esfera pública de debates sobre a mídia é fundamental na proposta do OI, e para verificar se este objetivo tem sido atingido, foi avaliado um debate ocorrido em suas páginas, apresentado a seguir.

## Capítulo 4- O OI como esfera pública

Além de refletir sobre a atuação do OI como ator social crítico que, utilizando os recursos da web, problematiza a questão da mídia na cena pública, interessa especialmente a este estudo o desempenho de seu outro papel: o de “arena”, ou *locus* de discussão, constituindo ele próprio uma esfera pública de debate sobre a mídia. As articulações com outros setores de crítica e os recursos oferecidos para a participação do público foram discutidos no capítulo anterior, na descrição do conteúdo do site; o objetivo principal, porém, consiste em observar *in vivo* as dinâmicas da interação entre os leitores e o site.

Para avaliar as condições concretas destas trocas comunicativas, optou-se pelo acompanhamento de um debate ocorrido nas páginas do OI; são observadas as formas e conteúdos da participação dos interlocutores, considerando-se as lógicas discursivas e recursos mobilizados. Uma análise qualitativa das contribuições permite verificar se cumprem os requisitos básicos para a legitimidade de um debate público.

Serão feitas inicialmente algumas considerações sobre a escolha do debate e uma breve descrição do episódio que o gerou; em seguida, será apresentada uma análise deste debate, explicitando-se os critérios e métodos que a nortearam.

### 4.1- A escolha do objeto – o caso Gugu-PCC

Dentre a enorme diversidade de temas e questões que circulam no site, tornou-se necessário fazer um recorte, focando a análise em um objeto específico; foi selecionado então o debate sobre um tema que obteve ampla cobertura em suas páginas: o caso *Gugu-PCC*. Na ocasião, o OI constituiu-se em um lugar privilegiado de visibilidade e reflexão sobre o episódio: além dos artigos da própria equipe, de seus colaboradores e leitores, reproduziu matérias informativas e opinativas publicadas em outros veículos.

A escolha deste debate, especificamente, para objeto de observação não foi aleatório: o caso *Gugu-PCC* teve um impacto significativo, repercutindo em diferentes setores da sociedade e suscitando reflexões sobre questões jurídicas, éticas e de responsabilidade social da mídia, temas típicos do Observatório da Imprensa; foi discutido em destaque no site durante três edições consecutivas e provocou um número recorde de manifestações de leitores.

A profusão de manifestações e comentários que gerou talvez seja a característica que mais tenha influenciado na escolha deste episódio, já que uma maior quantidade de participantes em um debate permite avaliar melhor os diferentes aspectos qualitativos desta participação.

### **O que foi o caso**

No dia sete de setembro de 2003, o programa Domingo Legal, exibido semanalmente em todo o território nacional pela emissora SBT, apresentado por Augusto Liberato, vulgo Gugu, exibiu durante longos minutos uma aterrorizante entrevista com supostos integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma auto-proclamada organização criminosa que reuniria bandidos e traficantes, dentro e fora das penitenciárias de São Paulo.

Na época, a sociedade se encontrava amedrontada diante das últimas façanhas assumidas pelo PCC, como uma série de rebeliões em presídios e ameaças à segurança pública proferidas por seus integrantes. Largamente divulgadas pela mídia, através de seus inúmeros produtos “jornalísticos” que espetacularizam o terror e exploram a insegurança social na busca de audiência, reforçavam o clima de comoção e insegurança social. Por isto, o impacto produzido pelos bandidos encapuzados e armados, que diante do “repórter” chegaram a fazer ameaças de morte a profissionais da mídia e integrantes dos órgãos de segurança, foi ainda maior.

O fato de um programa de TV exibir e dar voz a bandidos confessos em rede nacional, elevando-os ao status de atração e celebridade, por si só já daria motivos à sociedade para repudiar a exibição da entrevista. Porém, descobriu-se depois que o que era um mal podia ainda ser pior: a entrevista era uma ficção jornalística, uma encenação, onde os “bandidos” eram pessoas pagas para representar o papel.

Poderia parecer que o caso não daria margem a grandes controvérsias, uma vez que parecia consensual o repúdio e a desaprovação a este tipo de prática fraudulenta, apelativa e irresponsável por parte da mídia. Porém, um desdobramento do episódio tornou-se objeto de polêmica e discussão na sociedade: a decisão da justiça de punir o programa, suspendendo sua exibição no domingo seguinte à exibição da falsa entrevista, a pedido do Ministério Público.

Muitos políticos, jornalistas e intelectuais se indignaram com a atitude do Ministério Público, identificando a medida como censura prévia e restrição do direito de expressão;



viram nela um perigoso precedente, comparável com as práticas da época da ditadura. Esta foi, aliás, a posição assumida pelo Observatório da Imprensa, como se pode ver nos artigos de sua equipe, publicados no *Jornal de Debates* da edição 243:

### **GUGU, CRIME & CASTIGO** **Tesoura togada ataca outra vez**

**Alberto Dines**

Como sempre, a emenda saiu pior do que o soneto. As duas decisões da Justiça paulista proibindo a exibição do programa *Domingo Legal* no último domingo (21/9) revelam o furor censório e a comichão autoritária que domina grande parte da magistratura brasileira.

Errou a juíza Leila Paiva, da 10ª Vara Cível e errou a presidente do Tribunal Regional de São Paulo, Anna Maria Pimentel, ao imporem uma penalidade antecipada. Isto é o delírio: o réu só pode ser punido pelas infrações cometidas e não por aquelas que eventualmente cometerá.

(...)<sup>43</sup>

As meritíssimas esqueceram que lidavam com matéria constitucional e que a liberdade de expressão sobrepõe-se às demais.

(...)

### **DOMINGO ILEGAL** **Controle social, sim;** **censura, jamais**

**Deonísio da Silva**

(...)

Por mais que aos olhos dos instruídos e dos que podem usufruir de outros entretenimentos bem diferentes do que assistir a programas como o *Domingo Legal*, os gestos judiciais pareçam simpáticos e aprováveis ao primeiro olhar, a questão é outra: é garantia constitucional a liberdade de expressão. E a Constituição é intocável! Multa, sim! Censura, não! Controle judicial, sim!

Censura, jamais!

(...)<sup>44</sup>

Grande parte da sociedade, porém, considerou esta posição “corporativista” e defendeu a punição como justa e legítima. “Estão querendo forçar uma situação dizendo que ocorreu censura prévia. O que houve foi uma punição, em razão de uma infração cometida anteriormente”; esta foi a tese do deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), coordenador da

---

<sup>43</sup> <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd230920031.htm>

<sup>44</sup> <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd230920033.htm>

campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania e presidente do Conselho de Ética da Câmara.<sup>45</sup> No próprio site, foram publicados artigos de leitores, discordando da posição do OI; como nos exemplos abaixo, publicados no mesmo *Jornal de Debates* da edição 243:

**DOMINGO ILEGAL**  
**A saída é a censura**

**Francisco Antonio Pagot (\*)**

(...)

A censura é autoritária. Mas, nesses casos, é fundamental para a boa formação, a boa orientação, a boa educação das crianças, dos adolescentes e dos próprios adultos, já que vivemos num país de milhões de analfabetos e semi-analfabetos, portanto, de ignorantes, que acreditam em tudo o que é dito, feito e mostrado nas emissoras de televisão.

A TV é concessão. E, assim sendo, tem obrigação de respeitar, via programação, o povo brasileiro. Televisão é entretenimento, passatempo, informação, formação, educação e lazer para crianças, adolescentes e adultos. Há que se preservar os direitos do cidadão, o respeito ao telespectador, a ética social e profissional. Mas o que se vê são programas mostrando mulheres peladas, sexo em novelas, filmes, pornografia e palavrões

É hora de se rever a tal da "liberdade de imprensa", já que a televisão tem preponderante papel no contexto social, moral, cultural dos brasileiros. Imprensa: revisão já! <sup>46</sup>

**DOMINGO ILEGAL**  
**Combate ao lixo televisivo**

**Luiz Carlos Ramos (\*)**

Justiça ou censura prévia? É claro que se trata de Justiça. Finalmente as instituições e a opinião pública do país assumiram uma posição concreta de combate ao lixo da TV. Na verdade, o que ocorreu no *Domingo Legal*, do SBT, foi um crime. Ou melhor: uma série de crimes. Quem comete crimes tem de responder perante a Justiça, seja jornalista, dono de emissora ou camelô.  
(...)<sup>47</sup>

Esta polêmica foi o mote da maioria dos artigos e comentários produzidos, divulgados e recebidos pelo OI durante a cobertura do episódio.

---

<sup>45</sup> Fonte: revista Isto É, edição de 01/10/2003

<sup>46</sup> <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd23092003991.htm>

<sup>47</sup> <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd2309200395.htm>

Para a observação do debate ocorrido no OI na ocasião, foram selecionadas todas as contribuições enviadas por leitores ao site sobre a questão, publicadas nas edições 243, 244 e 245 do jornal, respectivamente de 23 e 30 de setembro e 07 de outubro de 2003. (Estas contribuições se encontram disponíveis em arquivo, através da opção *Edições anteriores*).

Foram também entrevistados leitores participantes, na busca de apontar algumas características de seu engajamento no debate e de sua relação com o OI.

#### **4.2- Análise do debate**

Na busca de indicações de que interações comunicativas realizadas por meio da internet possam constituir legítimas esferas públicas, o já citado estudo de Dahlberg (2001) aplica um método comparativo: confrontando os dados obtidos por diferentes estudos empíricos, que avaliaram as formas e os conteúdos de diferentes debates que ocorrem na rede, ele os considera à luz dos pressupostos pragmáticos habermasianos de esfera pública, comparando as condições reais observadas ao ideal normativo.

Segundo este critério, estas condições são: 1) autonomia em relação a poder do Estado ou econômico; 2) predominância de discurso crítico-racional, baseado em argumentos; 3) reflexividade; 4) escuta respeitosa e respeito à diferença; 5) sinceridade; 6) inclusão e igualdade discursiva.

Esta análise do debate ocorrido no OI se apropria do método: com a finalidade de avaliar as possibilidades e limitações do site como esfera pública, avalia fatores ambientais, formas de participação e características discursivas do debate seguindo os mesmos critérios. As condições observadas são confrontadas com as tendências verificadas atualmente na rede, apontadas pelo estudo de Dahlberg.

O primeiro passo da análise consiste em verificar o cumprimento da primeira condição, que determina a priori se é possível considerar uma determinada esfera de interação comunicativa como efetivamente pública; partindo-se da constatação de que o espaço interativo do OI cumpre satisfatoriamente este primeiro requisito, é necessário verificar se estas interações se dão nas formas comunicativas requeridas por uma esfera pública.

São avaliados então os demais critérios: o segundo, que determina se estas interações são de fato deliberativas, e os quatro seguintes, que determinam a qualidade desta deliberação.

Para esta avaliação, foram analisados os conteúdos de todas as 128 mensagens postadas por leitores publicadas na seção *Caderno do Leitor* nas três edições selecionadas, sob a rubrica “Domingo nada legal”, nas duas primeiras, e “Lições do caso Gugu”, na última. Consideraram-se também as colaborações de leitores que foram publicadas no *Jornal de Debates*.

As mensagens foram catalogadas em um banco de dados e divididas em tipos ou categorias, na busca de se avaliar seu conteúdo reflexivo, teor e objetivos.

Em um primeiro nível, foram divididas em três categorias, quanto ao teor argumentativo dos discursos apresentados,<sup>48</sup>

- a) Opiniões em perspectiva – Quando se tratam de pontos de vista do tipo “eu acho”, fundados em posições e preferências singulares; não pretendem validade por razões que possam ser demonstradas e confutadas, gerando confrontos pseudo-argumentativos
- b) Discurso dogmático – Apresenta posturas peremptórias, totalizantes ou apriorísticas, não sustentadas por argumentação racional, que se apresentam como se já fossem resultado de demonstração ou consenso.
- c) Discurso argumentativo – São aquelas mensagens que buscam apoiar suas posições em dados, fatos, ou argumentos racionalmente elaborados; supõe-se que os interlocutores negociem suas posições no confronto dialógico e esclarecimento mútuo

Em um segundo nível, as mensagens foram classificadas quanto a seu conteúdo reflexivo, em relação ao debate:

- a) Feedback (positivo ou negativo) - mensagens referentes, mais ou menos explicitamente, a artigos e comentários lidos pela pessoa no site, concordando ou discordando;
- b) Não-feedback - mensagens referentes ao tema, em qualquer dos seus aspectos, porém sem referência direta a textos outros;
- c) Off-topic - mensagens não referentes ao tema do debate

---

<sup>48</sup> Estas categorias foram emprestadas de Gomes (1999; 220-221), que as propõe para classificar o conteúdo dos diferentes materiais informativos que compõem o sistema expressivo da cena pública midiática, que constituiriam os insumos para os debates públicos.

Por fim, foram enquadradas em outros três tipos, de acordo com o objetivo predominante da contribuição:

- a) Diagnóstico – discorre sobre aspectos, fatos ou situações, oferecendo pareceres ou diagnósticos;
- b) Questão - propõe questões, ou apontar elementos que deveriam ser pensados ou trazidos à discussão;
- c) Prescrição - propõe soluções, prescreve medidas e atitudes que poderiam ou deveriam ser tomadas.

Para complementar a análise, são consideradas as informações obtidas através do questionário respondido por 28 participantes, contactados via e-mail, indicando alguns dados como seu perfil, seus hábitos de busca de informação e participação em discussões sobre a mídia e especialmente sua relação com o OI.

Os diferentes aspectos do debate ocorrido no OI e as observações realizadas serão discutidos considerando-se, na ordem, os critérios habermasianos de esfera pública, mencionados anteriormente.

#### **4.2.1 Autonomia em relação a poder do Estado ou econômico**

O cumprimento desta primeira condição pôde ser avaliada no capítulo 4, onde foram descritas as condições da atuação do site do OI, seu lugar social e suas relações institucionais.

Como foi constatado, o Observatório da Imprensa não se encontra sob a ingerência nem a influência de órgãos do Estado, grupos comerciais ou de mídia; afirma e demonstra sua autonomia e independência como espaço de crítica e discussão. Vinculado a uma entidade sem fins lucrativos ou político-partidários, apresenta-se como uma organização da sociedade civil aberta à participação pública, sem compromissos de qualquer espécie, a não ser com os princípios que defende em sua proposta.

Ainda que existam as relações com o portal iG e com os patrocinadores, materialmente necessárias para que o site possa operar, estas relações parecem não exercer influência ou pressão sobre seu conteúdo. Isto se confirma pela observação da trajetória do OI, que sendo expulso do portal UOL por publicar matérias consideradas negativas sobre seu parceiro, o Grupo Folha, demonstrou prezar sua autonomia acima de eventuais interesses comerciais.

Como ator “nativo”, além de alcançar ressonância e influência na esfera pública, o OI atua na reprodução das próprias estruturas da esfera pública. Encoraja a participação da sociedade civil em deliberações públicas sobre temas de interesse coletivo e estimula a independência crítica do debate; incentiva-outros atores sociais a se expressarem, mas não favorece atores considerados “aproveitadores”, que utilizam de forma estratégica esferas públicas já constituídas, para defender interesses próprios.<sup>49</sup>

O OI informa em suas páginas que se recusa a publicar mensagens que busquem utilizar o site para defesa de interesses político-partidários, propaganda ideológica ou com finalidades comerciais. De fato, a análise constatou que nenhuma das mensagens analisadas no debate apresentou estas características. Observa-se ainda que não omite a publicação de críticas ou denúncias a órgãos do Estado, a grupos empresariais, de comunicação ou ao próprio OI.

Conforme observou Dahlberg, diante das complexas relações com poderes estatais e corporativos que se estabelecem na rede, não se pode falar de autonomia completa das iniciativas críticas que a utilizam. Segundo ele, no entanto, a falta de uma autonomia plena não impede que existam na rede diversos espaços interativos, não-comerciais e não controlados pelo Estado, nos quais diariamente milhares de pessoas praticam o discurso racional crítico e a deliberação.

O site do Observatório da Imprensa, exercendo uma crítica independente e com poucos recursos, competindo com os grandes grupos de mídia que já se instalaram na rede com todo seu suporte de recursos materiais e simbólicos, representa um desses espaços, nos quais pode ser observado o crescimento e coordenação na rede de uma cultura de resistência, que procura reagir a esta colonização corporativa do mundo da vida e da própria web.

Apesar das eventuais restrições ou limitações, a localização de um jornalismo crítico como o do OI na internet proporciona espaços e condições infinitamente maiores do que os tradicionais meios de massa para a ocorrência de debates críticos, oferecendo bases para a expansão de legítimas esferas públicas.

#### **4.2.2- Predominância de discurso crítico-racional, baseado em argumentos**

A forma racional e dialógica de conversação, requerida em uma legítima esfera pública, parece ser favorecida no ambiente da internet. Seus mecanismos interativos oferecem

---

<sup>49</sup> Esta distinção entre atores “nativos “ e “aproveitadores” na esfera pública é proposta por Habermas (1997;109)

possibilidades inéditas e ampliadas de envio e recepção de mensagens pelos interlocutores. Diversas pesquisas<sup>50</sup> já documentaram que milhares de interlocutores se encontram engajados em trocas dialógicas de opiniões e argumentos, sobre as mais diversas questões, em uma miríade de chat rooms, foruns e grupos de discussão existentes na rede. Pesquisas em profundidade demonstraram ainda a natureza predominantemente racional-crítica destas interações.

Esta troca comunicativa pode se dar em tempo real, como nos chats e grupos de discussão on-line, gerando uma interlocução imediata, mais semelhante às situações conversacionais espontâneas e presenciais que ocorrem em outras esferas; ou pode assumir formas assíncronicas, como nos foruns e listas de discussão, nas quais as mensagens são enviadas e recebidas em diferentes momentos e ficam registradas, para serem lidas e respondidas posteriormente.

No primeiro tipo, os custos de conexão, a velocidade das trocas e o caráter mais breve e fugaz dos discursos podem desfavorecer uma maior elaboração racional e argumentativa de seus conteúdos. O segundo tipo parece produzir argumentações mais elaboradas; nesta modalidade, a possibilidade de ler e escrever sem estar necessariamente conectado reduz a urgência e favorece a reflexão e a consulta a fontes; permite a leitura ou releitura das demais contribuições enviadas, permitindo um acompanhamento mais cuidadoso do debate.

Os debates no interior do OI se enquadram neste último caso; são assíncronicos e sem limite de espaço. Tudo o que é dito e replicado fica registrado e disponível, permitindo um acompanhamento a qualquer tempo dos argumentos apresentados e das reações geradas. Além disso, sua característica de não oferecer restrições ao tamanho das mensagens, prática usual em muitos foruns, favorece a presença de textos mais elaborados.

Os leitores do OI demonstram, através de suas mensagens, uma disposição a participar do debate de forma racional, séria, comprometida. Não se observou nenhuma brincadeira, piada ou chacota com relação ao tema; todos os comentários revelaram pretensões de validade, um desejo de contribuir, acrescentar, manifestar um ponto de vista que, para apreciação pelos demais interlocutores. 83 mensagens apresentaram pareceres sobre diferentes aspectos da questão; 30 delas prescreviam soluções para os problemas apontados, enquanto 10 propunham novos aspectos do tema ou questões novas para serem discutidas.

---

<sup>50</sup> Ver Dahlberg, 2001

As mensagens de teor crítico argumentativo representaram a maioria das contribuições enviadas ao site, durante o debate observado. Quase todos os 34 artigos de leitores publicados no *Jornal de Debates*, e praticamente a metade (61) dos comentários publicados no *Caderno do Leitor*, fundamentam suas posições em dados ou argumentos estruturados.

Observou-se que, entre as 10 mensagens cujo objetivo era o de propor questões para o debate, 7 se enquadram no tipo argumentativo. Isto parece indicar que participantes mais propositivos, dispostos a tematizar e aprofundar a reflexão, detectando e introduzindo aspectos ainda não contemplados, tendem a dialogar de forma mais racional e a valorizar a apresentação de argumentos.

Como exemplo, pode-se citar a seguinte mensagem:

#### **Anunciantes cúmplices**

Ainda bem que alguém, no último Observatório da Imprensa na TV, se lembrou de mencionar, já lá no finalzinho, a cumplicidade dos anunciantes que patrocinam esse e outros horrores. Ninguém, entretanto, lembrou de comentar que tais programas são assim porque o povo lhes confere os famigerados pontinhos no Ibope. Se ninguém assistisse não teríamos tanta baixaria.

Gugu extrapolou, mas serão melhores os programas do Datena e daquele outro que o substituiu no Canal 13? Certamente há leis que proíbam tais coisas; não conheço direito, mas alguma lei eles devem estar infringindo. Quem terá coragem para puni-los? Se a entrevista com os integrantes do PCC é verdadeira foi criminosa. Se é mentira foi fraude contra o telespectador. Vai ficar por isso mesmo, talvez com a demissão de algum pobre subalterno, para dar uma satisfação?

Por que no Brasil popular tem que ser sinônimo de grosseiro? É preciso criar programas populares – ninguém pode esperar que, de repente, o povo acostumado ao popularesco – e não popular – passe subitamente ao cultural. Quem se habilitará a criar tais programas? Quem se habilitará a patrociná-los?

Entre as mensagens, 38 apresentaram opiniões em perspectiva, nas quais os participantes introduzem na discussão seus pontos de vista pessoais; embora não sustentados por argumentos estruturados, suas colocações também procuram oferecer razões ou justificativas e se expõem à apreciação ou refutação dos interlocutores. Não procuram convencer os interlocutores através de uma argumentação ou fundamentação sólidas, mas também não se apresentam como verdades irrefutáveis.

Exemplos:



### **Fiquei satisfeita**

Eu particularmente fiquei satisfeita por ver que o Sr. Gugu e seu programa foram finalmente enquadrados, afinal eu já não via o programa Domingo Legal por não acreditar no respeito deste pelo telespectador, e sempre desconfiei e muito de matérias, quadros, e outras coisas mostradas naquele programa. É, comigo ele já não tinha credibilidade mesmo, agora espero que mais pessoas percebam isso. Aqui entre nós, eu não sei como uma empresa como a Nestlé deu tanto crédito a ele. Sempre que precisava comprar um produto da empresa eu só comprava por já estar acostumada, e nunca porque o Gugu dizia que era bom (dava até vontade de não comprar só para não dar crédito a ele).

### **Como eles querem**

Ao ler sobre mais esse caso ocorrido com o SBT, lembrei que há bem pouco tempo seu proprietário brincou com a platéia que o assiste, o que fez com que o SBT ficasse durante dias nas manchetes dos jornais e na pauta dos analistas da TV brasileira. Acredito que este seja o objetivo desses programas "de baixo calão", e ficarmos discutindo sobre eles somente os coloca onde querem: nas rodas de conversa, fazendo crescer sua audiência.

A TV em si é um ótimo meio de difundir conhecimento – no seu amplo conceito –, mas da forma que estão sendo conduzidos esses programas, valorizando os bandidos, seus aparelhos e sindicatos, merecem uma reflexão sobre a concessão feita pelo Estado a personalidades, talvez com defeitos de comportamento, em que o lucro é a única fonte que interessa.

Apenas 25 contribuições se enquadraram na categoria de discurso dogmático, apresentando visões peremptórias e definitivas; este tipo de contribuição compromete a racionalidade e a troca argumentativa necessários a um debate público, não oferecendo razões, não tolerando refutações e não oferecendo abertura para opiniões diferentes. No debate do OI observou-se que foram uma absoluta minoria.

Exemplos:

### **Tudo como sempre**

De que adianta comentar, esbravejar, gritar e espernear? Neste país a lei ainda é só para pobres e negros. Silvio não será punido, Gugu já está no ar novamente para mostrar tudo o que lhe aprouver e a palhaçada que ele levou ao ar logo será esquecida, como tudo o mais que os poderosos quiserem que o povo esqueça.

### **Censurem**

Só conheço uma resposta para essa palhaçada que é a nossa TV brasileira: censura!

Observou-se ainda que mais da metade das mensagens se enquadraram na categoria de “feedback”, ou seja, se referiam claramente a outros artigos lidos no site; outras ainda, embora não fazendo referência direta, foram inspirados ou gerados pela leitura de outras matérias. Isto demonstra que os participantes do debate não pretendem apenas se manifestar sobre os temas, partindo de suas próprias posições anteriores; eles se ocupam em acompanhar a discussão, se inteirando do que já foi dito, e tendem a considerar outros pontos de vista, antes de formar e expressar sua própria opinião.

As entrevistas com os participantes mostram que todos eles já haviam visitado o site outras vezes anteriormente; 24 dos 28 afirmam ter lido artigos do site sobre a questão antes de enviar seus comentários, dos quais 18 leram também comentários de outros leitores.

Estes dados indicam claramente que o tipo de participação mais usual dos leitores no interior do site consiste na disposição para a troca de razões: obter do debate justificações e argumentos e acrescentar a ele suas próprias colocações, validadas por argumentos. Apenas 3 mensagens foram consideradas off-topic, por não se referirem diretamente ao tema do debate; mas mesmo o conteúdo destas pareceu suscitado pela leitura de matérias publicadas sobre a questão:

Entre as mensagens do tipo feedback negativo, ou seja, que se referiam a outros artigos publicados pelo OI discordando de seu posicionamento ou de suas razões, mais da metade apresentou suas refutações baseadas em argumentação, muitas vezes extensa. Exemplo disto pode ser observado na mensagem reproduzida a seguir:

### **Concordo, ma non troppo**

Concordo com a matéria intitulada "Este debate não pode parar" no que diz respeito ao perigo que uma decisão como a que suspendeu a apresentação do programa do Gugu pode causar à sociedade brasileira. Entretanto, dizer, ou deixar subentendido nas entrelinhas da matéria, que a suspensão do programa é censura é muito mais agressivo ao princípio da democracia e uma ofensa à inteligência de todos os leitores.

Há, sim, o temor de que a punição imposta à emissora e ao apresentador sirva de fundamentação, de pano de fundo, por algum ditador de plantão que futuramente queira proibir a veiculação de determinadas matérias contrárias a seus ideais

políticos e econômicos. Todavia, o paralelo traçado pelo jornalista Alberto Dines entre a ditadura que culminou no AI-5 e a sentença que penalizou Gugu e SBT não existe. É totalmente descabido. Não se pode comparar a decisão do Poder Judiciário – legitimamente constituído e que, na prestação da tutela jurisdicional do Estado, representa o absoluto estado democrático de direito – com atos institucionais impostos pelos ditadores das décadas de 60 e 70.

Vale lembrar que o Ministério Público não agiu em obediência a nenhum chefe do Executivo, nem do Legislativo ou de quem quer que seja, nem sequer agiu pelo clamor social, por mais arrepio que o programa Domingo Legal pôde causar a quem teve a infelicidade de o assistir. O MP apenas cumpriu a lei, idem o Judiciário. A única solução imediata de que estes órgãos dispunham para fazer frente a tamanha ilegalidade posta diante das câmeras. Outra coisa é tolher manifestações de pensamento contrárias a ideais políticos, religiosos e econômicos, como ocorre em alguns países e como semelhantemente ocorreu aqui, no passado. Não se pode considerar censório o ato emanado do Poder Judiciário legitimamente constituído que teve por fim coibir a apologia ao crime organizado e punir os responsáveis por isso. Responsáveis estes que visavam unicamente à audiência, ao lucro a qualquer custo.

Será que toda vez que o Judiciário, após ter sido regularmente invocado, tiver que punir alguém pela prática de um crime de imprensa ou de um crime comum mas que, direta ou indiretamente, tenha relação com a restrição de liberdade de expressão, deverá consultar um jornalista? Os brasileiros precisamos de menos pragmatismo. Temos que parar de idealizar órgãos reguladores, ou algo semelhante a isso, que não saem do papel justamente para favorecer a mídia eletrônica, que se cala diante desse debate e, enquanto isso, aproveita-se da fácil acessibilidade para ganhar trocados à custa da baixaria desenfreada e, agora, de mentiras que, além de fazerem apologia ao crime organizado, constituem crimes de imprensa. Que idéia foi subvertida? A sentença supostamente travestida de censura? Ou a matéria publicada no Observatório, travestida de debate?

Observa-se também por parte do OI, uma disposição em acatar os pontos de vista dos leitores, ao publicá-los mesmo quando não são consonantes com suas posições e idéias. Porém, não é um mediador neutro: não deixa de posicionar-se, refutar e criticar estes pontos de vista, portando-se como um interlocutor ativo do debate, defendendo suas posição e procurando convencer os demais participantes.

O fato do OI ser e se assumir como um ator posicionado, transparece nos editoriais do *Caderno do Leitor*, onde a editora Marinilda Carvalho apresenta e comenta sucintamente o conteúdo da seção. Pode-se observar que o site apela para a capacidade reflexiva dos participantes, procurando levá-los a repensar ou reconsiderar seus pontos de vista, como se pode observar na figura 10:

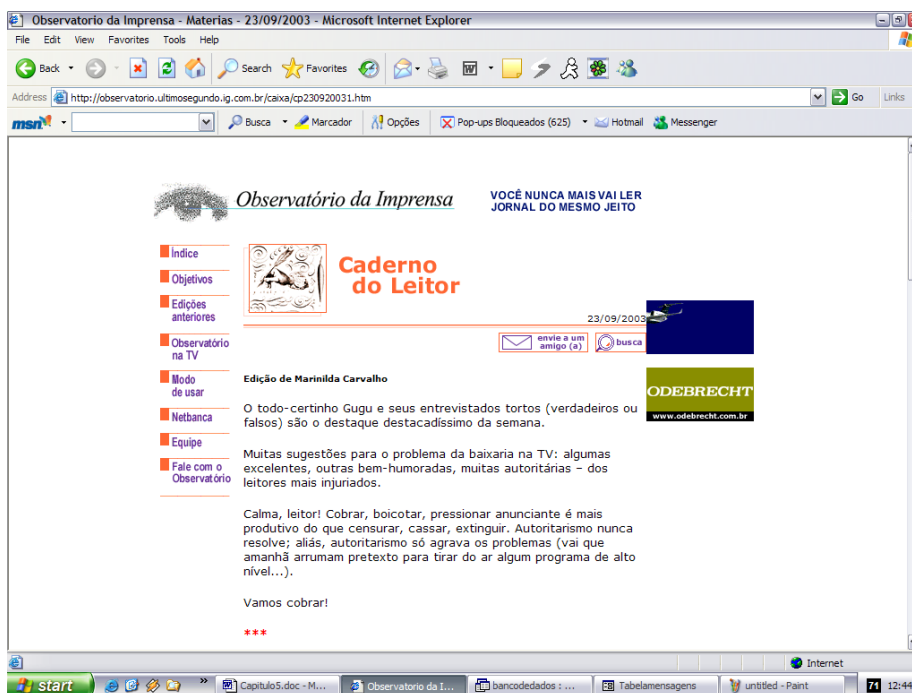


Figura 10 - Editorial do Caderno do Leitor – edição 243

Enfim, a observação do debate quanto ao teor argumentativo-racional de seus discursos demonstrou que um número significativo das contribuições apresentou esta característica; muitos participantes, inclusive, enviaram textos mais elaborados, com argumentações bem fundamentadas, que foram publicados no *Jornal de Debates*, lado a lado com os artigos produzidos pela equipe do site.

Além destes, a maior parte das mensagens publicadas no *Caderno do Leitor* também se enquadrou nesta categoria. Pretensões de validade baseadas em justificação e argumentação predominaram sobre as demais; indicando uma tendência a posicionamentos mais racionais e menos dogmáticos dos interlocutores na abordagem das questões discutidas.

Esta disposição argumentativa e dialógica demonstrada por parte do OI e da maioria dos interlocutores do debate parece indicar que este cumpre satisfatoriamente a segunda condição, constituindo uma esfera pública efetivamente deliberativa. A qualidade desta deliberação, portanto, passa ser avaliada a partir da observação das próximas quatro condições.

### 4.2.3- Reflexividade

A reflexividade é talvez a condição mais importante para determinar a qualidade deliberativa do discurso racional-crítico que constitui uma esfera pública. A reflexividade consiste no processo de os participantes refletirem sobre as próprias posições, voltar atrás, reconsiderá-las ou modificá-las, ao se defrontarem com melhores argumentos.

Como ressalta Dahlberg, a reflexividade é uma condição difícil de ser detectada ou verificada empiricamente; geralmente processos de mudança de posição são fenômenos internos, não observáveis diretamente; muitas vezes se dão a longo prazo ou não se expressam de forma explícita. Ainda assim, é possível tentar avaliar o nível de reflexividade de um debate, ou pelo menos a presença de condições que a favorecem, através de suas características estruturais e de seu conteúdo.

Estruturalmente, as condições do debate do OI favorecem a reflexividade. A modalidade assíncrona de interatividade deste fórum, no qual todas as contribuições permanecem registradas, elimina as restrições presentes nos debates on-line; permite que o participante escolha o momento e disponha do tempo que julgar necessário para consultar, apreciar e comparar argumentos antes de produzir e enviar sua própria contribuição. Isto contribui para uma formação de opinião mais refletida e sujeita a incorporar novos elementos.

Como já foi visto, o site ainda oferece recursos, em cada matéria, para que o leitor leia outros artigos relacionados, além dos comentários dos leitores. Procura fomentar desta forma a reflexividade do debate, encorajando o leitor a contemplar novos aspectos ou pontos de vista sobre as questões.

Dentre os 24 participantes entrevistados que afirmaram ter lido artigos no site; 21 consideraram esta leitura “muito importante” ou “importante” na formação de sua opinião sobre o caso; só três consideraram “pouco importante”. Dos 18 que afirmaram ter lido comentários de outros leitores, também todos conferiram algum grau de importância a eles na formação da opinião. Nenhum entrevistado assinalou a opção “nada importante”, nas duas questões.

Isto parece indicar uma tendência de seus participantes, antes de se manifestar, procurarem se inteirar do andamento da discussão e das opiniões dos outros participantes. Preocupam-se em que suas contribuições sejam pertinentes e demonstram disposição em conhecer as idéias e argumentos já apresentados, mesmo que diferentes de seus próprios.

O conteúdo das contribuições ao debate também mostra que, ainda que não tenham necessariamente mudado de idéia, a maioria de seus remetentes refletiu sobre os pontos de vista alheios sobre o tema, antes de expressar sua opinião; quase metade das mensagens faz referência explícita a uma ou mais matérias lidas, que claramente inspiram ou fundamentam seus pontos de vista, consonantes ou dissonantes. Exemplos:

#### **Isso é corporativismo – 4**

A opinião dos articulistas converge para a condenação da decisão judicial que determinou a suspensão do programa do Gugu. Em que pesem os argumentos, principalmente o da liberdade de expressão e o do direito do público de fazer sua própria escolha, como tão bem enfatizou o mestre Antonio Brasil, penso que no caso em questão todos estão tomando as dores do comunicador, pensando apenas nos profissionais – e colegas – de comunicação e, talvez, até rememorando alguma experiência semelhante, tamanha a solidariedade demonstrada. (...)

#### **Mais suspensões**

Parabéns ao texto de Nilson Lage sobre a questão do Domingo Legal. Ainda assim, acredito que a punição que a Justiça deu ao programa foi merecida. (...)

#### **Compactuar, jamais**

Parabenizo Alberto Dines por esse maravilhoso artigo sobre o caso Gugu. Não podemos compactuar com censura. Jamais. (...)

#### **Temos democracia?**

Depois de uma leitura cuidadosa, ocorre-me fazer uma pergunta que não quer calar, para a qual, infelizmente, eu já sei a resposta, mas a pergunta sempre volta, diante de fatos como este: no Brasil já se consolidou um estado de direito democrático? Parabéns pela abordagem excelente do assunto

Um elemento que pode indicar um bom grau de reflexividade no debate advém do fato de que o conteúdo de algumas contribuições não só demonstram ter se originado da leitura de outras, mas reconhecem explicitamente sua importância para a formação da opinião; até mesmo revelam revisão ou mudança de posição, em parte ou completamente, motivada pelo confronto com um melhor argumento: Por ex:

### **Aulas de crime**

Pode até ser que a medida tenha sido maior do que a necessária, mas creio que produtores, diretores e todos os demais "ores" da TV brasileira deveriam ter critério melhor nas matérias publicadas e programas exibidos. (...)

### **Até a concessão**

Num primeiro momento eu me rejubilei com a proibição da exibição do programa Domingo Legal pela Justiça. Mas tem toda a razão Alberto Dines na sua irrepreensível abordagem, quando chama a atenção para a condenação antecipada, caracterizando-se a censura. (...)

O estudo de Dahlberg apurou que esta condição ainda é deficiente em grande parte das esferas públicas virtuais, onde muitos debates acabam assumindo a forma de embates dogmáticos e poucos participantes revelam disposição em reconsiderar suas posições. A observação do conteúdo do debate do OI, no entanto, parece indicar que este tende a ser mais reflexivo. Os recursos estruturais, oferecidos pelo site, encorajam o percurso dos participantes por um leque ampliado de dados e opiniões sobre o tema; da parte dos interlocutores, observa-se a disposição da maioria em conformar, confrontar ou consolidar seus próprios pontos de vista através destas leituras.

De acordo com Dahlberg, um dos fatores que pode contribuir para um melhor nível de reflexividade de um debate é a continuidade, com escuta respeitosa, pela qual os interlocutores se encontram abertos a se colocar no lugar do outro e compreender pontos de vista divergentes, o que nos remete à quarta condição de esfera pública.

#### **4.2.4- Escuta respeitosa e respeito à diferença**

Debates públicos efetivamente deliberativos devem envolver a tentativa de entendimento, pelos participantes, de perspectivas diferentes das suas próprias. A próxima condição requerida para os discursos publicamente orientados, designada por Dahlberg como *ideal role-playing*, está relacionada à capacidade e disposição de colocar-se no lugar do outro, com o objetivo de compreender suas posições.

Este processo exige um comprometimento com a continuidade do diálogo, sendo que a troca comunicativa deve prosseguir ainda que se evidenciem diferenças entre os

interlocutores. Exige que se escute respeitosamente o outro, não o ignorando ou desqualificando a despeito destas diferenças, sejam elas sociais ou culturais, sejam de perspectiva ou opinião; não devem provocar a interrupção do diálogo ou desrespeito e intolerância ao seu autor e conteúdo.

No debate do OI, não se observam discrepâncias e diversidades sócio-culturais significativas entre os participantes; observa-se que, além da equipe fixa do site, a grande maioria dos colaboradores eventuais e leitores pertencem a uma camada social relativamente homogênea, instruída, com acesso à tecnologia e à informação; desta forma, os participantes do debate não são usualmente desafiados por perspectivas e valores muito distantes de seus próprios<sup>51</sup>. Ainda assim, observam-se diferenças entre seus posicionamentos diante das questões discutidas.

Percebe-se, no entanto, na maioria das contribuições que contestam ou refutam outras, que os interlocutores consideram com respeito os argumentos e colocações do outro; discordam sem agredir ou desqualificar suas razões. Para exemplificar, podem-se considerar os seguintes trechos de mensagens:

#### **Discussão supérflua**

Com todo o respeito às opiniões de Alberto Dines e Deonísio da Silva, acredito que suas argumentações não se aplicam à ação criminosa perpetrada por essa quadrilha do SBT. (...)

#### **Em breve, esquecido**

Gostaria de discordar, respeitosamente, do ponto de vista de Deonísio da Silva, embora seja difícil contrapor seus argumentos e me seja difícil contra-argumentar de forma tão clara e objetiva. (...)

#### **Isso é corporativismo - 1**

(...)... desculpem, mas isso é apenas corporativismo para, querendo defender genericamente algo, acabar por permitir o mal que seria a veiculação de programas que se prestam a retirar a instrução decente e honesta que damos aos nossos filhos, quando eles acabam por assistir a tal programação. (...)

---

<sup>51</sup> Dahlberg aponta esta tendência à homogeneidade na maioria dos fóruns e grupos de discussão na rede, normalmente frequentados por participantes que apresentam mais afinidades do que diversidades sócio-culturais



Apenas em 5 mensagens observou-se um tom mais duro ou intolerante para com as posições divergentes; nestas, os remetentes demonstram não respeitar as razões apresentadas ou procuram refutar os argumentos pela desqualificação de seus autores, como se pode ver pelos trechos reproduzidos abaixo:

### **Por todos os demônios!**

Por todos os demônios do inferno, como ainda há quem defenda que o Judiciário possa aplicar uma punição sem a possibilidade de defesa por parte do acusado? (...)

### **Brincadeira ou arrogância**

(...) Quem afirma que é censura só pode estar brincando, ou então faz parte daquele time corporativista de jornalistas que acha que pode tudo. (...)

### **Pensam com o fígado**

É apavorante ver alguém ligado ao ramo jornalístico defender a volta da censura prévia. Pior que isto, só os profissionais que defenderam e aplaudiram a medida judicial, numa demonstração aparente de que jornalistas pensam mais com o fígado do que com o cérebro.

### **Donos da verdade**

(...)  
Vocês da imprensa se acham os donos da verdade e querem fazer tudo e de qualquer forma, e não aceitam nenhuma censura. (...)

### **Chega de hipocrisia**

Será que os senhores que sobrevivem à custa de "ibopes" e comerciais são infalíveis? Se julgam acima das leis do tão falado estado democrático de direito? (...)  
Senhores da imprensa: chega de hipocrisia. Concordo com a decisão da Justiça. Ninguém está acima das leis. Nem a imprensa. Nem a mídia.

Para a predominância do tom respeitoso e civilizado das divergências, contribui sem dúvida alguma a política do site de não publicar mensagens que apresentem posições intolerantes ou preconceituosas, de conteúdo ofensivos ou de baixo calão.

Verifica-se, porém, que mensagens do tipo *flame*, que segundo a pesquisa de Dahlberg, são comuns em grande número de fóruns e grupos de discussão que têm lugar na rede, normalmente não chegam ao site. A editora-assistente Marinilda Carvalho, editora do *Caderno do Leitor* ressalta a seriedade e a qualidade das colaborações enviadas: “o leitor e o OI percorremos juntos um caminho marcado pelo respeito”, afirma<sup>52</sup>.

Em parte isso poderia ser explicado pelo fato de o público do OI ser presumivelmente constituído por pessoas educadas e interessadas no debate sobre as questões propostas; a maioria dos leitores participantes parece efetivamente empenhado em debater as questões dentro das regras de uma esfera pública discursiva.

Outro fator, porém, que parece contribuir para a continuidade do debate e para a escuta respeitosa entre as partes, seria a postura que o próprio OI demonstra na interação, revelando inclusive a existência de uma relação afetiva. Neste editorial de Marinilda Carvalho, no *Caderno do Leitor* da edição 244, fica clara esta disposição acolhedora e afetiva; ainda que condenando suas posições, o site chama a atenção dos leitores em um tom amigável e os trata de forma carinhosa:

## **Caderno do Leitor**

### **Edição de Marinilda Carvalho**

Há certas lições que só aprendemos levando chinelada. O povo se acostumou a achar que a imprensa deve levar na cabeça – porque a grande mídia muitas vezes se comporta com soberba, comete abusos e, portanto, merece levar na cabeça. Mas o povo anda confundindo alhos com bugalhos.

Amanhã, quando retirarem do ar o programa xis, tão bom, de tão alto nível, porque debateu tema espinhoso para alguma *otoridade* que aí foi pressionar o juiz para que "puna" o sem-vergonha, a chinelada vai doer. E os que apóiam hoje a censura prévia dirão o quê?

É um espanto nossa sociedade... Preguiçosa, omissa, não se mobiliza para impor limites à baixaria na TV – como de resto a coisa alguma, reconhecamos. A Justiça assume o papel de censor prévio, e quem discorda é tachado de corporativista!

---

<sup>52</sup> Fonte: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/oi080520024.htm>

De certa maneira, essa atitude lembra o que aconteceu com a saúde pública, a educação pública, a segurança pública – nossa "melhor" sociedade deu-lhes as costas, e agora que tudo está em mãos privadas, ao custo dos olhos da cara, todos se queixam... Isso está certo?

Ô leitor! Pôxa, querido leitor...! (grifo nosso)

---

Esta postura do site parece estimular uma reciprocidade, um sentimento de reconhecimento e pertencimento por parte ds leitores, conferindo uma dimensão humanizada e moralmente engajada às interações comunicativas do site.

Como aponta Dahlberg, muitos pesquisadores concluíram que a comunicação eletronicamente mediada, por sua abstração e ausência de marcas identitárias, tende a eliminar ou empobrecer estas qualidades em suas práticas interativas, pelo menos em espaços de convivência não motivados por afinidades pessoais ou por gostos e inclinações comuns.

O OI, no entanto, parece conseguir estabelecer com muitos de seus leitores um relacionamento no qual permanece um sentido humano de encontro e pertencimento, e o engajamento se dá de forma menos impessoal e mais comprometida, o que favorece a continuidade e o bom nível do debate. Os trechos a seguir ilustram esta constatação:

#### **Liberdade e fraude**

Querido Dines, que bom que foi você que escreveu este artigo, te respeito muito. Por isso, me sinto mais à vontade de falar algo que está me angustiando.  
(...)

#### **Justiça a cavalo**

Admiro há muito tempo os pontos de vista de Alberto Dines e a iniciativa de estar à frente do Observatório da Imprensa. Mas desta vez, com todo o respeito, vou discordar dos respeitáveis articulistas.  
(...)

### **Boa companhia**

Parabéns, fico feliz em saber que existem pessoas que, assim como eu, não suportam mais a baixaria em que se tornou a televisão brasileira.

### **Susto e alívio**

(...) ainda bem que podemos contar com matérias do Observatório da Imprensa. É importante o questionamento do que é imposto à população pela TV. O OI precisa chegar a mais pessoas, principalmente em momentos como este

### **Estupidez do SBT**

Eu, uma pobre jornalista que, sem recursos, veiculo uma revista séria dentro de enfoques sociais, me espanto cada vez que acontece algo do tipo Gugu.

(...)

Dines, eu gostaria que você estivesse em todos os canais de TV e em todos os veículos de comunicação. Obrigada pela sua existência, pois você nos dá voz.

Entre os 28 participantes entrevistados, 26 afirmam ter voltado ao site do OI depois daquela participação. Destes, quase metade informam visitar sua página mais de três vezes por mês. 12 leitores se manifestaram outras vezes, mandando seus comentários. Enquanto todos já haviam estado no OI antes, apenas um revelou não ter mais voltado a acessá-lo.

A observação desta condição parece indicar um cumprimento satisfatório de mais um requisito de esfera pública, o que confere maior qualidade deliberativa a seu conteúdo. Como visto, o debate no OI demonstra tendência à continuidade, comprometimento e escuta respeitosa por parte dos interlocutores.

Segundo Dahlberg, para que seja significativa, esta condição deve estar acompanhada por uma atitude de abertura, ou sinceridade, por parte dos que apresentam seus argumentos e razões. A extensão do cumprimento desta próxima condição é avaliada no próximo item.

#### 4.2.5- Sinceridade

Para que se determine a qualidade da deliberação em um debate na rede é importante que se examine o grau de sinceridade presente na interação, verificando em que extensão ocorre ausência ou falsificação de dados ou informações relevantes sobre a identidade e as intenções dos participantes.

Distorções deliberadas das informações apresentadas ou das reais intenções podem levar a uma perda de credibilidade do debate e, conseqüentemente, um prejuízo de sua continuidade e ambiente respeitoso.

Embora na rede não se evidenciem para os interlocutores as características pessoais e marcas identitárias, que fazem parte do reconhecimento do outro nas interações presenciais, Dahlberg salienta que diversos marcadores e indicadores de identidade transparecem em suas formas de participação. Dados como gênero, classe, nível cultural, nacionalidade ou afiliações institucionais podem ser reconhecidos muitas vezes através do endereço eletrônico ou do apelido (nickname) fornecido pelo usuário. A linguagem, a qualidade ou estilo dos textos também podem fornecer muitas pistas sobre seu lugar ou posição sócio-cultural.

O conteúdo das mensagens também pode trazer indicadores importantes dos interesses, estilo de vida ou intenções, e estas marcas podem ser menos ou mais deliberadamente ou conscientemente expostas. Pesquisas citadas em seu estudo indicam inclusive uma forte tendência à auto-exposição identitária na rede. Isto indica que a ausência de marcadores corporais ou relacionados à percepção visual não solapam necessariamente o requisito da sinceridade em situações de contato virtual.

Por outro lado, diversos estudos verificaram que o alto índice de controle, pelo usuário, da exposição de elementos identitários, permitido pela rede, faz com que em um grande número de seus ambientes de convivência e discussão ocorram omissões, fraudes, enganos ou manipulações conscientes de aspectos identitários, em uma prática conhecida como *trolling*.

Não só em bate-papos informais ou em interações de entretenimento, como jogos e comunidades virtuais, mas inclusive em ambientes sérios com finalidade deliberativa encontram-se mensagens anônimas ou *trolls*, identidades fraudulentas ou induções intencionais ao erro, na auto-apresentação dos participantes e de seus interesses, qualidades ou intenções.

Outros aspectos da falsificação de informações podem vir a ser ainda mais prejudiciais que as desinformações de identidade, nos espaços da rede. Segundo várias pesquisas compiladas por Dahlberg, muitos grupos de discussão e fóruns, inclusive aqueles dedicados a assuntos sérios e temas políticos relevantes, enfrentam o problema de mensagens jocosas, ofensivas ou sarcásticas; de conteúdos propagandísticos, conspiratórios ou provocadores; de propagação de rumores, fofocas ou escândalos. Com a facilidade de se fabricarem ou alterarem documentos, imagens e textos, proporcionada pela tecnologia, falsas informações, fontes e evidências forjadas são mais facilmente introduzidas em um ambiente interativo da rede.

O anonimato e a dificuldade de identificação de remetentes encorajariam estas práticas, que apesar de na maior parte das vezes terem o objetivo de diversão ou brincadeira, podem ser utilizadas por alguns atores com objetivos políticos ou interesses comerciais; o ambiente da web se prestaria assim a todo tipo de fraudes, distorções e manipulações.

Os participantes dos debates do OI, no entanto, não parecem se enquadrar nesta categoria de usuários. Além de existir a exigência, por parte do site, de identificação dos participantes, que impede o anonimato (os leitores são avisados de que o site não publica mensagens anônimas, identificadas por iniciais ou pseudônimos), seus participantes não parecem querer utilizar as páginas do OI para a divulgação de dados ou informações falsas ou para praticarem, a sério ou de brincadeira, distorções de suas identidades ou intenções.

Além disso, ainda de acordo com pesquisas relatadas por Dahlberg, os usuários da rede tendem a confiar em sua capacidade de discernir engodos e informações falsas ou incorretas, não constituindo um público mais facilmente ludibriável do que aquele que participa em outras formas e outros ambientes de interação e troca informativa fora da web. Estariam igualmente aptos a distinguir informações incorretas, identidades fraudulentas ou argumentos suspeitos, e a apontá-los em nome da credibilidade e seriedade do debate.

Um exemplo disto pode ser visto no debate do OI, em que um participante remeteu uma mensagem com o objetivo de apontar para a incorreção da informação fornecida por um outro participante:

### **Sem silêncio**

Com referência à carta de leitor sob o título "Silêncio geral. É acordo?", do último Observatório da Imprensa, esclareço – mesmo não sendo porta-voz de nenhum canal de TV – que vi e ouvi a apresentadora Fátima Bernardes, do Jornal Nacional, da TV Globo, dando a notícia sobre o caso Gugu na ocasião do acontecimento. Já o SBT não sei porque não assisto a este canal. Seria necessário ter "monitorado" a todos os telejornais do período... Todo cuidado é pouco ao se fazerem acusações que mais podem prejudicar do que ajudar a melhorar o nível da TV brasileira, tirando a credibilidade das manifestações dos telespectadores

Nas mensagens analisadas do debate do OI não se verificam indícios de práticas fraudulentas ou tentativas de indução ao erro; grande parte de seus remetentes não só se identificaram com nome e sobrenome, como revelaram dados pessoais como atividade ou profissão<sup>53</sup>. Quanto ao conteúdo, alguns expõem espontaneamente crenças e valores, ou revelam o reconhecimento, por parte do remetente, de eventuais limitações de recursos, como ignorância, pouca informação ou dificuldade de argumentação, demonstrando que não se preocupam em parecer diferentes ou melhores do são.

Alguns exemplos:

#### **Estupidez do SBT**

Eu, uma pobre jornalista que, sem recursos, veiculo uma revista séria dentro de enfoques sociais, me espanto cada vez que acontece algo do tipo Gugu.  
(...)

#### **Eu dei sorte**

(...)  
Não quero quebrar o clima da ética, adoro uma, já que sou fã de Espinosa, mas façam o que quiserem, minha cabeça tonta gostará sempre das mesmas coisas e pensará: "Eu dei sorte".  
(...)

---

<sup>53</sup> Mais de sessenta Avisos de Recebimento, solicitados aos serviços de correio eletrônico durante o envio das entrevistas para os participantes, confirmaram o prenome ou sobrenome fornecidos pelo usuário em sua mensagem.

### **Escapei por milagre**

(...)

Quando eu era adolescente cheguei a assistir religiosamente o Programa Silvio Santos! Mesmo antes de ter o privilégio de acesso à internet e descobrir essa coisa maravilhosa que é o Observatório da Imprensa, esses Silvios e Gugus já me davam asco. Para mim, esses programas são como rede de esgoto a céu aberto por esse Brasil afora. Como um câncer maligno, devastador, agressivo. Acho que escapei por um milagre. E quanto mais acompanho este OI madrugada adentro me sinto como se tivesse nascido de novo. Tanto é que acredito em vida após a morte. (...)

### **Delito passado**

Concordo com praticamente todo o artigo do Sr. Deonísio, exceto quanto ao último parágrafo. Não sendo jurista, mas apenas um cidadão de razoável bom senso, só consigo interpretar a ação da Justiça como punição a um delito cometido, e não censura prévia.

### **Mereço respeito**

Só ocasionalmente vejo o programa do Gugu. Vi por acidente este, e acreditei, porque achei que uma emissora como o SBT não se prestaria a uma farsa desse tipo. Tudo bem se ao fim do programa tudo ficasse esclarecido, mas não gostei de ser partícipe de uma brincadeira, afinal creio que mereço mais respeito como telespectador. (...)

### **Isso é corporativismo – 5**

(...) Por favor, respirem fundo, não se deixem tomar pela raiva por uma opinião contrária à sua. Não me julguem "gente de direita", reacionário ou coisa assim. Não sou. Fui e sou contra ditaduras e regimes de força. Um humanista! (...)

Observa-se também, na imensa maioria dos textos, que não se utilizam elementos da identidade como méritos ou com pretensões de maior validade para suas razões. A maioria se atém ao tema, expõe suas opiniões de forma objetiva e racional; não fala de si mesmo nem se aproveita do ensejo e do espaço para defender interesses individuais ou difundir causas e crenças alheias à discussão.



Dahlberg observa que, de qualquer maneira, não existe garantia total contra a presença de informações falsas ou distorcidas em debates na rede. Para ele, um dos impecilhos à detecção destas fraudes e manipulações nas esferas públicas seria a presença de desigualdades e exclusões, que impedem que um maior número de indivíduos ou grupos possa confrontar ou avaliar criticamente estes conteúdos. No próximo item, portanto, avalia-se o debate quanto à sexta e última condição.

#### **4.2.6- Inclusão e igualdade discursiva**

A questão da inclusão em esferas públicas virtuais passa necessariamente pelo problema da exclusão digital, ou seja, a dificuldade de acesso e a falta de competências para transitar e se expressar no ambiente da web. Seriam necessárias medidas políticas, econômicas, estruturais e educacionais para minimizar ou eliminar estes fatores, que não cabem ser discutidas neste estudo.

Mesmo quando têm acesso e os conhecimentos necessários, muitos não contam com recursos como tempo, dinheiro ou capital cultural para se engajar em deliberações por meio da rede.<sup>54</sup> A internet estaria favorecendo então, no máximo, o desenvolvimento de uma esfera pública elitizada.

De qualquer forma, milhões de pessoas se encontram em condições de acesso e participam diariamente de discussões e deliberações que ocorrem em diversos espaços na web. É importante então que se verifique, nas esferas públicas que então se formam, as condições de inclusão que são oferecidas a estes participantes e as desigualdades discursivas que possam eventualmente caracterizar a interação entre eles.

Conforme já foi discutido em capítulo anterior, é fato que ocorre um apagamento na rede de diversas marcas identificadoras ou reforçadoras de status, poder ou posição social, o que teoricamente poderia promover um maior equilíbrio e ressaltar a força do melhor argumento. Despidas das possibilidades coercitivas ou intimidatórias relacionadas a estas marcas, as razões teriam igual chance de serem levadas em consideração ou consideradas válidas. Porém, é também fato que muitas destas marcas permanecem perceptíveis através das interações on-line, podendo influenciar a maior ou menor aceitação da validade da contribuição.

---

<sup>54</sup> Dahlberg menciona uma pesquisa de Wilhelm (2000) que realiza uma sofisticada exploração das maneiras pelas quais as desigualdades sociais e culturais restringem a participação em deliberações on-line e limitam as possibilidades da internet para expansão da esfera pública.

Considerou-se que geralmente, as hierarquias de poder e autoridade, valor e competência dos atores no ciberespaço reproduzem as mesmas relações observadas fora da rede; outros fatores porém, neste ambiente, estabelecem novas hierarquias e critérios de validade que podem produzir desigualdades deliberativas. Dentre estes, pode-se considerar competências técnicas, recursos para conexão (tempo, dinheiro, largura de banda), frequência de postagens, posição dentro do grupo (moderador, por exemplo), bem como capacidade de se expressar por escrito e apresentar mensagens com conteúdo ou estilo admirados pelos outros participantes.

Estas estratificações de poder, segundo Dahlberg, significam que alguns participantes podem ter suas vozes mais ouvidas e exercer maior influência do que outras, o que leva a uma dominação do debate por parte de alguns indivíduos ou grupos, produzindo desigualdades discursivas.

Foram discutidas no capítulo anterior algumas críticas à desigualdade discursiva no site do OI, devido à uma suposta predominância ou maior destaque dado aos conteúdos produzidos por sua equipe e aos colaboradores que se afinam com seu ideário e posições.

O site do OI é um lugar de especialistas; é preciso reconhecer que o prestígio e a credibilidade de seu fundador e editor-responsável, o jornalista e *mediacriticist* Alberto Dines, emprestam estas qualidades ao site. Lugar de muitas vozes, no site como um todo transparece como que uma “voz do OI”. Seus editores e colaboradores são jornalistas, acadêmicos, juristas ou literatos, vozes especializadas que compartilham seus ideários e objetivos; são os interlocutores aparentemente mais “autorizados” do debate.

As matérias da equipe realmente são as primeiras nas seções temáticas, mais acima e à esquerda no índice; ainda que dividam o espaço das seções com artigos de outras fontes, pode-se interpretar isto como um maior peso ou importância dada a estas matérias. Ora, não se pode esquecer que o OI não se propõe a ser apenas um lugar de debate, mas também representa um papel ativo de ator crítico, posicionado que busca influência e persuasão na esfera pública. Como tal, aplica seus recursos para tematizar as questões que julga relevantes e apresentar seus argumentos para a deliberação.

Age, porém, comunicativamente, não estrategicamente; não é movido por interesses políticos, mercadológicos ou não-públicos. Sua atitude é a de justificar suas razões deliberativamente, estimulando a participação e a manifestação de outras vozes, promovendo um debate público sobre as questões da mídia. Diversos artigos de leitores expondo posições

contrárias às da equipe estão publicadas no *Jornal de Debates*, indicando que o espaço do site é democrático e considera igualmente as pretensões de validade de razões diferentes das suas

Esta característica de voz especializada, privilegiada, mas sincera e aberta ao diálogo, parece não exercer sobre os demais participantes efeitos coercitivos ou intimidatórios. Muitas mensagens mostram que os leitores reconhecem a autoridade dos analistas do OI sobre as diversas questões, admiram e consideram suas argumentações, mas não se sentem coagidos a aceitar suas razões nem se sentem inaptos ou impotentes para discordar. Neste debate, observou-se que entre as 62 mensagens consideradas como feedback, 42 discordavam das razões dos articulistas do OI; ainda que respeitosamente, sem “abaixar a crista”.

O resultado da Urn@ eletrônica também mostrou que 82% dos leitores votantes consideraram que a ação do Ministério Público contra o Domingo Legal não se constituiu em um ato de censura, mesmo que a posição aberta e largamente assumida pelo OI foi a de considerar como censura. Mesmo empenhado e respeitado em sua condição de especialista, não produziu consenso ou convencimento.

O ambiente do debate no OI é inclusivo por incentivar e valorizar a participação de outros atores críticos; procura estabelecer um grau satisfatório de igualdade discursiva, ainda que possa dar maior destaque à sua própria opinião, não pretende monopolizar a atenção: os comentários de leitores podem ocupar até mais espaço, em algumas seções. Na tela abaixo, percebe-se que no *Jornal de Debates* foram publicados 15 artigos de leitores sobre o caso Gugu-PCC, contra 7 da equipe do OI (ver figura 11):

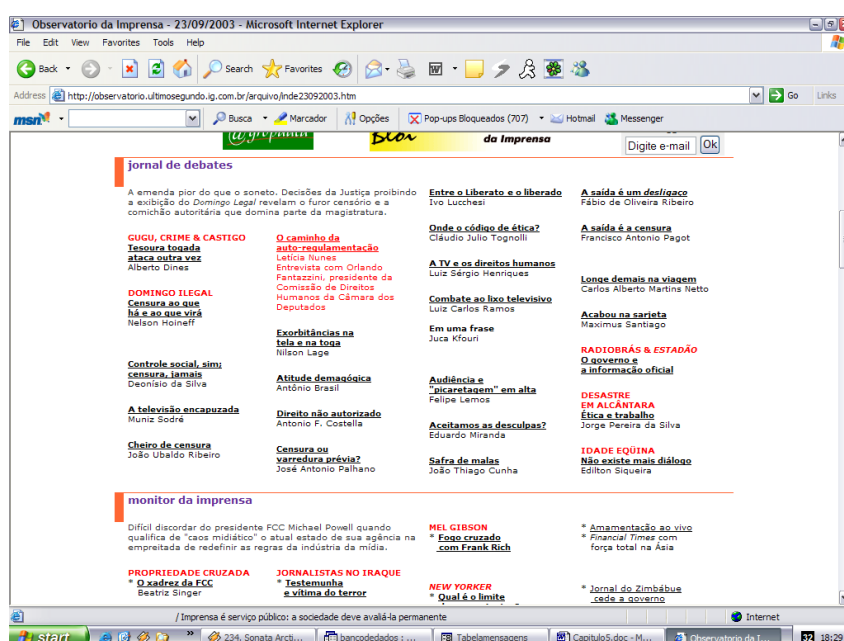


Figura 11 – Jornal de Debates – edição 243

O leitor, de modo geral, reconhece a importância do OI como voz especializada, auxiliar na formação da opinião e alguns também reconhecem a importância como canal público de expressão e manifestação. Muitas mensagens fazem referência a estes papéis do Observatório, e os participantes parecem se sentir parte de um movimento social, de uma proposta crítica, de uma tarefa cívica, podendo tomar parte e contribuir, ainda que não sejam especialistas.

Exemplos:

### **Consciência tranqüila**

(...) Acredito que veículos de imprensa sérios, como o Observatório da Imprensa, deveriam se posicionar radicalmente em questões como estas para que assim comece a repercutir na sociedade uma outra forma de pensar sobre o que deve ser transmitido na programação da TV brasileira ou não.

### **TV a repensar**

(...) Como cidadãos, temos opção de escolha e de definições; devemos, além de criticar ou fazer escândalo, mostrar ao nosso povo e governantes o que há de errado no país e como isso vem nos afetando, mas, além disso, usar nossa cidadania para mostrar propostas de soluções, ajudar. (...)

### **Susto e alívio**

(...) ainda bem que podemos contar com matérias do Observatório da Imprensa. É importante o questionamento do que é imposto à população pela TV. O OI precisa chegar a mais pessoas, principalmente em momentos como este.

### **Desperdício de energia**

O jornalista Alberto Dines personifica aqueles cidadãos brasileiros de boa estirpe, que têm história. Ao assumir publicamente sua indignação contra a censura e contra a privação da livre expressão demonstra o caráter no qual são moldados esses brasileiros. A democracia desse país agradece e deve muito a eles. O caso Gugu reflete essa preocupação: ao ser impedido de manifestar-se o apresentador, vozes da liberdade levantaram-se.

### **Estupidez do SBT**

(...) Dines, eu gostaria que você estivesse em todos os canais de TV e em todos os veículos de comunicação. Obrigada pela sua existência, pois você nos dá voz.

### **Escapei por milagre**

(...) Mesmo antes de ter o privilégio de acesso à internet e descobrir essa coisa maravilhosa que é o Observatório da Imprensa, esses Silvios e Gugus já me davam asco. Para mim, esses programas são como rede de esgoto a céu aberto por esse Brasil afora. Como um câncer maligno, devastador, agressivo. Acho que escapei por um milagre. E quanto mais acompanho este OI madrugada adentro me sinto como se tivesse nascido de novo. Tanto é que acredito em vida após a morte. Alberto Dines, então, para mim, é o maior dos maiores gênios.

Observa-se, porém, no debate do OI, que ocorre uma grande participação de jornalistas e profissionais ligados à comunicação. Isto parece exercer uma certa influência nas pretensões de validade: a maioria das pessoas que informaram espontaneamente sua atividade ou profissão são da área. Isto pode indicar que estes participantes esperam ter suas opiniões melhor consideradas ou respeitadas, ou que pretendem a validade de suas razões devido ao fato de possuir a qualificação para tratar da questão em condições de igualdade com os atores principais.

Muitos artigos publicados em seções temáticas são de leitores recorrentes, que enviam colaborações com maior frequência do que os outros. Ainda assim, não parece se conformar um quadro que Dahlberg aponta como impeditivo da deliberação na rede, que é o domínio e a monopolização do discurso por um número reduzido de indivíduos ou grupos.

Ainda que se observem atores mais frequentes e recorrentes, eles não reduzem o espaço disponível a outras contribuições nem impedem que outros tenham as mesmas chances de participação; Como Dahlberg mesmo ressalta, desigualdades na frequência ou extensão das contribuições não significam necessariamente desigualdades deliberativas ou exclusões; existem diversas razões para que alguns postem menos regularmente ou menos extensamente do que outros, sem que isto signifique um temor de não estar à altura ou de não vir a ser considerado.

Milhares de leitores do OI nem chegam a se manifestar ou enviar comentários, o que não significa que sejam passivos ou sintam excluídos. Segundo Dahlberg, estes podem ser tão ou mais engajados, comprometidos e atentos, propagando-o por outras esferas pelas quais transitam. O fato de não participarem diretamente não significa que não se sintam incluídos ou não considerem-se possíveis e válidos interlocutores a qualquer momento que o desejarem.

O site do OI parece preencher satisfatoriamente também a última condição, constituindo uma esfera pública de orientação inclusiva; ainda que predominantemente uma elite, seu público é diversificado e crescente. O site empenha-se em qualificar a opinião da sociedade, em difundir suas reflexões sobre a mídia, mas não se fecha em rodas de especialistas; empenha-se também em proporcionar maiores chances de participação e eliminar desigualdades discursivas, tanto em seu próprio espaço quanto no sistema midiático como um todo.

## 5- Considerações finais

Esta observação do site Observatório da Imprensa não foi realizada com o objetivo de defini-lo ou classificá-lo, julgar sua atuação ou discorrer sobre suas qualidades e defeitos. O site não foi considerado em sua dimensão de “produto”, mas como manifestação observável de fenômenos sobre os quais este estudo se propõe a refletir. Foi selecionado como exemplar de instrumento e processo de crítica da mídia e como representante de um modelo de ação comunicativa que vem se consolidando nas sociedades contemporâneas: a tematização e discussão, por atores da sociedade civil, de questões coletivas, através dos recursos oferecidos pelas redes telemáticas.

Como já foi discutido, essas redes favorecem as microações independentes da sociedade civil; atores sociais periféricos encontram maior facilidade de se informar, se expressar e difundir suas causas. Além disto, criam-se na rede espaços virtuais de encontro e participação onde atores antes dispersos ou excluídos podem, muitas vezes sem sair de casa ou do local de trabalho, se reunir e deliberar em torno de temas coletivos, produzindo esferas públicas informais de debate sobre as mais diversas questões.

Diversas modalidades de debate que ocorrem na rede, com diferentes formatos e conteúdos, foram investigados em diferentes pesquisas, das quais o citado estudo de Dahlberg (2001) ofereceu um interessante panorama; para avaliar as qualidades deliberativas desses debates virtuais, este autor se propôs a observar, através dos resultados destes estudos, em que medida se aproximam das condições normativas de esfera pública propostas por Habermas. Dahlberg ressaltou a importância de se realizarem mais investigações e estudos empíricos que apontem potências e limitações concretas dessas esferas públicas, na busca de incrementar aquelas e buscar soluções para estas, aperfeiçoando os mecanismos sociais de ação comunicativa.

Em seu objetivo de avaliar um *locus* de debate público na rede, o presente estudo de caso procurou seguir esta orientação: através da análise das condições e do conteúdo de um debate na rede, buscar indicadores da sua legitimidade e qualidade deliberativa. Sem a pretensão de alcançar generalizações, pretende contribuir para a construção de um conhecimento prático sobre experiências concretas, que aponte tendências e possibilidades do uso social das novas tecnologias de comunicação.

A opção, para a observação dessas dinâmicas, por um debate ocorrido no interior de um site de crítica de mídia, foi movida por uma reflexão paralela: a de que as interações comunicativas constituem o cerne da vida social, e hoje grande parte de suas configurações e de seus conteúdos simbólicos se encontram determinados pela comunicação mediada, com as diversas esferas e práticas sociais imersas no chamado *bios mediático*. Isto torna fundamental o questionamento social permanente das lógicas e critérios do sistema midiático e dos contextos políticos, econômicos e culturais que os condicionam.

Em sociedades complexas, quaisquer demandas sociais, geradas nas esferas mais ou menos informais da periferia do sistema e do mundo da vida e organizados em diferentes associações da sociedade civil dependem, para alcançar visibilidade e influência na esfera pública, não só de seus próprios recursos comunicativos, técnicos e discursivos; dependem também da porosidade do sistema midiático para absorver seus discursos e ações. Precisam desenvolver a capacidade de tornarem-se, eles próprios, conteúdos midiáticos, transpondo a barreira entre espectador e ator. Por isso, a problematização e o monitoramento constante pela sociedade de aspectos como os critérios de seleção e tratamento dos temas pela mídia operam na base de sustentação de todas as outras ações e movimentos sociais.

No caso das iniciativas críticas que tematizam a própria mídia, esta porosidade do sistema midiático às demandas sociais parece se reduzir; a necessidade de sua discussão pública e fiscalização social sempre se defrontou com sua pouca disposição para se autotematizar e auto-criticar e com os reduzidos espaços dedicados a este tema no sistema midiático em geral. As instâncias críticas externas ao próprio sistema quase sempre estiveram restritas a círculos acadêmicos ou especializados, ou a iniciativas e vozes dispersas e fragmentadas.

Ao considerar estas questões à luz daquelas reflexões sobre as novas possibilidades de tematização crítica e de constituição de esferas públicas virtuais, através da web, constatou-se que a crítica de mídia vem encontrando aí um terreno propício para a difusão do tema e a articulação entre instâncias e ações, buscando uma configuração mais sistematizada de seus processos na sociedade. Com seu potencial de “correr por fora” da cena midiática, ao mesmo tempo que a invade e integra, a cena virtual do ciberespaço surge como um novo lugar de visibilidade, fala, articulação e engajamento crítico, com potencial de promover debates mais esclarecidos e inclusivos sobre a mídia.

Na relação dos diversos objetos, que constituiriam os “observáveis empíricos” a serem investigados, em sua pesquisa sobre os processos e instrumentos crítico-interpretativos sobre



a mídia que ocorrem na sociedade, Braga inclui uma categoria “sites na internet voltados especificamente para comentários sobre a mídia e comunicação”, com o objetivo de “observar a experimentação de uso das potencialidades da mídia em rede como processo de interação social e como viabilização do debate sobre a mídia” (Braga, 2002;11).

O site Observatório da Imprensa mostrou-se, então, como um objeto pertinente também a esta investigação: um exemplar típico dessa categoria, além de abrigar em seu espaço outras modalidades relacionadas no *corpus* de Braga: crítica acadêmica, crítica especializada, colunas de ombudsmen, matérias publicadas em outros veículos, cartas de leitores, etc. Ao propor-se a observar suas lógicas críticas, além das formas de articulação e de participação social que mobiliza em sua atuação, considera-se que este estudo inscreve-se também na proposta de Braga; obviamente, sem a mesma abrangência e aprofundamento, mas norteando-se pelos mesmos conceitos.

Ainda que este autor não priorize o aspecto da crítica social vir a conformar-se ou não como sistema, insistiu-se aqui em considerar a hipótese de que as características da rede e seus recursos poderiam favorecer a configuração de um efetivo subsistema social crítico-interpretativo, ao permitir a criação e a disseminação destes lugares e instrumentos através dos quais a sociedade pode se informar e deliberar sobre a mídia.

Na medida em que maiores parcelas da sociedade tenham acesso a diversas leituras e interpretações críticas sobre a mídia, tomem conhecimento de seus direitos e possibilidades de mobilização, e possam contar com mais recursos para se manifestar e se articular com outros afetados, pode desenvolver-se e difundir-se uma cultura de crítica e a utilização social desses mecanismos e processos podem ocorrer de forma mais sistematizada.

Baseando-se, portanto, nas orientações de Dahlberg e Braga, este estudo pretendeu acrescentar dados à reflexão tanto sobre as possibilidades de conformação de esferas públicas legítimas na internet quanto sobre a conformação atual dos processos críticos sobre a mídia na sociedade.

Ainda que os considerando como sua mais desejável consequência, esta análise não tem o alcance de avaliar os efeitos sistêmicos desta atuação, ou seja, a efetiva influência do OI sobre os sistemas produtor e receptor e na conformação do SSCI; da mesma forma, não tem a pretensão de avaliar em que medida as deliberações que ocorrem em seu espaço transpõem as comportas os sistemas político e jurídico, exercendo pressão sobre as instâncias regulatórias; estas avaliações demandariam novos estudos e análises.

O objetivo aqui foi o de observar as condições concretas de ocorrência de um processo crítico e de uma deliberação pública na rede, e não forjar generalizações ou corroborar idealizações teóricas sobre o quadro mais amplo; foi o de buscar na superfície visível de um fenômeno, nos elementos observáveis que o constituem e lhe dão forma, os indícios das forças e relações subjacentes que ele reflete e põe em movimento na sociedade.

Neste sentido, o OI, como elemento observável, serviu satisfatoriamente aos objetivos; possibilitou a apreciação de diferentes aspectos e tendências relativos à utilização da rede para a crítica de mídia, tanto como ator crítico quanto como arena de debates. O resultado das observações fala por si; não se considera necessário repetir aqui os achados da descrição do conteúdo do site e da análise do debate ocorrido em seus espaços. Pode-se, no entanto, tecer algumas considerações finais sobre os elementos considerados mais significativos e determinantes do papel do OI como ator crítico e esfera pública, contribuindo em mais de um aspecto para a consolidação de processos críticos mais sistêmicos na trama social.

O OI é um ator “nativo” da esfera pública, que exerce o que Habermas designou como uma *dupla orientação* de sua política: persegue objetivos “ofensivos”, ao “lançar um tema relevante para a sociedade, trazer contribuições para a solução de problemas, acrescentar novas informações, interpretar valores de um modo diferente, mobilizar bons argumentos, denunciar argumentos ruins” (HABERMAS, 1997; 103), enquanto em seu aspecto “defensivo” ele “tenta preservar certas estruturas da associação e da esfera pública, produzir contra-esferas públicas sub-culturais e contra-instituições” (idem). Ao mesmo tempo que busca exercer influência na esfera política, está interessado reflexivamente na estabilização e ampliação da sociedade civil e da esfera pública.

Um dado considerado significativo que a análise demonstrou refere-se à evolução na utilização dos recursos disponíveis, que indica uma tendência à consolidação e ao aperfeiçoamento da proposta do site. O jornal tornou-se semanal e o conteúdo é bem mais extenso que no início de suas atividades; oferece mais material para a reflexão, sobre mais temas e aspectos relacionados à mídia. Ao maior número de artigos publicados, acrescentou-se ainda a seção Biblioteca OI, oferecendo download gratuito de livros.

A participação dos leitores é cada vez mais encorajada e valorizada em suas páginas, com a publicação de suas contribuições nas seções temáticas e da inclusão de um link na primeira página do maior destaque dado à seção Canal do Leitor. A atualização diária desta seção, sua melhor organização visual e de conteúdo, atraem a atenção e favorecem a leitura e o acompanhamento dos diversos debates travados sobre os diferentes temas.

Ainda durante a elaboração destas notas, o OI incluiu em sua página principal dois novos links, sob a rubrica “Blogs do OI”: *Contrapauta* e *Código Aberto*, produzidos por jornalistas ligados ao projeto. São espaços de comentário e crítica sobre jornalismo e mídia, abertos também à participação pública.

Apesar de, como ator crítico, se apoiar basicamente na autoridade de especialistas e na reputação de seus editores e articulistas, não se fecha em si mesmo ou em seu ideário próprio; ainda que possa exercer uma prerrogativa de selecionar, hierarquizar ou privilegiar certas temáticas e pontos de vista, abre espaço para a proposição de diferentes temas, abordagens e posicionamentos partidos de outros atores ou lugares sociais.

Em seu espaço encontram-se textos críticos extremamente especializados, produzidos em ambiente acadêmico, pareceres de especialistas sobre questões correlacionadas à mídia, como questões de direito e cidadania, junto a artigos e comentários de não-especialistas e pessoas comuns. O leque de temas abordados é bastante abrangente, contemplando diferentes veículos, produtos e práticas midiáticas, e quase sempre sua apreciação abrange aspectos mais amplos e conhecimentos de segundo grau sobre os temas; raramente se atém apenas à singularidade do objeto comentado. Este é apreciado segundo uma compreensão contextualizada de um quadro mais amplo, inserido em uma ordem de fatos e eventos que configuram certos padrões e valores a serem questionados.

O foco principal na imprensa parece se justificar pelo fato de o material informativo ou jornalístico, no interior do sistema midiático, constituir o elemento mais determinante do caráter público e da função social da mídia; suas distorções, deliberadas ou não, podem ter consequências políticas e sociais mais imediatas e graves. Ainda assim, a publicidade e o entretenimento também são objeto de crítica e discussão no site, uma vez que também produzem efeitos sócio-culturais importantes, muitas vezes questionáveis ou claramente nocivos, como o reforço de exclusões e preconceitos.

O tipo de crítica realizada pelo OI propõe uma generalização da reflexão sobre a mídia, e o reconhecimento dela como um componente central de um sistema político e social, que se reflete e se reproduz por meio de seus fluxos; questões mais amplas, relacionadas à cidadania e à democracia, por exemplo, são suscitadas nas apreciações e comentários críticos sobre produtos específicos. Procura ampliar a consciência social sobre estas implicações e envolver toda a sociedade nas discussões, através deste reconhecimento de que os processos midiáticos afetam praticamente todo o contexto e as formas de vida concretas nos quais os

seus membros transitam. Desta forma, é uma crítica que contém em si o reforço de sua própria necessidade de existência e difusão no tecido social.

Apesar de politizado, o OI não se encontra submetido a interesses políticos-partidários específicos nem visa fins lucrativos; ainda que seja patrocinado por grandes grupos empresariais como Banco do Brasil, Odebrecht e Embraer, e esteja vinculado a um portal de caráter comercial na rede, o iG, não age estrategicamente ou movido por interesses particulares de sua equipe ou de seus apoiadores. Exerce uma ação comunicativa, no sentido habermasiano. Busca a troca de razões e o diálogo em público, orientado para a solução compartilhada de problemas.

Ainda que como ator crítico busque influência na esfera pública, procura exercer esta influência pela forma discursiva racional-argumentativa; não se baseia em elementos coercitivos, ou não-discursivos de autoridade, como o poder político ou econômico, nem pretende impor seus pontos de vista por meio de uma pretensa superioridade sócio-cultural sobre os interlocutores. Busca sim, o reconhecimento da validade de suas argumentações pela qualificação e reputação de sua equipe, mas apresenta suas razões de forma argumentativa, sincera e inteligível, em linguagem comum e acessível a não-iniciados.

Demonstra igualmente sua disposição reflexiva ao encorajar o comentário social sobre os temas tratados. Dividindo suas páginas com opiniões e argumentos diversos dos seus próprios, configura um espaço agonístico; abriga polêmicas, dando espaço e recursos semelhantes para os contendores; vozes dissonantes encontram a mesma oportunidade de conseguir adesão ou objeção, baseando-se apenas na qualidade argumentativa da exposição de suas razões. O debate sobre o caso Gugu-PCC ilustrou perfeitamente esta característica, ao incluir posições radicalmente opostas, sustentadas quase sempre por razões, sendo que os discursos dogmáticos representaram uma absoluta minoria das contribuições ao debate. Ainda assim, foram publicados e jogados na discussão. Os critérios de publicação do site são muito claros; revelam que as restrições são pouquíssimas e todas visam a manutenção de um grau mínimo de racionalidade, seriedade e lisura ao debate.

O OI admite que muitas esferas públicas de debate sobre a mídia podem ser deformadas por interesses não-assumidos ou não-revelados de atores, vinculados ou não aos temas-objetos de discussão, ou se prestar à ação de atores “aproveitadores”; mas reconhece que, ainda assim, o mais importante é que esses debates possam ocorrer; acredita que através deles é que a sociedade tem condições de aumentar seu entendimento sobre as questões, em

um processo de aprendizado conjunto que sua discussão pública pode promover. Como afirmou Dines em um artigo:

Hoje temos ONGs e instituições para-acadêmicas organizadas com a finalidade precípua de examinar a lisura da batalha midiática. Algumas buscam a neutralidade assumindo o desconforto de serem criticadas pelos contendores, outras usam a camuflagem da isenção para melhor servir aos seus interesses. *Ambas são bem-vindas. Vale o confronto.* Os militantes "incorporados" à crítica ganham nos primeiros momentos e perdem na crise seguinte.<sup>55</sup>

O site do OI procura proporcionar as melhores condições para o debate, em suas páginas. Enquanto esfera pública, mostra-se pouco suscetível a interferências não-discursivas ou não-rationais. Todos os artigos e comentários, para se integrarem ao debate, devem estar assinados e manter um nível aceitável de pertinência, racionalidade e respeito pelos demais interlocutores. Busca aumentar a inclusividade ao encorajar a entrada de novos participantes na discussão. O link “Envie para um amigo”, disposto junto aos artigos, revelam o esforço de divulgar mais os temas, enquanto as facilidades oferecidas para o envio de comentários revelam o empenho do site para que ocorra uma maior participação.

O número médio de participantes é crescente e se mantém em patamares significativos, e em sua maioria parece constituir-se de pessoas realmente sinceras e interessadas no diálogo, que estabelecem uma relação de pertencimento e engajamento à proposta do site, visitando-o com frequência e acompanhando os debates; demonstram disposição a ouvir respeitosamente e acolher reflexivamente outras razões e pontos de vista. Estes elementos indicam que o OI efetivamente representa uma modalidade bem sucedida de tematização crítica e promoção de debate público sobre a mídia.

Esta atuação deve muito de sua viabilidade e eficácia ao fato de estar baseada na internet; o próprio Dines o afirma. As entrevistas com participantes apontaram igualmente para a tendência destes de se engajarem em debates com muito mais frequência e continuidade, por meio da rede, do que por meios tradicionais. Os menores dispêndios em tempo, deslocamento e custos para reunir-se em um público, com a finalidade de ouvir e se manifestar sobre assuntos de seu interesse, proporcionados pela rede, parecem realmente encorajar esta participação.

As características discursivas do debate, apontadas pela análise, indicam a possibilidade da conformação de autênticas esferas públicas de debate na rede; pelo menos

---

<sup>55</sup> <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/oi070520031.htm>

nestes modelos de interatividade mais indireta. No site do Observatório, o debate ocorre no modo de um fórum, no qual não há as as limitações de tempo e espaço normalmente verificadas em interações face-a-face do tipo *chats* ou grupos de discussão *on-line*; nestas muito se perde na continuidade e na elaboração reflexiva das contribuições. Em um ambiente como o do OI, absolutamente todas as contribuições já postadas podem ser lidas e relidas a qualquer tempo, e o participante tem o tempo e o espaço que desejar para elaborar e enviar seus argumentos.

Este fator, além de aumentar a inclusividade, dando chance a um ilimitado número de participantes se engajarem no debate em qualquer momento, certamente favorece a predominância de discurso racional-argumentativo e a não-ocorrência significativa de fatores de desvio e deformação das condições habermasianas de esfera pública. Observam-se níveis satisfatórios de reflexividade, continuidade, escuta respeitosa e sinceridade; diálogo publicamente orientado e ausência de desigualdades discursivas importantes. Não se pode deixar de notar um predomínio de determinada categoria de atores sociais, ligados diretamente ao objeto criticado, os jornalistas; são os fundadores, coordenadores, editores e principais articulistas do site, além de uma significativa parcela de seus leitores.

Estes atores porém, embora pertencentes ao sistema ao qual criticam, atuam na condição de membros da sociedade civil; como afetados. Sua iniciativa crítica não parte de dentro do sistema, segundo as suas lógicas<sup>56</sup>. Localiza-se assim, com relação ao sistema midiático, com o “modelo de iniciativa externa” proposto por Habermas em sua análise do trânsito de temas entre a esfera pública a esfera política. Este modelo se aplica a

situações em que um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda, 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse nesta questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão (HABERMAS, 1997; 114).

Uma outra característica significativa observada no OI aponta para sua característica polifônica: são suas seções *Entre Aspas* e *Voz dos Ouvidores*. Nestas, são publicadas reproduções de matérias e colunas originárias de outros veículos. O critério para sua publicação é tratarem da própria mídia, seu comportamento e práticas, e não os temas cobertos pela mídia. Esta abertura demonstra o empenho do site em prover ao debate o maior número possível de material de reflexão, não pretendendo dominar o debate ou monopolizar

---

<sup>56</sup> Assumindo seu lugar social dentro do sistema, a entidade LabJor, responsável pelo OI exerce outras ações igualmente significativas. Atuando em nível educativo; desenvolve projetos de formação e aperfeiçoamento junto a estudantes e quadros profissionais de jornalismo.

as atenções para seus próprios textos. A não-limitação de espaço da rede permite este recurso; na edição 243, de 23/09/2003, nada menos que 28 matérias de outros veículos foram reproduzidas, apenas sob a rubrica “Dossiê Gugu”, ampliando as fontes disponíveis para o leitor formar a opinião.

Ainda mais estreitamente relacionado às características singulares da rede, está o recurso observado de fornecer atalhos, ou links, para outros endereços na rede. Estes recursos hipertextuais, típicos da internet, permitem que o leitor se desloque entre diferentes sítios e mesmo que permaneça conectado a mais de um simultaneamente. O OI oferece links para sites de organizações, publicações, entidades ou outras iniciativas ligadas à mídia em geral e especialmente à crítica. Estes endereços podem estar mencionados em matérias ou artigos nas páginas do OI ou divulgados na seção NetBanca. Diversos outros sites voltados a temas de mídia, cultura, cidadania e movimentos sociais também oferecem atalhos para o OI, através de citação ou reprodução de artigos ou mesmo em suas seções de links relacionados ou recomendados.

Esta característica de articulação facilitada entre atores e ações críticas, interligando seus espaços e remetendo-se mutuamente uns aos outros, constitui talvez um dos maiores potenciais da rede na sistematização de processos sociais críticos. O estabelecimento de redes de informação e de participação estende e torna mais organizados os mecanismos existentes, disseminando na sociedade o recurso a eles e configurando processos mais sistemáticos de acompanhamento e controle da mídia pela sociedade.

Por fim, a observação deste processo crítico, representado aqui pelo site Observatório da Imprensa, levou à conclusão de que uma crítica independente, agonística e articulada com a sociedade, vem se desenvolvendo no ambiente comunicacional mais interativo e horizontal das redes telemáticas.

Este fenômeno pode levar a duas consequências importantes: sua disseminação e aperfeiçoamento podem exercer o efeito de sistematizar as práticas e as ferramentas críticas à disposição da sociedade, contribuindo para a conformação de um efetivo e eficaz subsistema social crítico-interpretativo no interior do sistema midiático, com maior capacidade de intervir em suas dinâmicas.

Por outro lado, pode contribuir para os esforços democráticos no sentido de uma efetiva inclusão e qualificação das periferias sociais, para que tomem parte nas deliberações sobre as questões de seu interesse; servindo de modelo para outras iniciativas de tematização

e crítica que pretendam basear suas operações na rede e utilizar seus recursos de maneira autônoma e eficiente, na busca de reduzir as desigualdades que, infelizmente, ainda persistem nas sociedades contemporâneas.



## **Bibliografia**

**ABRAMO, P.** *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003

**ALBUQUERQUE, A.** *Media criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa* in: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Volume XXV. São Paulo: UFRJ, 2002

**ANTOUN, H.** *A multidão e o futuro da democracia na cibercultura*, in: FRANÇA, V., WEBER, M.H., PAIVA, R. e SOVIK, L. (orgs.) Livro do XI Compós- Estudos de Comunicação. Porto Alegre, Sulina; 2003

**AVRITZER, L.** *Democracy and Public Space in Latin America*. Princeton, Princeton University Press, 2002

**BELTRÁN, L.R.** *Adeus a Aristóteles: Comunicação horizontal*. In: Comunicação e Sociedade. n. 6, (p. 05-35). São Paulo: Ed. Cortez, set. 1981

**BOHMAN, J.** *Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy*. Cambridge: MIT, 1996

**BRAGA, J.L.** *Interação e Recepção*, in: FAUSTO NETO, AIDAR PRADO, PORTO, S. e HOHLFELDT, A (orgs). *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade*. Porto Alegre, Edipucrs, 2001

\_\_\_\_\_ *O sistema social crítico-interpretativo* . In: AIDAR PRADO, (org.). *Crítica das práticas midiáticas*. São Paulo, Hacker Editores, 2002.

\_\_\_\_\_ *Investigação sobre as lógicas do comentário social crítico*. XI Compós, 2002.

\_\_\_\_\_ *Mais que interativo: agonístico*. XII Compós-. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003

\_\_\_\_\_ *Observatório da Imprensa* (não publicado)

**BRASIL, S.S.** *A internacionalização na produção das informações*. In: MORAES, D. (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

**BRETAS, M.B.** *Elementos Metodológicos para a Abordagem das Interações Telemáticas.* in: FAUSTO NETO, AIDAR PRADO, PORTO, S. e HOHLFELDT, A (orgs). *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade.* Porto Alegre, Edipucrs, 2001

**CASTELLS, M.** *A sociedade em rede.* São Paulo, Paz e Terra, 1999

**CASTELLS, M.** *A galáxia da Internet-reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.* RJ, Jorge ZaharEditores, 2003

**CASTRO, M.C.** *Na tessitura da cena, a vida.* Belo Horizonte, ed. UFMG, 1997

**CHRISTOFOLETTI, R.** *Dez impasses para uma efetiva crítica de mídia no Brasil*  
[www.saladeprensa.org/art522.htm](http://www.saladeprensa.org/art522.htm)

**DAHLBERG, L.** *Computer-Mediated Communication and the Public Sphere: A critical Analysis.* In: *Journal of Computer-Mediated Communication*, vol.7, 2001  
<http://www.ascusc.org/jcmc/vol7/issue1/dahlberg.html>

**DINES, A.** *O papel do jornal.* São Paulo, Summus, 1986

**ECO, U.** *Cinco escritos morais. (Sobre a imprensa (p.55-66)).* Rio de Janeiro: Record, 1997.

**EISENBERG, J. E CEPIK, M.** *Internet e Política – teoria e prática da democracia eletrônica.* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000

**ENTEL, A .** *Teorias de la comunicacion: cuadros de epoca y pasiones de sujetos.* Buenos Aires: Fundación Universidad a Distancia Hernandarias, 1994

**HABERMAS, J.** *Mudança Estrutural da Esfera Pública.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984

**HABERMAS, J.** *Direito e Democracia: entre facticidade e validade.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 1997

**GOMES, I.** *O conceito de recepção e a abordagem do processo comunicativo.* In: *Revista Textos* n. 36. Facom, UFBA, 1997.

**GOMES, W.** *Esfera Pública Política e media*

\_\_\_\_\_ *Esfera pública política e media II* in: RUBIM, A.A.C., BENTZ, I.M.G. e PINTO, M.J. (eds). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compós

**KELLNER, D.** *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc, 2001.

**LEMOS, A. e PALACIOS, M.** *Janelas do Ciberespaço: comunicação e cibercultura*. Salvador, Ed. UFBA, 2001

**LÉVY, P.** *O que é Virtual*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora 34, 1999

\_\_\_\_\_ *Cibercultura*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora 34, 2000

**MAIA, R.** *Democracia e a internet como esfera pública virtual*. In: MOTTA et al. (orgs.). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed.UNB, 2002

**MAIA, R.** *Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação política*, in: Mídia.br. Livro do XII Compós. Porto Alegre, Ed.Sulina, 2004

**MAYA, M, DOIMO, A.AM. e MAIA, R..** *Movimentos sociais, Internet e novos espaços públicos: o caso da DHNet*, in: *Comunicação e Espaço Público*, jan/jul 2001

**MANOVICH, L.** *The language of new media*. 2<sup>a</sup> ed. Massachussets: MIT Press, 2001.

**MARCONDES FILHO, C.** *O espelho e a máscara. O enigma da comunicação no meio do caminho*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Unijuí, 2002.

**MENEZES, P.** *Jornalismo digital: intenção, forma e interatividade*. In: *ReVisão – Comunicação, cultura e linguagens intersemióticas*. n.1. (p. 19-28). Campo Grande: UCDB, 2001.

**MESQUITA, M.** *Percepções contemporâneas do poder dos media*. In: *Comunicação e Sociedade*, n. 29 (p.80-105). São Paulo: Umesp, 1998.

**MORIN, E.** *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1983.

**MORRIS, M.** *The internet as Mass Medium* – [www.ascusc.org/jcmc/vol1/issue4/morris.html](http://www.ascusc.org/jcmc/vol1/issue4/morris.html)

**NORRIS, P.** *A virtual circle. Political communications in postindustrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press: 2000, 208-32

**PRADO, J.L.; PORTO, S.** *Campos da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Universitária, 2001.

**PRITCHARD, D** (ed.) *Holding the media accountable*. Bloomington, Indiana University Press, 2000

**RUDIGER, F.** *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

**SODRÉ, M.** *Comunicação, um novo sistema do pensamento*. In: FAUSTO NETO, A. ; AIDAR PRADO, J.L.; PORTO, S. *Campos da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Universitária, 2001.

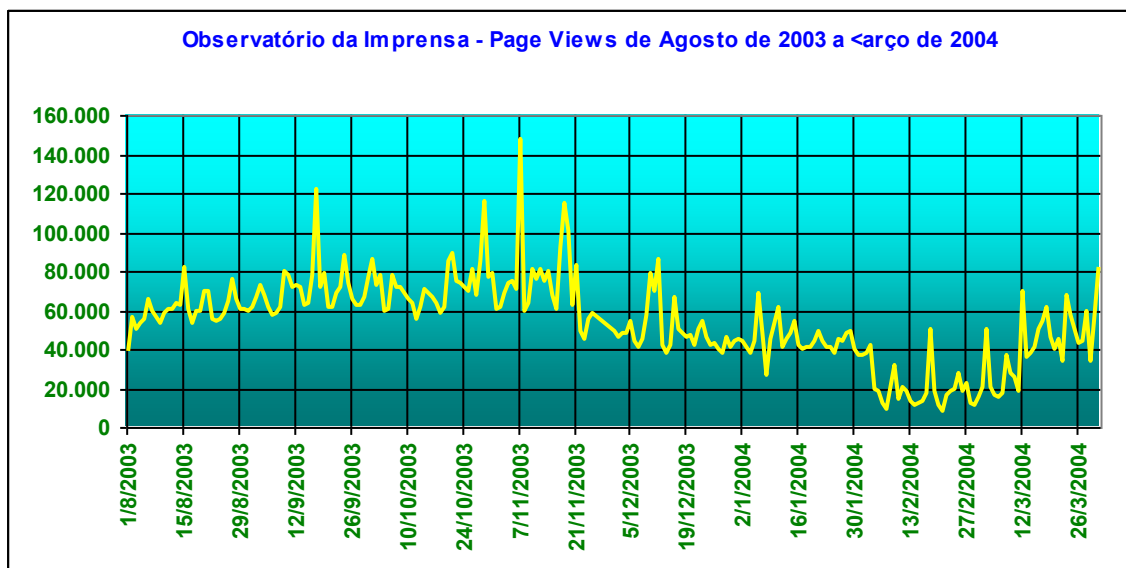
**VOLKMER, I.** Parameters of the new Global Public Sphere  
<http://media-in-transition.mit.edu/articles/index/volkmer2.html>

**WATZLAWICK et al.** *Pragmática da comunicação humana*. 19<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

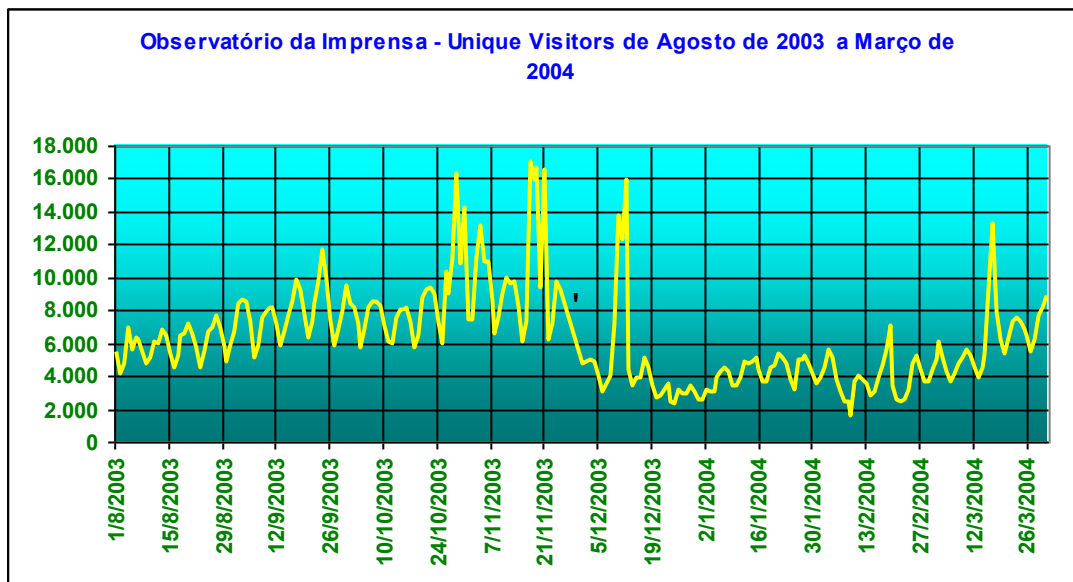
## Anexo 1 – Número de page-views no OI – 2003/2004

Prezados amigos do *Observatório da Imprensa*

Nossa audiência, em março, recuperou seus níveis para o patamar de 60 mil page views/dia, depois da natural queda que ocorre entre a passagem de ano e o carnaval.



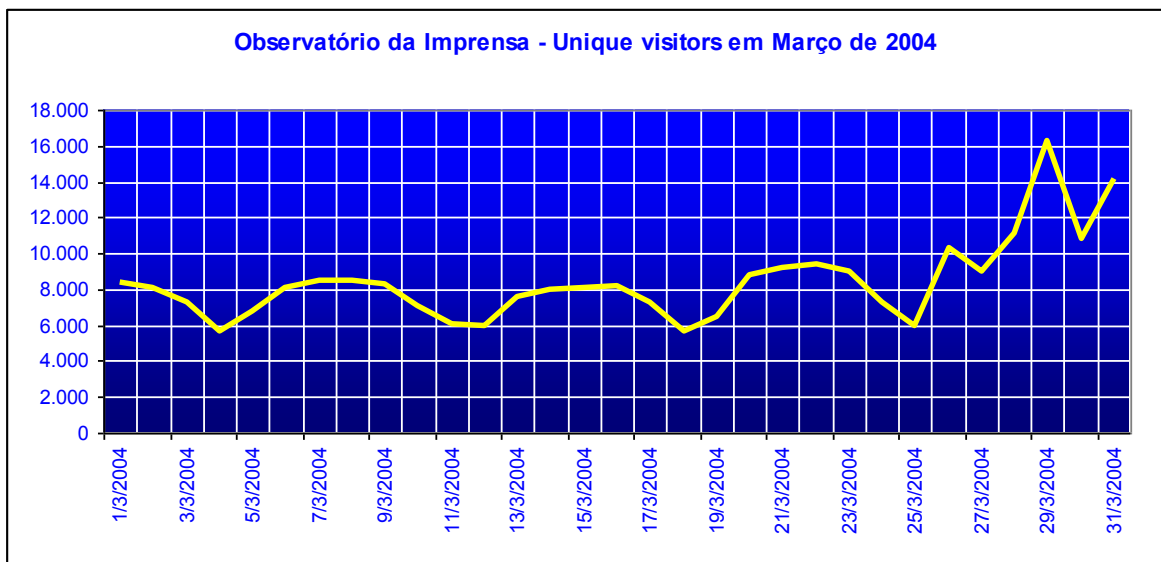
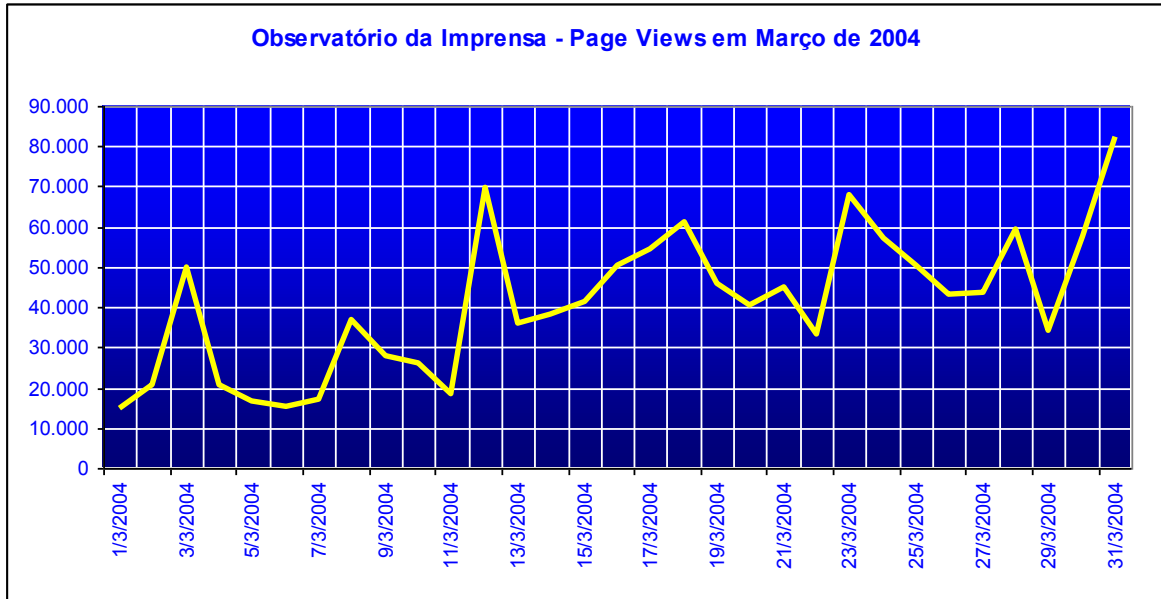
Esse desempenho foi acompanhado pelo índice diário de unique visitors, cuja curva retomou o crescimento:



O apoio recebido nos estimula a continuar melhorando sempre.

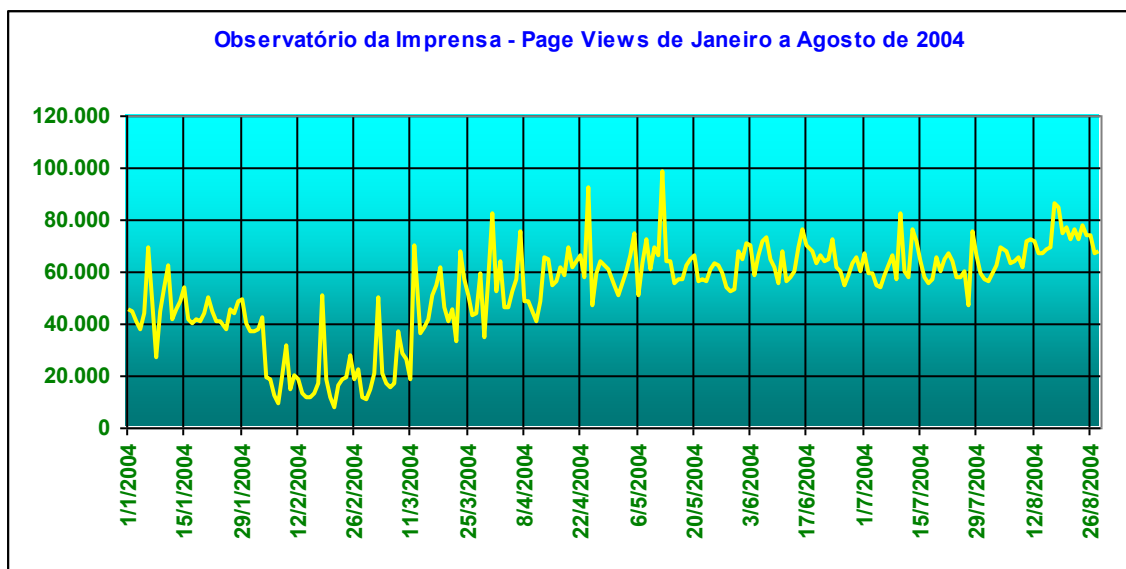
Amigos

Eis os quadros de audiência de Março de 2004. São belos números:

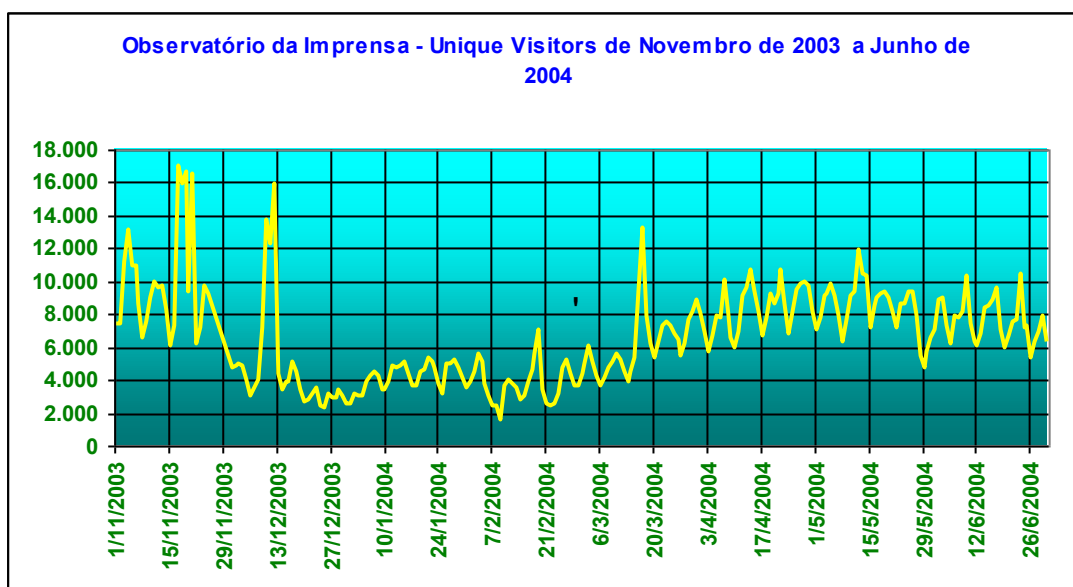


Prezados amigos do *Observatório da Imprensa*

O Observatório online contou 2.190.253 de páginas vistas em agosto de 2004. O gráfico de *page views* (de janeiro a agosto de 2004) mostra que a estabilidade média que vínhamos obtendo, em torno de 60 mil *page views* diários, tende a aumentar. Os 80 mil *page views* por dia já não são um “pico”, mas um índice que tem-se repetido:



Em visitantes únicos, a soma no mês de agosto de 2004 foi de 251.040 *unique visitors*. O gráfico relativo ao ano de 2004 (até agosto) mostra o crescimento e consolidação do número de visitantes únicos:



Esses resultados se devem também ao seu apoio e confiança, que temos em alta conta. Isso nos estimula a seguir em frente.

## Anexo 2 Questionário enviado aos participantes do debate no OI

1 - Quando você visitou o site do Observatório de Imprensa pela primeira vez?

- a.( ) Antes do episódio Gugu-PCC
- b.( ) Quando ocorreu o episódio Gugu-PCC

---

2 - Você leu artigos no site do Observatório da Imprensa sobre o episódio Gugu-PCC?

- a.( ) Não -----> PULE A PRÓXIMA QUESTÃO; VÁ DIRETO PARA A P.4
- b.( ) Sim, alguns \
- c.( ) Sim, todos -----> CONTINUE; VÁ PARA P.3

---

3 – (SÓ PARA QUEM LEU ARTIGOS) Qual foi a importância dos artigos do site do Observatório da Imprensa para suas reflexões e formação de opinião sobre o episódio?

- a.( ) Muito Importantes
- b.( ) Importantes
- c.( ) Pouco importantes
- d.( ) Nada importantes

---

4 - Você leu comentários de outros leitores do site do Observatório da Imprensa sobre o episódio?

- a.( ) Não -----> PULE A PRÓXIMA QUESTÃO; VÁ DIRETO PARA A P.6
- b.( ) Sim, poucos \
- c.( ) Sim, muitos -----> CONTINUE; VÁ PARA P.5
- d.( ) Sim, todos /

---

5 – (SÓ PARA QUEM LEU COMENTÁRIOS DE OUTROS LEITORES) Qual foi a importância dos comentários de outros leitores para suas reflexões e formação de opinião sobre o caso?

- a.( ) Muito importantes
- b.( ) Importantes
- c.( ) Pouco importantes
- d.( ) Nada importantes

---

6 - Na época do episódio, você enviou e-mail(s) para o site do Observatório da Imprensa. Foi a primeira vez, ou você já havia se manifestado neste site antes, sobre outro assunto?

- a – ( ) 1ª vez
- b – ( ) Já havia se manifestado no site do OI antes

---

7 - Você chegou a se manifestar sobre o episódio Gugu-PCC também para \_\_\_\_\_ :

SIM NÃO



- a- o programa Observatório da Imprensa na TV? ( ) ( )
- b- alguma emissora ou programa de TV?  
(fora o programa do OI na TV) ( ) ( )
- c- algum jornal impresso? ( ) ( )
- d- alguma emissora ou programa de rádio? ( ) ( )
- e- alguma revista? ( ) ( )
- f- algum outro site? ( ) ( ) Qual(is)
- g- alguma organização ou instituição? ( ) ( ) Qual(is)?

8 - Além de e-mail, você chegou a se manifestar sobre o episódio através de \_\_\_\_\_: (FAVOR NÃO CONSIDERAR MANIFESTAÇÕES DIRIGIDAS A AMIGOS E CONHECIDOS.)

- |                                               | SIM | NÃO              |
|-----------------------------------------------|-----|------------------|
| a- carta?                                     | ( ) | ( )              |
| b- fax?                                       | ( ) | ( )              |
| c- telefone?                                  | ( ) | ( )              |
| d- participação em debate on line (internet)? | ( ) | ( )              |
| e- participação em debate presencial          | ( ) | ( )              |
| f- outro meio ou forma?                       | ( ) | ( ) Qual? ____ _ |

9 – Desta ocasião para cá, há um ano e meio mais ou menos, com que frequência você tem visitado o site do Observatório da Imprensa?

- a.( ) Nunca mais visitou
- b.( ) Visitou uma ou outra vez e parou
- c.( ) Visita eventualmente – menos de 1 vez por mês
- d.( ) Visita regularmente – 1 ou 2 vezes por mês
- e.( ) Visita sempre – pelo menos 3 vezes por mês

10 - Depois do(s) e-mail(s) sobre o episódio em questão, você chegou a se manifestar no site do Observatório da Imprensa outras vezes?

- a.( ) Nunca mais se manifestou
- b.( ) Se manifestou uma ou outra vez e parou
- c.( ) Se manifesta eventualmente – menos de 1 vez por mês
- d.( ) Se manifesta regularmente – 1 ou 2 vezes por mês
- e.( ) Se manifesta sempre – pelo menos 3 vezes por mês

---

11 – Para terminar, só algumas informações sobre você, importantes na hora de agrupar as respostas:

- Gênero:

a. ( ) Masculino

b. ( ) Feminino

- Idade: \_\_\_\_\_ (FAVOR ANOTAR)

- Estuda ou trabalha na área de comunicação?

a. ( ) Sim

b. ( ) Outra. Qual?

---